Diário de Lisboa

ANO 55.º/18 763 • 4$00

QUARTA-FEIRA 14 MAIO 1975

Fundador **Joaquim Manso** Director **A Ruella Ramos** Director-adjunto **José Cardoso Pires**

CONTRATO COLECTIVO DOS METALURGICOS

SALÁRIOS SUPERIORES A 9000$00 SEM ALTERAÇÃO

«Dentro de dias apresentaremos a proposta do contacto colectivo de trabalho. O anteprojecto já foi discutido por todo o País. A Federação participou em mais de 60 assembleias. Fizemos um trabalho de base. Os metalúrgicos não recebem lições daquelas que apregoam um trabalho de base» — afirmou um dos dirigentes da Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos no decorrer da conferência de Imprensa, realizada esta manhã.

Trata-se do primeiro contrato colectivo vertical nacional do sector. A ele já aderiram os Sindicatos de Escritório, Motoristas, Técnicos de Desenho, Electricistas, Enfermeiros, Pintores da construção naval, Engenheiros, Construção Civil e Sindicato das Madeiras.

Entre as cláusulas destacadas pelos dirigentes, citam-se a «proibição de despedimentos sem justa causa; a abolição de qualquer discriminação entre os dois sexos e legislação para protecção à mulher». Quanto às tabelas salariais, apenas foram «mexidos» os salários inferiores a 9 mil escudos. O salário mínimo, para os indiferenciados, é de 6.250$00. A partir dos 9 mil escudos e apesar de não estarem congelados, os ordenados não serão alterados por proposta dos Sindicatos.

Também passará a haver igualdade nas mesmas categorias das diferentes profissões incluídas neste contrato. Assim, um electricista de 1.ª, um

Continua na pág. 24

GRANDIOSA HOMENAGEM DO POVO A PEDRO SOARES E LUÍSA COSTA DIAS

O funeral de Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias, militantes do Partido Comunista Português há dias mortos num acidente de viação, constituiu uma grandiosa manifestação de pesar e de luta. Muito mais de cem mil pessoas percorreram, em silêncio, o longo trajecto entre o Pavilhão dos Desportos e o cemitério do Alto de S. João. Militantes de outros partidos uniram-se na homenagem a dois combatentes antifascistas que nunca cederam à repressão e à tortura. O povo de Lisboa demonstrou ontem, mais uma vez, que sabe o caminho para a sociedade nova pela qual Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias empenharam toda a sua existência: uma sociedade livre para todos, menos para os exploradores, como disse Álvaro Cunhal no discurso de homenagem aos seus amigos e camaradas de luta e de prisão. (Pág. 4)

ANGOLA

Melo Antunes negoceia com os três movimentos

LUANDA, 14 (Especial para o «DL») — O ministro português dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, prossegue as suas diligências no sentido de encontrar uma solução para o problema de Angola. Ontem à tarde recebeu separadamente membros do Governo de Transição pertencentes a cada um dos movimentos de Libertação. À noite, reuniram-se o dr. Agostinho Neto, presidente do M. P. L. A., na residência do Alto-Comissário. Esta manhã efectuou-se uma reunião do conselho de ministros, após o que prosseguiram as conversações do major Melo Antunes com os três movimentos de libertação.

O major Melo Antunes deve avistar-se também com o dr. Jonas Savimbi, presidente da U. N. I. T. A., que, numa conferência de Imprensa dada ontem em Luanda, declarou não ver a necessidade de associar Portugal à prevista cimeira. «Teremos de examinar problemas tipicamente angolanos — explicou. Não julgo, salvo talvez em caso de malogro, que os acordos de Alvor possam ma[illegible]os em questão».

[illegible]a não se saibam elementos concretos sobre essas conversações, sendo também ainda cedo para conhecer os seus resultados, pensa-se que abrem a via para uma nova cimeira. Numa primeira fase, os três movimentos reunir-se-iam entre si, até chegarem a uma plataforma comum. Seguir-se-ia uma conferência ao mais

Continua na pág. 24

OITOCENTOS REFUGIADOS CHEGARAM A LISBOA

. Ao fim da tarde de ontem desembarcaram no aeroporto da Portela, cerca de oitocentos colonos que abandonaram Angola, após os últimos acontecimentos em Luanda.

Luanda continua a viver num clima de tensão, sobretudo nos bairros suburbanos, embora nos últimos dias não se tenham verificado novos incidentes. O compromisso de entendimento acordado entre os grupos políticos, na reunião da Peni-

Continua na pág. 24

JOSÉ DIOGO À ESPERA DE JUSTIÇA

Um trabalhador rural matou um latifundiário. Chama-se José Diogo e aguarda julhamento na cadeia de Beja. Julgamento adiado «sine die». O povo de Castro Verde, donde José Diogo é natural, de muitas outras terras circunvizinhas, justificam o seu acto. Ele matou por ter sido expulso do trabalho, insultado e agredido quando foi pedir trabalho ao latifundiário. «É que eu tenho mulher e dois filhos». Mas há tribunais — e compete ao tribunal da comarca, como manda a lei, decidir da sua sorte. Um voto: que o julgamento se efectue o mais brevemente possível. (pág. 7).

AS AUTARQUIAS LOCAIS NÃO SÃO DOMINADAS PELO M.D.P.-C.D.E.

— afirma José Tengarrinha

«As autarquias locais não são dominadas nem de longe pelo M.D.P./C.D.E. Foi o M.D.P./C.D.E. que pôs lá muitos dos elementos dos partidos que hoje nos atacam e que sem nós provavelmente não estariam lá», afirmou Manuel Tengarrinha na conferência de Imprensa efectuada esta manhã na sede daquele partido. Presentes na mesa Vítor Dias, Gilberto Lindim Ramos, Graciete Baptista e ainda Pereira de Moura que chegou mais tarde.

O problema das autarquias locais e a necessidade de avançar com medidas que lhes dêem maior capacidade de actuação e decisão, o problema de Angola e a urgência em esclarecer a população sobre quem são os reais inimigos do povo angolano, a forma como a campanha foi conduzida pelos partidos políticos e as suas consequências inseridas no processo revolucionário em curso, o espaço político que cabe ao M.D.P./C.D.E. no espaço revolucionário português, a denúncia das tentativas por parte de alguns partidos em o

Continua na pág. 6

Fuzileiros americanos na Tailândia

● Bangkok opõe-se a acções contra o Camboja

BANGKOK, 14 — (A.N.I. e R.) — Cerca de 800 fuzileiros navais norte-americanos chegaram à base de Utapao, na Tailândia, ao mesmo tempo que o primeiro-ministro Kukrit Pramoj avisava que a sua presença poderá afectar gravemente as relações entre os dois países.

Os fuzileiros foram enviados por via aérea de Okinawa e das Filipinas para uma eventual intervenção no Camboja, a fim de recuperarem o navio mercante «Mayaguez», capturado na segunda-feira pela Marinha cambojana.

O primeiro-ministro Pramoj, sem saber que os fuzileiros norte-americanos já estavam a desembarcar em Utapao, disse ontem aos jornalistas que o seu Governo se opõe a que aquela base ou qualquer das outras que os Estados Unidos mantem na Tailândia sejam utilizadas para acções de guerra contra o Camboja.

«Se os fuzileiros navais vierem isso afectará gravemente as nossas relações. Protestaremos e o problema pode mesmo levar à suspensão da associação.»

2.ª EDIÇÃO

REUNIU-SE O CONSELHO DE IMPRENSA

Teve ontem a sua segunda reunião o Conselho de Imprensa, presidido na ocorrência pelo juiz dr. Henrique Ramalho Ortigão. Uma breve nota proveniente do M.C.S. dá conta de que os conselheiros se ocuparam da escolha de quatro elementos independentes, cooptados pelos restantes membros já designados, os quais passarão a fazer parte daquele órgão.

O Conselho aprovou também a constituição de uma comissão restrita encarregada de redigir o regulamento interno, a qual iniciou imediatamente os seus trabalhos.

APOIO À DIRECÇÃO DA EMISSORA NACIONAL

Centenas de trabalhadores da Emissora Nacional vieram ontem para a rua manifestar o seu apoio à equipa directiva presidida pelo tenente-coronel Calvão Borges, equipa que se encontra demissionária desde 27 de Fevereiro.

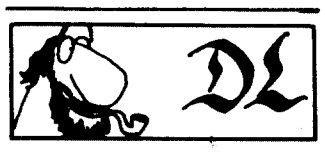
Os manifestantes foram recebidos no edifício da Avenida Duarte Pacheco pelo tenente-coronel François Martins, que estava acompanhado pelo major Alcide Oliveira e pelo comandante Brito.

O presidente da direcção tenente-coronel Calvão Borges, não estava presente por ter sido chamado para participar num plenário da Força Aérea, reunido de urgência. Os trabalhadores dirigiram-se depois pela Rua de Artilharia 1, Largo do Rato, Rua de S. Bento e Calçada da Estrela, até à residência oficial do Primeiro-Ministro.

Em S.Bento, uma delegação dos manifestantes (Igrejas Caeiro, Etelvina Lopes de Almeida, Maria Estrela Serrano, Sequeira Zilhão, António Marques Serra, Ezequiel Carradinha e Alexandre Pais) foi recebida pelo capitão Cabral e Silva, adjunto-militar do brigadeiro Vasco Gonçalves, na altura numa reunião do Conselho de Ministros.

Tendo como principal palavra de ordem, ao longo da manifestação, a frase «A Emissora é do Povo» os trabalhadores da E. N. distribuíram um comunicado em que procuraram definir a inexistência de qualquer contencioso com os órgãos do Poder, afirmando:

«Ao reiterar a confiança no seu presidente da direcção, os trabalhadores da E. N. pretendem tanto quanto reforçar a aliança com o M.F.A. e a unidade das forças democráticas, manifestar ao tenente-coronel Calvão Borges a certeza de que se continuarão a bater pela razão que o manterá ao seu lado: a luta pela informação livre, independente, progressista.»



FÉRIAS NA PRAIA

ALGARVE Estadia de 8 ou 15 dias	desde:	920$00
FUNCHAL Fim de semana	desde:	2.490$00
Uma semana	desde:	2.650$00
ARGEL 8 dias tudo incluido	desde:	7.700$00
MAR NEGRO 8 ou 15 dias na BULGARIA	desde:	7.360$00
TORREMOLINOS 8 ou 15 dias	desde:	1.990$00
PALMA DE MAIORCA 8 ou 15 dias	desde:	3.980$00
CANÁRIAS 8 ou 15 dias	desde:	3.980$00

ESTADIAS EM APARTAMENTOS

Preços por dia e pessoa

Algarve	desde:	50$00
Benidorme	desde:	50$00
Torremolinos	desde:	50$00
Fuengirola	desde:	70$00
Marbelha	desde:	80$00
Almunecar	desde:	80$00

VM Meliá

Rua Rosa Araujo, 2
Tel: 536971 - LISBOA
Praça Gen Humberto Delgado.
269 r/c Tel: 310034 - PORTO

De ontem para hoje

A derrota de um certo Direito

«O socialismo representará apenas uma derrota de um certo Direito: o que perpetuar as estruturas capitalistas». A afirmação é do dr. Mário Raposo, bastonário da Ordem dos Advogados, e foi proferida ontem durante um colóquio realizado na Ordem para marcar o início das actividades do Instituto da Conferência da Ordem dos Advogados, o qual é orientado por uma comissão de coordenação presidida pelo dr. António José de Sousa Pereira. Tema do colóquio: «Direito, Advocacia e Sociedade Socialista».

O bastonário falou da liberdade como parte integrante do socialismo, acentuou a necessidade de as classes trabalhadoras construirem o socialismo em união íntima com as forças progressistas e com o M.F.A., considerou correcta a análise marxista do Direito. Ao referir-se ao papel dos advogados nos países socialistas apontou a U.R.S.S. e a China como não tendo tradições históricas na profissão, enquanto na Albânia «eles foram simplesmente abolidos». No entanto, em Portugal, «há que ter fé no papel do advogado no futuro». Mário Raposo precisou ainda a necessidade de o Direito ser feito por homens igualados na mesma condição, de acompanhar o processo revolucionário e não ser comandado por um partido único. Finalmente apelou para que os advogados se unissem na Ordem, independentemente das suas divergências.

Por sua vez, o dr. Sousa Pereira, ao falar dos objectivos do Instituto da Conferência aproveitou para afirmar: «Na via socializante em que nos empenhamos teremos, sem dúvida, de faser a reestruturação de todo o sistema de direito. São inúmeros os conceitos e noções que deverão ser renovados. No campo do direito público muitas normas terão de ser remodeladas e ao Instituto cabe enfrentar todos estes problemas».

Estiveram presentes o presidente do Supremo Tribunal de Justiça e o anterior bastonário, dr. Almeida Ribeiro.

■ CASAMENTO CIGANO

De raça cigana, ela com 19 anos e ele com 18, casaram-se ontem na Quinta do Monte Novo, Pinhal Novo. Convidados eram duzentos, e em alegria cigana, consumiram três pipas de vinho, setecentas grades de cerveja, cinco carneiros e enorme quantidade de pão. As guitarras não faltaram. E os «mirones» das redondezas também não. À tarde, parte dos convidados, que nunca esquecem os seus companheiros, deixaram o casamento e foram ao funeral de um irmão de raça falecido na Baixa da Banheira. Os noivos tinham nome: João Alberto Barão, de Beja, e Maria Rosa, do Fogueteiro.

■ MANDADO APOSENTAR

O dr. Vítor António Duarte Faveiro, director das Contribuições e Impostos, foi mandado aposentar. O despacho é do secretário de Estado do Orçamento, ao abrigo do Artigo 2.º do Decreto Lei n.º 152/75 de 25 de Março.

■ A MAIS ANTIGA DO MUNDO

A Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal comemorou o seu 49.º aniversário e com esta idade pode orgulhar-se de ser a mais antiga das inúmeras associações hoje existentes em todo o Mundo dedicadas à assistência dos diabéticos.

O seu fundador, dr. Ernesto Roma, tem hoje 87 anos e continua a trabalhar na Associação, a obra da sua vida. Ontem os doentes, na sua maioria pertencentes às camadas sociais desfavorecidas, encheram-lhe o gabinete de flores.

■ «OS SEIS MALDITOS»

Um cabo e cinco soldados que estavam aquartelados numa unidade de Luanda (D.A.A.) em 1971/72 foram ontem julgados no Supremo Tribunal Militar de Lisboa. Foram condenados a penas que vão dos trinta meses a trinta anos de prisão maior. Crimes que praticaram, um homicídio voluntário, levado a cabo com requintes de malvadez, ofensas corporais, violação, furto e roubo, homicídios frustrados e encobrimentos. Armas utilizadas: pistolas e punhais.

Os seis militares — meliantes, que tinham como missão oficial a distribuição de refeições pelos vários postos militares da periferia de Luanda, actuavam durante a realização desses percursos, ocultando os rostos com meias e escolhendo as suas vítimas entre os pares de namorados que se acariciavam em locais solitários.

Nomes e penas: Alírio de Oliveira Rocha, chefe do grupo, 26 anos de idade (30 anos de prisão maior); Leonel Machado, 31 anos de idade (seis de prisão maior); António Espirito Santo, 28 anos (12 de prisão maior); Francisco Peixoto, 27 anos (14 de prisão maior); António Mendes, 23 anos (sete de prisão maior); Paulo Guimarães, 28 anos (30 meses de prisão).

Eram conhecidos em Luanda pela alcunha de «os seis malditos».

P.R.P. RESPONDE A FABIÃO

Brigadas e E.L.P. não se confundem

Comentando uma passagem da entrevista de ontem do general Carlos Fabião ao nosso prezado colega «O Século», em que o chefe do Estado-Maior do Exército e membro do Conselho da Revolução admitia a hipótese de o E.L.P. poder vir a actuar mascarado com emblemas de outras organizações, entre as quais incluía as Brigadas Revolucionárias, o P.R.P. emitiu um comunicado onde se lê nomeadamente: «Tem sido um princípio do nosso partido que os militantes ou simpatizantes do P.R.P.-B.R. não usem emblemas partidários. Não são, nunca foram dados nem vendidos emblemas do partido. Logo, não há possibilidade de qualquer confusão».

O texto, assinado por Pedro Goulart, do Secretariado Político, acrescenta que o P.R.P., «com o seu passado de luta antifascista e com ideias políticas firmes, sabe muito bem distinguir em cada momento quais são os seus inimigos principais e quais as formas correctas de luta a travar». E mais à frente: «Pelo nosso passado, e pelas posições claramente assumidas por nós, não se corre o perigo de se confundir acções nossas com as do E.L.P».

Referências à A.R.A. e a recentes declarações do comandante-adjunto do Copcon enquadráveis no assunto ocupam o resto do comunicado.

"DIÁRIO POPULAR" — novo director e nova orientação

Designado por «vontade expressa dos trabalhadores», foi empossado no cargo de director do nosso prezado colega «Diário Popular», o dr. Jacinto Baptista, ao mesmo tempo que o jornal define uma nova linha de orientação, «colocada ao serviço das lutas e dos interesses do povo português e dos povos de todo o Mundo, operários camponeses, massas populares, trabalhadoras e exploradas».

No estatuto editorial, onde o «D.P.» enuncia as linhas gerais do novo rumo na sua caminhada, salienta-se que o jornal passsa a ser «um órgão essencialmente informativo e não doutrinário», «politicamente apartidário», o que implica «uma informação isenta e independente de opções partidárias». Aquele vespertino define-se ainda «como um órgão de informação antifascista e anticapitalista, anticolonialista e anti-imperialista».

Igualmente por decisão dos trabalhadores do «Diário Popular» eliminou do seu cabeçalho o «slogan» que dizia «O jornal de maior expansão no mundo português», por este ser considerado de conteúdo colonialista».

«TRANSFORMAÇÃO QUE SE IMPÕE GLOBAL»

A cerimónia de posse do novo director decorreu na sede do jornal, com a assistência de numerosos trabalhadores. Presentes, designadamente, os elementos do conselho de administração da Sociedade Industrial de Imprensa, entre os quais o administrador por parte do Estado, coronel Ludgero França de Carvalho, o Conselho de Redacção e a Comissão de Trabalhadores. Usaram da palavra representantes dos trabalhadores e depois o coronel França de Carvalho, que manifestou a Jacinto Baptista a intenção de lhe facilitar a tarefa e de com ele colaborar na feitura de um jornal que, «regido agora por um ideário verdadeiramente progressista mereça a distinção do público a quem se dirige».

A finalizar, falou o novo director do «Diário Popular» de quem destacamos as seguintes palavras:

«(...) Não seremos a cera mole que se limita a imprimir os sinais, por vezes confusos e contraditórios, da realidade que nos rodeia e de que participamos. Associando-nos ao processo revolucionário de transformação do País — transformação que, quanto a nós, se impõe seja global: mental, económica, social e política —, tentaremos ir mais além. Sem a veleidade de querer propugnar soluções, ensaiaremos em perspectiva crítica e dialogante mobilizar as atenções profissionais e dos poderes constituídos para o exame das ingentes tarefas que, nesta hora, a um tempo privilegiada e melindrosa, se requerem com vista à desejada democratização real deste povo escravizado de um modo tão desenfreado nos últimos cinquenta anos».

As nossas sinceras saudações a Jacinto Baptista.

Em ABRANTES o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na firma Casaca e Martins, Lda. Praça Visconde de Abrançalha

Portugueses num seminário sobre a derrota do nazismo

A fim de participarem, em Minssk, num seminário internacional sobre o significado histórico da vitória sobre o nazismo e o fim da Segunda Guerra Mundial, partiram esta manhã para a União Soviética o dr. Vitor Sá e o brigadeiro Esmoriz, os dois convidados pelo Comité Histórico da Paz e pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação.

«Vamos tratar de problemas da Paz decorrentes do fim da Guerra», dir-nos-ia, momentos antes de embarcar, o brigadeiro Esmoriz que, apesar de ter sido convidado apenas anteontem, às três da tarde, se mostrava perfeitamente à vontade para falar da sua viagem e dos trabalhos do seminário. Entretanto e por poder parecer estranha a presença de um militar num seminário sobre a Paz, aquele membro do M. F. A. esclareceu que «as nossas Forças Armadas não têm nenhum carácter bélico, antes querem dar corpo á Paz que Portugal reconquistou em 25 de Abril».

Por sua vez, o dr. Vitor Sá dir-nos-ia que vão estar presentes aos trabalhos do seminário delegações de dezenas de países.

«Vamos na qualidade de antifascistas», declarou. E, referindo-se ao convite endereçado a um oficial do M. F. A., acrescentou: «O M. F. A. fez a Paz no nosso país e está agora empenhado em concretizar as esperanças de Paz que a derrota do nazismo, há trinta anos, abriu para a Europa.»

A estes dois convidados portugueses juntar-se-á um terceiro, César Oliveira, que segue para Minssk directamente de Paris.

Exportação de algodão para os E.U.A.

Segundo o Instituto dos Têxteis, tendo terminado em 31 de Março de 1975 a prorrogação do acordo bilateral Portugal-Estados Unidos da América sobre exportação portuguesa de têxteis de algodão, o Governo deste país propôs uma nova prorrogação até 30 de Setembro de 1975, o que foi aceite pelo Governo Português.

Conferência de Imprensa do P.C.P (m-l)

«Para salvaguardar a defesa nacional e ter o apoio das classes operárias, a única solução é a aliança com o M. F. A.», afirmou José Santos, do Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista) («tendência Vilar») numa conferência de Imprensa ontem efectuada. Referia-se à hipótese de uma unidade dos grupos de extrema-esquerda com aquilo que qualificou de «agrupamento de burguesia radical», levantada por Álvaro Vasconcelos e considerada por este como «aventureira e fora das realidades do nosso país».

Declarando que os socialistas de várias organizações de esquerda «não passam de variantes do capitalismo, com mais ou menos medidas económicas de controlo da planificação da produção», José Santos pôs em seguida em relevo o alcance das nacionalizações, acrescentando que o seu conteúdo, sem dúvida anti-imperialista e tendente a melhorar as condições de vida dos trabalhadores «não ultrapassa, contudo, o capitalismo monopolista de Estado».

Antes, os representantes do P. C. P. (m-l) tinham falado das eleições e dos seus resultados. José Santos salientou que, depois de conhecidos os resultados, se começaram a definir duas correntes: uma que «enveredou por acesa crítica aos resultados eleitorais, procurando deste modo comprometer a nítida vitória do Partido Socialista» e outra que teria atacado essencialmente as organizações que apoiaram o P. S., como a A. O. C. e o próprio P. C. P. (m-l).

Comandante-geral da G.N.R.

O comandante-geral da G. N. R. general Pinto Ferreira, acompanhado de oficiais do Estado-Maior da P. S. P., visita hoje o Barreiro, a fim de inspeccionar as instalações onde vão ser alojadas as forças da P. S. P., que brevemente substituirão nesta vila as da G. N. R. Estão previstos contactos destes comandos com os membros da comissão administrativa da Camara Municipal, bem como com representantes dos partidos políticos.

post scriptum

A batalha da produção

Álvaro Cunhal disse, no «Teledomingo», que a batalha da produção é decisiva para a nossa revolução, até para a democracia. Acrescentou que, eliminando o capitalismo, perdemos o estímulo de lucro e temos de procurar outro estímulo e, como tal, indicou o estímulo da própria revolução Mário Soares indicou como estímulo a confiança do povo.

Pela grande importância do assunto, será oportuno desenvolve-lo.

Estou de acordo com Álvaro Cunhal: no sistema socialista já não há oportunidade de explorar e desapareceu também o lucro para lojista, etc.

Apanhei várias testemunhas neste sentido, queixas sobre «o mau moral de trabalho». O trabalhador não está nada interessado na produção. Um verdadeiro problema! Soluções?

Primeiro, podemos constatar que, para ganhar esta batalha, são necessárias duas condições: interesse e entusiasmo.

nos o criar estas condições?

Nos países socialistas, vêem-se nas ruas, nas paredes, cartazes e panos, que fazem um apelo aos trabalhadores. Parece que na China há, nas fábricas, altifalantes que regularmente estimulam a combatividade dos trabalhadores para o ideal da revolução económica e política.

Fidel Castro tem também a sua batalha da produção, onde, quando é necessário, P.E., para a colheira da cana-de-açucar, ele fez apelo a todo o povo, inclusive professores e estudantes e pessoal das secretárias.

Mussolini tinha a sua batalha da produção: vemmo-lo nos livros sobre o assunto, onde ele participa na ceifa do trigo no campo.

Hitler tinha os seus métodos para entusiasmar o povo alemão.

Quem vai entusiasmar, no nosso País, o povo? Temos uma figura nacional capaz de criar este entusiasmo? A conversa do «Teledomingo», o «estimulo da revolução» do Álvaro Cunhal ou «a confiança do povo» do Mário Soares chegam para isso, ou até um discurso do Vasco Gonçalves ou do próprio presidente Costa Gomes?

Não havendo uma figura demagógica, bastante forte para fazê-lo, pode-se pensar também num sistema de propaganda ideológica neste sentido, apelando aos sentimentos nacionais e democráticos do povo: tarefa do Ministério de Propaganda.

Mas Portugal tem, talvez, uma possibilidade especial como a Polónia. Várias vezes, a Igreja ajudou o Estado socialista. Quando, no principio do Estado comunista, o povo, racionando «Agora tudo é comum», começou a roubar em escala alarmante, a Igreja conseguiu sanear este abuso. Não seria um benefício, não só económico mas também perfeitamente dentro do espírito cristão e moral, se os padres regularmente inculcassem este dever, ao mesmo tempo nacional e moral, de apoiar, salvar a pátria pelo seu trabalho duro?

E não podiam, p.e. capelões, que trabalham entre emigrantes em Paris, etc., influenciá-los para também contribuir para a economia do país?

Mas pode-se acrescentar um outro meio, talvez, a batalha da produção é uma batalha da economia. Para salvar a economia, trata-se de aumentar a produção, mas outro aspecto é diminuir as despesas.

Salazar encontrou, em 1928, economia e finanças numa situação desesperada.

Num só ano, ele saneou a situação, sobretudo por diminuir as despesas.

Agora uma sugestão. Não seria um salário máximo razoavel não só uma poupança para o Estado, para Empresas, para doentes, etc., mas também um estímulo exemplar para os trabalhadores, vendo que os grandes salários também estão dispostos para contribuir na «batalha da economia»? Até é perfeitamente justo. Num país socialista, pensou-se um momento para aumentar os salários dos professores, dos universitários. Discutiu-se o problema. A conclusão foi: não!

Continua na pág. 22

DEMOCRACIA E CORRIDA AO PODER

Por RUI BRANCO

O 25 de Abril não só trouxe à luz do dia forças políticas latentes na atrofiada vida política portuguesa, como também generosamente concedeu à «arrogância» o direito de dialogar «livremente» com a humildade. Tal afirmação, aplica-se tanto aos democratas de «antes do 25 de Abril», como à praga enorme «dos que surgiram depois». Arrogância aparece em quase todos os documentos imanados dos partidos políticos e frases, como por exemplo «sem o nosso partido é impossível existir democracia», ou «sem nós, o dilúvio» são mais que frequentes nas bocas dos nossos dirigentes de partidos políticos. Claro que a pergunta «sem nós teria sido possível a ditadura existir durante 48 anos?» é pergunta que não surge.

Vêm estas declarações a propósito das palavras proferidas pelo brigadeiro Saraiva de Carvalho numa entrevista concedida à BBC, a propósito do comportamento actual dos partidos em Portugal. Não podemos deixar de admirar a sua coragem ao proferi-las, como não podemos deixar de nos perguntar: há actualmente lugar para partidos políticos no nosso país? E se há, qual é o papel que eles têm a desempenhar? Será que democracia pode existir sem eles?

Uma das grandes dificuldades em responder a tais perguntas, é precisamente a de definir democracia. Tal dificuldade surge primeiro porque etimologicamente a palavra é ambígua e segundo (talvez mais importante), porque quando passamos revista às diferentes formas que democracia tomou no Mundo, quer em teoria quer em prática, encontramos a mais variada gama de regimes e teorias. Assim, e sem exagerar, mais ou menos todos os governos, mesmo os mais repulsivos que existiram, ou existem, usaram a palavra democracia para se definir a si mesmos. Hitler, chamou ao nazismo «democraia alemã, que é a verdadeira democracia». Salazar num dos seus discursos chamava oa regime corporativo um regime democrático pois que «o governo prosseguia os interesses do Povo». Em regime de quase eterna «traição democrática» como a Inglaterra, princípios básicos de democracia como «referendos», são constantemente postos em causa dirigentes políticos e não há muito um deputado conservador afirmava no Parlamento que «se todos os problemas de importância maior fossem decididos em plebiscito talvez em Inglaterra não tivesse ainda abolido a pena de morte». No Estados Unidos da América, unicamente dois partidos disputam o poder executivo e legislativo. Tentativas de formar um terceiro partido foram goradas, tal como na Inglaterra os partidos liberal e comunista são considerados de importância secundária. No México os Piristas mantêm-se no poder desde 1910, enquanto que a oposição nunca conseguiu obter mais do que 25 por cento dos votos para a Presidência da República. Na França, seis ou sete partidos disputaram o poder.

Na Europa de Leste não existem outros partidos a não ser os comunistas, no entanto, todos se chamam ou consideram regimes democráticos. No Chile, a actual Junta Militar tomou o poder para «salvar as traições democráticas do Chile» e desde então milhares de democratas foram presos ou simplesmente assassinados. Em Portugal um golpe militar derrubou o poder e libertou os democratas presos pelo regime anterior.

O que é então democracia? Há muito que os nossos políticos vêm a usar a palavra no sentido de um paraíso que se pode construir deste lado da vida. Assim, aqueles que como eu não acreditam em duas vidas, não podem acreditar no paraíso. Não há, e é preciso dizê-lo agora, partidos mais democráticos do que outros, pela simples razão de que não há partidos democráticos, no inteiro sentido da palavra. E a razão é simples: Democracia não é uma forma de governo, mas um objectivo a atingir. Existem sim diferentes formas de governar e diferentes linhas básicas pelas quais os governos se guiam para dirigir um país. Platão por exemplo advogava que a sociedade devia ser gerida por uma élite especializada em governar, tal como uma ponte deve ser construída por um engenheiro.

Essencialmente, o problema da democracia é estabelecer como o homem comum pode influenciar as decisões do poder e até que ponto o pode fazer. Para que tal influência se possa exercer tornam-se necessárias instituições que permitam ao homem comum participar no governo de um país. É neste ponto que os partidos políticos se tornam fundamentais; a sociedade é um conjunto de grupos e classes cujos interesses interchocam. Partidos políticos ou representam os interesses de um determinado grupo ou classe, ou são uma coligação de diversos grupos, ou simplesmente servem demagogicamente uma ideologia. Só quando eles representam os interesses de tais grupos ou classes é que se podem considerar partidos. Doutra maneira, não passam de associações que servem de palco para meia dúzia de «liders» exprimirem as suas ideias.

Através das declarações de alguns dos nossos «leaders» transparece que democracia se resume ao cidadão possuir

Continua na pág. 22

GUERRA DO POVO VITÓRIA DO POVO

Por WILFRED BURCHETT

Medida em termos do peso do poderio militar utilizado contra eles, a vitória das forças revolucionárias vietnamitas na libertação de todo o território do Sul é a maior que alcançaram nos dois mil anos de rejeição de invasores estrangeiros e de esmagamento dos «fantoches» nacionais. Em termos de importância histórica o único feito comparável a este passou-se no século XIII, quando, numa guerra — que, como esta, durou trinta anos — eles derrotaram três vezes os guerreiros invasores de Kublai Khan, a força militar mais poderosa do seu tempo. A invasão dos mongóis, com um exército de meio milhão de homens, não era brincadeira como brincadeira não foi o assalto dos americanos, daí a 700 anos. Depois da última derrota, na qual o comandante-em-chefe mongol foi morto e toda a sua frota de 500 navios destruída ou capturada, os mongóis nunca mais tentaram nada. Os vietnamitas, com as suas esmagadoras vitórias, depois de uma primeira guerra de trinta anos contra os 500 mil soldados do colonialismo francês e depois de outra segunda guerra de trinta anos contra a mais poderosa força militar da História (os E.U.A.) têm todo o direito a esperar que os invasores estrangeiros os deixassem em paz daqui para o futuro. O que é típico das suas históricas vitórias desde o começo da era cristã é que elas se registaram sempre no seu próprio solo. Lutaram sempre pela mais justa das causas, na defesa da sua pátria e do seu estilo peculiar de vida. Um ingrediente da vitória foi também o alto grau de unidade nacional que os seus dirigentes sempre conseguiram mobilizar.

Isto atingiu o zenite na luta revolucionária forjada e travada sob o comando do imortal e incomparável Ho Chi Minh.

«Unidade, a grande unidade, para a vitória, a grande vitória» foi um «slogan» lançado por Ho Chi Minh, no começo da luta de resistência contra os franceses.

«A guerra de libertação do povo vietnamita prova que, em face de um inimigo tão poderoso e cruel, a vitória só é possível se unirmos todo o povo na base de uma vasta e firme frente nacional alicerçada na aliança operários-camponeses», escreveu o mais intimo discípulo de Ho Chi Minh nas questões militares, Vo Nguyen Giap, no seu clássico «Guerra do Povo — Exército do Povo», explicando a derrota do colonialismo francês.

PAUS E PICARETAS

Mesmo nessa guerra, as forças vietnamitas de resistência estavam já metidas na primeira fase do seu confronto com os E.U.A. Os tanques que continuam ainda espalhados pelo vale de Dien Bien Phu são Sherman, a artilharia pesada é «made in U.S.A.». Os E.U.A. financiavam a França com uns modestos 15 por cento dos gastos de guerra em 1950-51, mas em 1954 já suportavam 80 por centos dos gastos. Contra os aviões, a artilharia e os tanques americanos manejados por mãos francesas, os vietnamitas, a princípio pouco mais tiveram que as organizações de resistência popular e todas as armas que eles iam capturando ao inimigo.

«Os que têm espingardas, usam espingardas, os que têm punhais usam punhais, os que não têm punhais usam picaretas, pás ou paus», exortava o «Tio» Ho, no começo da luta de resistência.

«Cada um de nós tem de fazer o máximo do esforço contra os colonialistas para salvar o país».

Do primeiro pelotão de 34 homens, formado em 22 de Dezembro de 1944, pelo jovem professor Vo Nguyen Giap, armado com uma mistura heterogénea de velhas carabinas, espingardas de pederneira e lanças (a este pelotão foi dado o nome de Hung Dao em homenagem ao dirigente que derrotou os mongóis) nasceu o poderoso Exército do Povo do Vietname que, daí a menos de dez anos, derrotou o Corpo Expedicionário Francês na histórica e decisiva batalha de Dien Bien Phu. Em Outubro de 1954, observei a mesma unidade que oito anos antes retirara lentamente de Hanoi, depois de uma heróica resistência casa por casa e que transportava os seus camiões General Motors, novinhos em folha, com os brancos das rodas pintados de fresco.

Há 11 anos, nos arredores de Saigão, um dirigente da guerrilha da Frente Nacional de Libertação mostrou-me uma velha carabina dos E.U.A., que ele denominava de «Mãe Carabina» e que ele entendia valiosa como um tesouro. «Enquanto esta arma não chegou», disse-me ele, «não tínhamos uma única arma de fogo no meu distrito e nem sequer em toda a província de Gia Dinh» (que engloba Saigão)». Com essa simples carabina mais uma dúzia de balas de madeira e uma quantidade de equipamento ruidoso — principalmente canas de bambu carregadas de lâmpadas de carboneto para bicicleta — a sua unidade capturou um posto inimigo vizinho e armamento suficiente para ficar equipada com armas reais. Um ataque nocturno contra o posto inimigo foi precedido de uma campanha de intimidação, levada a cabo pelas vendedoras do mercado, que, durante dias e dias, andaram a espalhar boatos entre a guarnição sobreo aparecimento que ocorria quase todas as noites de «tropas fortemente armadas», alguns deles «com armas até aos dentes».

CINCO BILIÕES DE DÓLARES

Em aparente confirmação desses boatos, os revoltosos fizeram explodir, uma noite, as canas de bambu à volta do posto, acompanhando as explosões de disparos da «mãe carabina» e gritos: «rendam-se ou serão mortos». A operação resultou em cheio. Os homens do posto saíram um a um, passando pela «mãe carabina», extensivamente empunhada pelo dirigente do grupo, e de-

Continua na pág. 9

Nacional

ÚLTIMA HOMENAGEM DO POVO A PEDRO SOARES E LUÍSA COSTA DIAS

Já a noite mastigava os derradeiros clarões do fim da tarde de ontem (eram as 21 horas e 17 minutos), quando os corpos desses dois extraordinários lutadores antifascistas que foram Pedro Soares e Maria Luísa da Costa Dias, membros destacados do Partido Comunista Português, desciam ao fundo dos talhões 1085 e 1086, da ala 28 do cemitério do Alto de S. João. Lado a lado, como sempre haviam combatido. No meio de um silêncio impressionante, um silêncio em que se palpavam torrentes de lágrimas comidas no íntimo, todo ele feito de respeito e ternura. Encostado à fria pedra de um jazigo, e à beirinha da terra que engolia os dois companheiros queridos, Álvaro Cunhal e todos os membros do Comité Central do P. C. P., viam com olhos de desespero como a morte consumava o seu último e irremediável acto sobre a já saudade de quem foi Pedro Soares e Maria Luísa da Costa Dias. Uma saudade perene. Que há-de sobrepor-se à própria morte. Porque Pedro Soares e Maria Luísa da Costa Dias, qualquer que tenha sido o móbil que os roubou de entre nós, continuarão vivos. No halo grandioso deste momento histórico que vivemos, que Soares e Luísa viveram e que eles, o seu Partido, a Pátria, o Povo querem que seja eterno, como eterna será a sua memória. Pedro Soares e Maria Luísa da Costa Dias: nesta hora e sempre, porque nada na vossa vida foi em vão, todos nós responderemos a cada chamada que vos recorde: PRESENTE! Foi Alvaro Cunhal quem o disse na hora da despedida, ali, junto aos covais: *As vidas dos revolucionários valem como sementes na luta dos povos*. Pedro Soares e Maria Luísa da Costa Dias fazem parte da grande seara onde todos os portugueses hão-de colher o seu futuro. Como eles nos quiseram ensinar: heroicamente, humildemente.

«NUNCA VI NADA IGUAL»

A frase veio de um velho simpatizante: *Em 60 anos de vida em Lisboa, assisti a muitos e grandes funerais. Mas nunca vi nada igual, nada que se comparasse*!

Na realidade, Pedro Soares e Maria Luísa da Costa Dias não foram acompanhados por uma multidão. É impossível que aquelas quase 150 mil pessoas incorporadas no préstito em seis quilómetros de extensão, não representassem um povo inteiro. Numa homenagem transposta em lágrimas, flores, sentimento profundo. Mas os cálculos são impossíveis de fazer. Porque aos que seguiam as urnas, passo a passo, em massa compacta (ouvimos uma velhota que se benzia exclamar com olhos de espanto, «vejam como os comunistas são unidos»), há que juntar os que se apinhavam nas bermas dos passeios, os que se debruçavam às janelas do longo percurso. E não nos venham com a história dos *indiferentes*. Nós bem vimos como havia milhares de punhos erguidos nessas alas silenciosas, como choviam flores dessas janelas que pareciam distantes. Na Rua Morais Soares, uma senhora idosa saiu inesperadamente da multidão e veio, no meio de um soluçar convulso, atapetar de flores o caminho das urnas. E já antes uma mulher do povo rompera os cordões de segurança para, envolta em lágrimas, se abraçar a Alvaro Cunhal, como se pretendesse, na figura do grande lutador vivo, render homenagem aos dois grandes lutadores mortos. E foi assim por todo o percurso.

O cortejo iniciou-se às 18 horas precisas, saindo as urnas a porta do Pavilhão dos Desportos aos ombros de familiares dos mortos e de membros do Comité Central do P. C. P. À frente das urnas, rompiam marcha vários carros carregados de flores. Também por isto escutei uma frase: *Esgotaram-se as flores em Lisboa*. É possível. A frente do cortejo era um mar de flores.

No préstito incorporaram-se, além dos membros do Comité Central do Partido Comunista Português e dos familiares de Pedro Soares e Maria Luísa três representantes do Copcon — tenente-coronel Antunes Baptista, capitão da Força Aérea, Cifuentes e capitão-tenente José Gouveia —, que faziam igualmente a representação pessoal do brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho. Representantes da Frente Socialista Popular, da L. U. A. R. e do M. D. P./C. D. E. Representações operárias de Lisboa e arredores e também da província. Representações camponesas. Os jovens da U. E. C. e da Juventude Trabalhadora. Representações da Intersindical e das comissões concelhias. E milhares de milhares de anónimos, misturados com militantes e simpatizantes do Partido.

O percurso foi realizado, muito lentamente, desde o Pavilhão, pela Av. Fontes Pereira de Melo, Av. da República, Av. Duque d'Avila, Rua Visconde Santarém, Rua António Pereira Carrilho e Rua Morais Soares, até ao Alto de S. João. Quase três horas durou o silencioso e ordeiro caminhar do préstito.

Dentro do cemitério uma enorme multidão aguardava a chegada das urnas. Muitas pessoas estavam ali desde o meio da tarde. E por fim foi a derradeira caminhada até junto dos covais. Campa rasa, terra de povo, que assim o querem os comunistas como Pedro Soares e Maria Luísa da Costa Dias.

AS PALAVRAS DE CUNHAL

Palavras simples e tão comovidas que quase não se ouviam. À cabeceira das urnas, rodeado por todos os membros do Comité Central do Partido e familiares dos companheiros mortos, Álvaro Cunhal começou por dizer:

Camaradas e amigos:

«É unidos no mesmo sentimento de solidariedade e de dor que acompanhamos hoje pela última vez e nos despedimos para sempre de dois irmãos de combate: Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias.

«A perda é profundamente sentida pelos militantes que ao longo de dezenas de anos compartilharam com os camaradas agora desaparecidos a luta revolucionária, a clandestinidade, a deportação, a prisão. É sentida pelos comunistas e pelos trabalhadores portugueses, que tinham nos dois camaradas grandes companheiros, amigos e defensores e pelos familiares aos quais dirigimos também neste triste momento as condolências do Partido.

«Trata-se de uma grande perda para o Partido numa situação favorável em que os dois camaradas entregavam generosamente as suas energias, o seu talento e a sua grande experiência à realização das tarefas da construção do novo Portugal democrático.

«Todos sabemos porém que aquilo que fizeram ao longo das suas vidas de revolucionários isso não está perdido, isso está e estará sempre presente na actividade do nosso Partido e na luta do nosso povo.»

E o secretário-geral do P. C. P. prosseguiu desta maneira: «Feliz o Partido que ao fazer o balanço da vida dos seus militantes mortos, pode dizer de um, de Pedro, que, em 60 anos de vida, consagrou mais de 40 à luta revolucionária, que foi preso e torturado numerosas vezes e sempre suportou estoicamente a prova, que passou 12 anos nas prisões, que duas vezes se evadiu para voltar à luta, que passou longos anos de vida clandestina e que sempre esteve pronto a executar as tarefas que lhe foram confiadas e a executá-las com a dedicação, com a coragem, com a firmeza, com alegria daqueles que na luta nada pretendem para si próprios, pois apenas pretendem servir o povo e o País.

«E pode dizer de outro, de Luisa, católica e comunista, que, de um alto exemplo de dignidade e firmeza moral, soube vencer também de cabeça erguida as perseguições, a clandestinidade, a tortura e a prisão.

«Só uma grande e justa causa, como a causa do comunismo, só um Partido revolucionário de vanguarda como o Partido Comunista, pode criar tais lutadores.

«Se tantos hoje assim nos unimos nesta grande expressão de solidariedade, é porque a família dos comunistas é a maior e a melhor, é uma grande família em que todos se querem e se respeitam como irmãos, em que a verdade, a lealdade, a ajuda recíproca e a comunidade de ideias e de actos, são as regras do comportamento e das relações humanas.»

Álvaro Cunhal acrescentou: «As vidas dos revolucionários valem como sementes na luta dos povos. O esforço e o trabalho tão intensos que se confundem com a própria vida, a coragem tão natural que não necessita de afirmar-se, os sacrifícios tão voluntários que são aceites com alegria, a vida inteira de luta e de combate dos militantes que desapareceram estão bem presentes na actividade actual do nosso Partido e estarão presentes na sua actividade futura, somando-se ao esforço, ao trabalho, aos sacrifícios, às vidas de luta de milhares de outros comunistas, aos quais, em conjunto, se deve uma importante parcela da liberdade que vivemos e do novo Portugal democrático que estamos construindo.

«A luta dos comunistas na situação actual tem como objectivos a defesa dos interesses do povo trabalhador, a instauração de um regime onde estejam reconhecidas e asseguradas as mais amplas liberdades, a realização de profundas transformações económicas e sociais, rumo ao socialismo.»

E continuando, o secretário-geral do C. C. do Partido Comunista, disse ainda: «São estas as grandiosas tarefas do povo português no momento presente.

«A Revolução portuguesa está em marcha. Os trabalhadores portugueses, as massas populares em estreita aliança com o M. F. A., farão frente com decisão a quaisquer tentativas contra-revolucionárias e não permitirão tão-pouco que o eleitoralismo, num País ainda não inteiramente democratizado, venha a abafar a própria Revolução.

«Dadas as características originais da situação portuguesa, não só não queremos como, mesmo se quiséssemos não seria possível, a instauração de uma democracia formal, em que fosse conservado o poder económico dos monopólios e dos grandes senhores da terra. A Revolução, na sua dinâmica própria, pôs como única alternativa ao povo português: ou o poder dos monopólios e grandes senhores da terra e uma ditadura reaccionária; ou a democracia e a abolição do poder dos monopólios e dos latifúndios, com a realização de profundas reformas que conduzam Portugal ao socialismo. Não havia terceira solução. É a opção foi feita: a opção socialista.

«Nós, os comunistas, queremos uma democracia para o povo e não uma democracia para uso exclusivo dos grandes senhores. Queremos liberdade para o povo e não a liberdade para explorar e para oprimir.

«Queremos que os recursos nacionais e o produto do trabalho sejam destinados ao bem-estar do povo e não aos consumos egoístas de parasitas milionários.

«O objectivo do nosso povo não é a exploração capitalista encoberta pela palavra socialismo, mas o socialismo, na sua forma portuguesa, mas no seu conteúdo fundamental e universal: a abolição da exploração do homem pelo homem.

«As vitórias alcançadas na luta contra a reacção desde o 25 de Abril, as resoluções históricas do Conselho da Revolução após o 11 de Março (a nacionalização da Banca e de sectores-chave da vida económica nacional e as medidas de reforma agrária) abrem ante o povo português a real perspectiva da libertação política e social.

«Mais felizes do que todos aqueles que lutaram e morreram durante a noite negra do fascismo, Pedro Soares e Maria Luisa Costa Dias viveram tempo bastante para verem brilhar em Portugal o sol da liberdade, objectivo por que lutaram a vida inteira. Viram realizado este grande objectivo da sua vida de militantes. Não viram outro que foi o norte da sua vida de revolucionários: o socialismo.

«Hoje podemos porém afirmar: será preciso viver bem pouco para não ver o socialismo em Portugal.»

Depois, Álvaro Cunhal falaria na unidade deste modo: «A aliança do Povo-M. F. A. tem sido a força motora da Revolução. Nela está a raíz dos êxitos alcançados. Nela está a garantia do sucesso futuro.

«Nesta aliança, é de particular importância a unidade das forças populares e democráticas.

«A unidade da classe operária e das massas trabalhadoras nas empresas, evitando a divisão em grupos hostis e procurando sempre definir em comum uma orientação comum e uma acção comum.

«A unidade sindical, na base do grande movimento da Intersindical e sindicatos associados, movimento forjado e desenvolvido sob a repressão fascista, amassado no suor e no heroismo de milhares de militantes e que depois do 25 de Abril continuou e continua a intervir no processo revolucionário como factor positivo de primeiro plano.

«A unidade de todas as classes e camadas interessadas na construção do novo Portugal democrático: pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, intelectuais, artesãos.

«A unidade das forças democráticas traduzida na sua cooperação na actividade diária face a problemas concretos.

«A unidade da juventude trabalhadora e estudantil. A unidade das mulheres progressistas. A unidade do povo em luta por um futuro melhor.

«Por esta unidade lutaram toda a vida, com o seu Partido, Pedro e Maria Luisa.

«Por esta unidade continuaremos sempre lutando infatigavelmente.»

E em seguida, para finalizar, diria: «O Partido Comunista Português que já no tempo do fascismo era um forte Partido, com sólido apoio nas massas populares, é hoje um grande exército político da Revolução.

«Aos militantes experimentados e provados que vêm do tempo da clandestinidade, somam-se os milhares e milhares de novos militantes, que trazem consigo a nova experiência de vida e da luta nas condições do novo Portugal democrático, a determinação, a confiança e a alegria que dá a possibilidade de viver os admiráveis dias da liberdade que vivemos e de intervir activamente na construção de um regime democrático a caminho do socialismo.

«Confirmaremos pela nossa actividade os objectivos da luta dos milhares de comunistas desaparecidos. Construiremos a sociedade por que viveram e morreram gerações e gerações de comunistas, por que viveram e morreram Pedro Soares e Maria Luisa Costa Dias.

«Ombro com ombro com o M. F. A. e com outras forças revolucionárias, com a classe operária e as massas populares, vamos pelo caminho certo. Não o caminho de uma sociedade capitalista reformada, mas o caminho de uma verdadeira democracia e do socialismo.

«É ao povo português que cabe decidir do seu destino. Será o povo que decidirá.

«A vitória é difícil, mas é nossa.»

Em LAGOS o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no QUIOSQUE de LAGOS

DESVIO ILEGAL DE VALORES IMPEDIDO PELAS FORÇAS ARMADAS

VIGILÂNCIA POPULAR FRUSTROU A MANOBRA DE UM BANQUEIRO DO PORTO

. PORTO, 14 Cerca de 30 toneladas de mercadoria diversa, constituída por mobílias antigas, louças, obras de arte e vestuário, pertencentes à família do banqueiro Pinto de Magalhãesl foram ontem impedidas de seguir para o Brasil, quando se encontravam prestes a ser embarcadas, em Leixões, no navio «Alberto Cocozza». A intervenção de forças militares da Região Militar do Porto, agindo em concordância com o Conselho Superior da Revolução, a quem o caso foi previamente comunicado, deve-se, ao que nos afirmou um oficial do Quartel-General às informações «obtidas graças à vigilância popular». A mercadoria, constituída por dezenas de pacotes e dois contentores de 40 pés, havia sido, em parte, descarregada na segunda-feira em Leixões. Nesse mesmo dia à tarde as forças militares procederam a uma primeira verificação, aparecendo de surpresa no local com a lista das pessoas a quem as mercadorias se destinavam, residentes no Rio de Janeiro. Ontem, com a presença de um elemento da Guarda Fiscal, um oficial da Região Militar e um verificador da Alfândega, procedeu-se a nova verificação tendo diversas malas e pacotes seguido depois para o Quartel-General. Os contentores e outra mercadoria ficaram guardados na Alfândega, devendo ter hoje lugar uma nova verificação ao seu conteúdo. O pessoal da Alfândega e do próprio navio (que saía ontem às 21 horas para Santos e Rio de Janeiro com passagem por Lisboa) afirmaram-nos que um dos contentores tem mercadoria no valor de 1200 contos e o seu transporte custava cerca de 1000 o que só por si justificava a viagem de um navio. Por outro lado, segundo informação recolhida no mesmo local, a bagagem incluiria uma mobília com cerca de 200 anos, além de quadros, louças, pratas, tapeçarias, etc.

Soubemos também, por consulta que nos foi facultada a bordo do «Alberto Cocozza», que a mercadoria era despachada para o Rio de Janeiro em nome das seguintes pessoas José da Cost Lemos (seis volumes, Maria Luisa Magalhães Pinto Barros (seis volumes, incluindo quatro cofres que já estão no Quartel-General), Maria Amália de Oliveira Magalhães (seis volumes), Carolina Soares Oliveira Magalhães (cinco volumes, Gerolima Lidia Lázaro Serrano (cinco volumes, incluindo quadros e obras de arte). Os dois contentores seguiam para Casimiro Bizarro e pertenciam à firma Kuehne e Nagel Lta. Para o porto de Santos seguiam também cinco volumes (ao que nos disseram com pratas) em nome de Georgina Gomes de Oliveira Madureira. Algumas das obras de arte e mobiliário pertenciam à colecção de Rodrigo de Barros, genro do banqueiro Pinto de Magalhães. Entretanto, na sequência desta acção, foi também detectada e retida mercadoria (cerca de uma tonelada) destinada a um membro da família Serrano (António da Silva Serrano, ao que nos informaram) de Matosinhos, antigo industrial de conservas que se encontra no Brasil.

O despachante que tratou do envio de toda a mercadoria foi Álvaro Neto Pires, do Porto, e o «Alberto Cocozza estava agenciado pela «Navex».

A ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA E.F.T.A. DISCUTIDA NA PRÓXIMA SEMANA

. Em 1976 haverá uma zona de mercado livre abrangendo dezasseis países da Europa informou Bengt Rabaeus, secretário-geral da EFTA, durante a conferência de Imprensa que encerrou a sua visita de trabalho a Portugal tendo em vista a cooperação daquela organização com o nosso país. Bengt Rabaeus salientou que tenciona apresentar na próxima semana, dia 22, durante o Conselho de Ministros dos países da EFTA, o relatório acerca das conversações que travou com responsáveis portugueses.

O secretário-geral da EFTA adiantou, porém, na sua conferência ontem no Palácio Foz que «as conversações havidas incidiram, sobretudo sobre a assistência técnica a dar aos diferentes sectores da vida pública», e manifestou-se esperançado em obter na próxima reunião de Genebra «respostas favoráveis dos países associados para que seja possível levar à prática, tão depressa quanto possível, as propostas já apresentadas no sentido de a EFTA ajudar os governantes portugueses a enfrentar as dificuldades decorrentes da actual situação».

Bengt Rabaeus referiu ainda que o denominador comum dos níveis de cooperação da EFTA com Portugal, será o de «uma assistência técnica e tecnológica nos domínios da assistência social, da administração pública, do desenvolvimento das pescas, da indústria e da agricultura, e que frisou a assistência financeira **será questão a decidir pelos países-membros na próxima reunião de Genebra.**

ACORDO COMERCIAL POLÓNIA-PORTUGAL

Entretanto foi assinado ao fim da tarde, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, o acordo comercial entre a Polónia e Portugal. Estará presente ao acto o ministro polaco do Comércio Externo, Jerzy Olszewski, que esta manhã no âmbito do interesse que o seu país mostra pela nossa construção naval, visitou o estaleiro da Setenave, em Setúbal.

Ontem o ministro polaco teve um encontro inesperado, de cerca de 45 minutos, com Vasco Gonçalves. Admite-se que a visita de Jerzy Olszewski a S. Bento tenha servido para uma troca de impressões sobre as possibilidades de cooperação e colaboração entre os dois países.

Ainda durante a manhã e a tarde de ontem o ministro polaco, que parte amanhã de regresso ao seu país avistou-se sucessivamente com os ministros Silva Lopes, Mário Murteira e João Cravinho, titulares do Comércio Externo, do Planeamento e Coordenação Económica e da Indústria de Estado da Cooperação Externa.

FERNANDO GONÇALVES DOS SANTOS (antigo militante da A.R.A.) É AMANHÃ JULGADO NO BARREIRO

Em Janeiro de 1965, como militante da A.R.A., retirei uns 13 mil contos (nunca contei) da agência do Banco Totta Aliança no Barreiro. Esses milhares foram destinados à preparação e execução da luta armada que, durante largos anos, foi desencadeada, fundamentalmente, contra o aparelho militar colonialista. Se bem recorda, os primeiros comunicados da A.R.A. visavam sobretudo contrariar a máquina de guerra colonialista. Se quer um exemplo concreto, posso referir-lhe a sabotagem de Tancos, a destruição dos aviões e helicópteros, na altura armas de guerra contra povos escravizados». Estas são declarações recolhidas pelo repórter na cadeia do Montijo. O entrevistado, Fernando Gonçalves dos Santos, de 45 anos, vai responder amanhã, no tribunal do Barreiro, pelo «crime de desvio».

Na altura. 1965 o arguido, ausente no estrangeiro, foi condenado à revelia a 15 anos de prisão.

Tempos passaram. Regressado a Portugal, Fernando Gonçalves apresentou-se voluntariamente ao juiz do tribunal do Barreiro, alegando que o seu «crime» fora político. Conduzido para a cadeia do Montijo, onde com ele conversámos, aguarda muito tranquilamente a sentença do segundo julgamento. Disse-nos Fernando Gonçalves: «Foi necessário manter o máximo de sigilo. Não houve sequer acção de reivindicações por parte da A. R.A. Daqui a razão de o meu caso estar a seguir as vias jurídicas «normais». Não há qualquer paralelo «jurídico» com os casos dos presos políticos, por exemplo, com os casos dos libertados de Caxias no 25 de Abril.» Remetido, portanto, a delito comum, Fernando Gonçalves aguarda a decisão de amanhã. Até ele tem chegado, segundo nos afirmou, a solidariedade de velhos colegas de emprego, alguns do tempo em que era subgerente da delegação do Totta Aliança no Barreiro.

Além de velhos colegas, visitas tem havido, afirma Fernando Gonçalves, demonstradoras da permanência de laços de luta que não findará jamais. Entre os visitantes, o preso do Montijo destacou os nomes de camaradas nossos da Imprensa.

AUXÍLIO À CONGEL

. Portugal adianta um auxílio financeiro até ao limite de 7850 contos à Congel — Companhia de Pesca e Congelação de Cabo Verde, S.A.R.L., que se encontra em dificuldades. Esta é uma resolução do Conselho de Ministros tomada no passado dia 6 e agora transcrita em pormenor do «Diário do Governo».

Ao mesmo tempo foi designado o sr. Joaquim Júlio Carvalho Santos como terceiro membro da comissão administrativa da Congel por parte do Governo português.

Ambas as decisões decorrem de um considerando simples — «a cooperação económica entre Portugal e Cabo Verde».

COMISSÃO DINAMIZADORA

A Junta de Freguesia de Almada, em colaboração com a Comissão Dinamizadora de Moradores desta cidade, efectuada esta noite, às 21 e 30, no salão de festas da Incrível Almadense, um plenário para eleição de comissões de moradores de zona, para resolução de problemas de meio ambiente, fomento de habitação, fiscalização de preços, divulgação cultural, etc.

FILMES CASTELLO LOPES (30)
apresenta
JOE HILL era um amigo do povo, lutou pela liberdade e em nome dela foi espezinhado.

"Joe Hill"
A obra-prima de
BO WIDERBERG
o realizador de
"ELVIRA MADIGAN"
Vencedor do Grande Prémio de Cannes em 1967
com
THOMMY BERGGREN
ANJA SCHMIDT
Canções cantadas por JOAN BAEZ
NÃO ACONS. A MEN. DE 13 ANOS — COLORIDO
AMANHÃ, ESTREIA
CINEPOLIS
RUA ACTOR TABORDA (AO SALDANHA)

SINDICATO DOS CONTÍNUOS, PORTEIROS E PROFISSÕES SIMILARES

MUDANÇA DE INSTALAÇÕES

Informam-se os Associados que os Serviços de Secretaria, Contencioso, Informações e Direcção se mudaram para a Rua Victor Cordon, 36-2.°, exclusive os de Tesouraria, que, provisoriamente, continuam a funcionar na Travessa da Boa Hora, 46-1.°

A DIRECÇÃO

AUTOMÓVEL ROUBADO
CITROEN Ami 6 — D A - 43 - 29
Vermelho com tejadilho branco. Gratifica-se quem souber seu paradeiro.
Contactar Polícia ou Telefone 481805 — Porto

C. M. L.

COVAIS A DESOCUPAR E ANUIDADES EM ATRASO

Avisam-se as famílias dos falecidos inumados em Maio de 1970, nas sepulturas seguintes, de que devem comparecer na Administração dos cemitérios respectivos, para conhecimento das exumações a efectuar em Junho de 1975.

Alto S. João	14 515	a	14 573	adultos	e	11 166 a 11 168	menores
Prazeres	434	a	437	»	e	— —	»
Ajuda	8 606	a	8 723	»	e	212 e 213	»
Benfica	13 409	a	13 494	»	e	4 250 a 4 257	»
Olivais	1 252	a	1 423	»	e	273 a 316	»
Lumiar	3 595	a	3 888	»	e	1 951 a 2 029	»

Avisam-se os interessados de que os Serviços Cemiteriais não poderão ser responsabilizados pelo desaparecimento ou descaminho de valores que porventura tenham seguido à terra com os restos mortais a exumar, pelo que terão conveniência, quando assim tenha acontecido, em que por si ou por quem os possa representar, seja presenciada a abertura, dos covais para efeito das exumações. Caso pretenda assistir a essa abertura, deverá o interessado nos restos mortais ou quem o possa representar, expressamente declará-lo quando, para tratar da exumação, comparecer na Administração do Cemitério respectivo.

Avisam-se também os interessados nos compartimentos de jazigos e ossários municipais, cujas anuidades estão em atraso, de que devem actualizar o respectivo pagamento. O não pagamento dentro dos prazos indicados, implicará a desocupação dos aludidos compartimentos e os restos mortais neles contidos, considerados abandonados.

Nacional

SAI AMANHÃ O "NOVA TERRA"

Sai amanhã o primeiro número do semanário «Nova Terra», propriedade da Pacnirfe Empresa Editorial, Lda., ligada ao Patriarcado de Lisboa, e dirigido pela prof. dra. Maria de Lourdes Belchior, da Faculdade de Letras de Lisboa e da comissão instaladora da Universidade Nova de Lisboa.

A nova publicação, de perspectiva cristã e «politicamente apartidária», propõe-se «colaborar nos esforços comuns para a construção de uma nova sociedade portuguesa, em que a liberdade e a justiça coincidam como valores».

GRÉMIO NACIONAL DOS FABRICANTES DE MATERIAL ELÉCTRICO

COMUNICADO AOS ASSOCIADOS

Conforme estava previsto, reataram-se no dia 9 de Maio, na sede do Grémio, as negociações do C. C. T. dos Fabricantes de Material Eléctrico.

A Comissão Negociadora Gremial, depois de ter havido um esclarecimento prévio sobre cada uma das posições, pretendendo ir ao encontro das aspirações manifestadas pelos Sindicatos, elaborou uma nova contraproposta, que a seguir se transcreve:

«A — DESPEDIMENTOS SEM JUSTA CAUSA

É proibido o despedimento sem justa causa.

B — INDEMNIZAÇÕES

Se a entidade patronal despedir, sem justa causa, algum trabalhador ao seu serviço, pagará a este as seguintes indemnizações:

a) 6 meses de ordenado por cada ano de serviço até 5 anos de antiguidade na empresa;

b) 8 meses de ordenado por cada ano de serviço com mais de 5 anos de antiguidade na empresa;

c) os valores máximos das indemnizações não poderão ultrapassar 650 contos.

C — REDUÇÃO DE TEMPOS DE TRABALHO

1) Sempre que ocorra redução dos períodos normais de trabalho fixados no C. C. T. por causa não imputável aos trabalhadores, a entidade patronal garantirá 100 % da retribuição auferida nessa data.

2) As empresas que tiverem reduções de trabalho em vigor ficam obrigadas a renegociar com os trabalhadores intressados as condições praticadas, no prazo de 30 dias a contar da publicação desta adenda no Boletim do Ministério do Trabalho.

D — DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

O disposto nas alíneas B) e C) tem carácter transitório até à entrada em vigor do próximo Contrato Colectivo, no qual deverá ser incluída, de novo, a regulamentação tida por conveniente pelas partes quanto a esta matéria.»

No momento em que a Comissão Negociadora Gremial se preparava para apresentar a sua proposta, constatou a formação de uma manifestação de trabalhadores junto à sede do Grémio, ao mesmo tempo que eram recebidos telefonemas de empresas da zona de Lisboa, revelando que os trabalhadores haviam abandonado os seus locais de trabalho, para tomarem parte na referida manifestação.

Em face disso, decidiu:

a) Entregar à Comissão Negociadora Sindical a proposta que já havia elaborado, não obstante o inesperado da situação;

b) Comunicar aos representantes sindicais presentes que, apesar de ser seu desejo continuar as negociações, não poderia aceitar que as mesmas decorressem debaixo de qualquer forma de coacção

De toda esta situação foi dado imediato conhecimento ao Ministério do Trabalho.

Lisboa, 9 de Maio de 1975.

A COMISSÃO NEGOCIADORA

PORTO

Encontro Nacional dos Hospitais

. PORTO, 13 — Vai realizar-se nos dias 29, 30, 31 do corrente e 1 de Junho, no Hotel Praia Golfe, em Espinho, mais um Encontro Nacional dos Hospitais, organizado pelo Secretariado Nacional dos Hospitais da Zona Norte, para a discussão da problemática actual de Saúde no nosso país, bem como a recolha de propostas básicas para o estabelecimento do futuro Serviço Nacional de Saúde.

O plano de trabalhos é o seguite: 1 — Integração dos hospitais no Serviço Nacional de Saúde; 2 — Funcionamento hospitalar; 3 — Quadros, programação das carreiras sectoriais, ensino e reciclagem; 4 — Financiamento hospitalar e co-gestão, reivindicações sectoriais; 5 — Funcionamento democrático das estruturas hospitalares, Regulamento Geral dos Hospitais; 6 — Mecanismo de contra poder; — Representantes de utentes e trabalhadores hospitalares; 7 — Secretariado Nacional dos Hospitais; 8 — Problemática dos hospitais distritais; Misericórdias.

MOVIMENTO ESPERANTISTAS

O Movimento Esperantista Português, proibido em Portugal durante várias décadas, esforça-se por retomar a marcha interrompida.

Os seus antigos militantes estão neste momento empenhados em ultrapassar as enormes dificuldades que resultaram do largo período de estagnação, a maior das quais é a falta de elementos habilitados a ensinar esperanto às pessoas que em muitas terras do País estão interessadas na sua aprendizagem.

Para fazer o ponto da situação e determinar a linha de rumo a seguir, efectua-se no próximo mês de Junho na cidade do Porto um encontro de âmbito nacional que terá o seguinte programa: dia 7, às 16 horas, recepção aos participantes, e às 21 e 30, noite de arte, com filmes e poesia em esperanto; dia 8, às 9 horas, início, das visitas a locais de interesse cultural; às 11 horas, passeio turístico ao Porto e arredores; às 13, almoço de confraternização; e às 16 horas, sessão para discussão de propostas de desenvolvimento do esperantismo em Portugal, sento todas as intervenções, quer escritas, quer faladas, em esperanto.

Integrada no encontro, haverá uma exposição intinerante de livros, gráficos e cartazes, que estará durante a semana que se inicia a 9 de Junho, em locais de grande frequência, com o objectivo de levar o esperanto às pessoas.

APLICAÇÕES DA MATEMÁTICA

Laurent Schwartz, professor da École Polytéchnique de Paris, profere amanhã, às 17 e 30, na Faculdade de Ciências do Porto, uma conferência sobre «Les Aplications P-Somantes et la Geometrie des Espaces de Banach».

O conferencista, no dia seguinte, às 18 horas, e no mesmo local, dissertará sobre «Mathematique pour Physiciens et Ingenieurs».

CONFRATERNIZAÇÃO DE ANTIGOS ALUNOS

Pela 12.ª vez, vai realizar-se, no dia 25, a confraternização dos alunos que frequentaram a Escola de Santo Ildefonso, (Porto), nos anos de 1919/1922.

Do programa fazem parte, missa às 9 horas, na Igreja de Santo Ildefonso, por alma dos professores e alunos falecidos e romagem ao mausoléu do prof. Augusto Lessa, no cemitério de Paranhos, onde será prestada homenagem à sua memória; às 13 horas haverá um almoço de confraternização num restaurante dos arredores do Porto.

LINHAS DO VALE DO VOUGA E DO DÃO

ELABORADO UM PLANO DE TRANSPORTES PARA DISCUSSÃO DAS POPULAÇÕES INTERESSADAS

. «Para ser discutido pelas populações interessadas, foi já elaborado um plano de transportes para as linhas do Vale do Vouga e do Dão» — informou, em conferência de Imprensa, o dr. Artur da Graça Cunha, secretário do governador civil de Aveiro.

Foi afirmado que «não é admissível restaurar o serviço existente à data do encerramento, por ele não corresponder às necessidades da população nem à adequada utilização ao caminho-de-ferro. Por outro lado, não é possível manter a tracção a vapor, e a utilização de material «diesel» põe limitações de quantidade. Propõe-se, assim, um serviço misto rodoferroviário no complexo Vale do Douga, dentro do seguinte esquema: caminho-de-ferro serviço de longo curso e directo; rodovia serviço regional é onibus».

Presume-se que este tipo de serviço será o que melhor serve a população «porque permite satisfazer a procura por forma a que a ferrovia efectue transporte de massas a grande distância, com a preocupação de minimizar os tempos de percurso; e a rodovia assegure o tráfego local de pequeno curso, servindo todas as localidades, e tendo em atenção as feiras, romarias, etc».

Entrando em pormenores, afirmou-se ainda que «dentro do modelo de transporte ferroviário adoptado, caberá fundamentalmente ao caminho-de-ferro: ligar Viseu a Lisboa e ao Porto, de tal modo que seja possível ir de Viseu a Lisboa ou ao Porto e voltar no mesmo dia, com tempo útil de estada (porque Viseu é o ponto mais remoto do sistema, as ligações de outros centros regionais ficarão contempladas em condições ainda mais favoráveis); assegurar as ligações das estações que servem sedes do concelho ou aglomerados importantes às capitais do distrito (Aveiro e Viseu) e entre si; garantir, no mínimo, uma paragem por cada 20 quilómetros com características de distribuição regional; e garantir as comunicações a povoações inacessíveis por estrada, ou cujo acesso obriga a um gravoso aumento de percurso da camionagem».

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve, a que se refere o processo 8/554559, do arquivo 5460, para o estabelecimento na freguesia de Guia, concelho de Albufeira, de uma linha aérea a 30 kV com 82 m. do poste n.º 118 da linha Loulé-Porto de Lagos ao posto de transformação de Assumadas.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 6 de Maio de 1975.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

PEDREIROS 45 HORAS SEMANAIS

Foi fixado em 45 horas semanais o período normal de trabalho dos profissionais da construção civil integrados na União de Sindicatos do Norte que laboram em empresas abrangidas pelo Grémio Regional dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas. A aplicação desta tabela é o resultado das conclusões da comissão arbitral designada para analisar as condições de trabalho dos profissionais da construção civil e obras públicas.

AUTARQUIAS LOCAIS

Continuação da pág. 1

liquidarem como organização empenhada na mobilização dos trabalhadores e da população em geral, em redor dos interesses nacionais mais que sectoriais ou partidários, o aumento de aderentes ao partido cifrado em mais de um terço verificado nos 10 dias imediatamente após o fim da campanha eleitoral, foram as traves mestras da conferência de Imvrensa.

«É importante anular o Código Administrativo (caetanista) e substituí-lo por um conjunto de leis revolucionárias, muito simpres e muito claras; há necessidade de descentralização administrativa e das autarquias locais serem dotadas de capacidade de decisão». Foram as palavras e as medidas propostas por José Manuel Tengarrinha que em seguida esquematizou a contestação em duas vias (a política e da reivindicação salarial, muitas vezes irrealizável e irrealista) de que as comissões administrativas das autarquias locais têm sido alvo, por parte de certos partidos que, segundo o pensamento dos dirigentes do M.D.P./C.D.E., têm adquirido uma «feição ridícula» já que as «eleições para a Assembleia Constituinte nada têm a ver com as eleições para as autarquias locais».

Foi ainda condenado o comportamento de certos partidos políticos que pretendem que «o País se reconstrua à imagem das percentagens de voto» e sobrepõem os interesses partidários aos interesses dos trabalhadores e da população.

Depois de constatar que «um certo alheamento dos partidos face ao problema angolano se tem comunicado ao próprio espírito das populações», Manuel Tengarrinha salientou que é urgente «incitar todas as forças progressistas a empenharem-se mais profundamente no esclarecimento das populações sobre o problema angolano» a que estamos ligados «por responsabilidade histórica» e porque além do mais, o inimigo (as forças imperialistas) é comum a Angola e Portugal, sendo significativo verificar que «as perturbações de Angola têm sido sempre acompanhadas e precedidas de perturbações e crises políticas aqui».

AS ELEIÇÕES NA REVOLUÇÃO

«Uma revolução não se faz com eleições», disse o professor Pereira de Moura que se referiu, à evolução de certos partidos, citando nomeadamente o caso de Pinto Balsemão que teria afirmado num comício ser necessário perante o processo revolucionário em curso mandar para a prateleira o projecto liberal e Mário Soares que teria reconhecido numa entrevista concedida a «Le Nouvel Observateur que de início pensara em formular um projecto de social-democracia.

Tengarrinha insistiria na tónica de que a campanha eleitoral não tinha falado a linguagem da verdade

ENCONTRO COM O C.S.R.

Representantes do Movimento Democrático Português entrevistaram-se ontem com elementos do Conselho da Revolução — nomeadamente o almirante Rosa Coutinho e o capitão Vasco Lourenço. Do lado do M.D.P./C.D.E. estavam presentes, além do arquitecto Mário Bruxelas, governador civil de Lisboa, José Manuel Tengarrinha, José Augusto Gouveia, Ezequiel de Matos Vicente e Maria Graciete Alves Baptista.

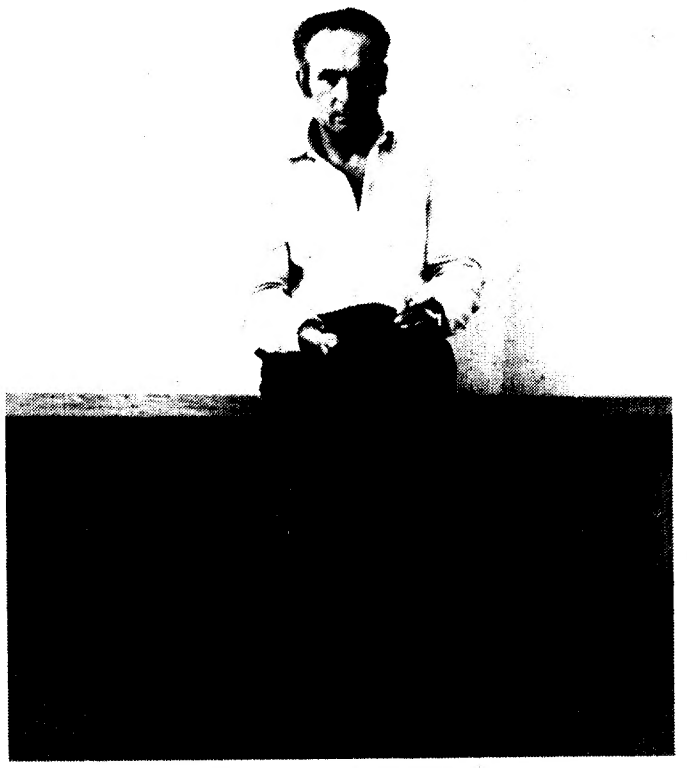
A reunião decorreu em S. Bento, na residência oficial do 1.º Ministro.

JOSÉ DIOGO

UM TRABALHADOR À ESPERA DE JUSTIÇA

José Diogo, trabalhador rural do Baixo Alentejo, está na prisão acusado de ter morto um homem. E vai responder, em tribunal, pelo acto cometido. Não houve premeditação nem violência gratuita no gesto do assalariado ao esfaquear o patrão que lhe recusava o direito ao trabalho. Aliás, o latifundiário Columbano Libânio Monteiro, arrogante e com alguma dose de estupidez à mistura, não se limitou a uma negativa seca. Fez mais do que isso: insultou e agrediu o trabalhador, seguindo a tradição do senhor feudal que castigava ou mandava castigar os escravos que não cumprissem devidamente uma ordem. Como qualquer colono branco que mantinha os criados negros na mais humilhante sumissão à custa do chicote. Pois é! José Diogo matou um homem. Mas que espécie de homem era esse Columbano Monteiro? Em que circunstâncias se processou o «crime»?

Texto de LURDES FÉRIA
Fotos de RUI PACHECO



Um homem que não tem medo de olhar em frente

. Ouvimos as declarações do réu e a opinião de testemunhas que conhecem o comportamento dos dois indivíduos: a «presumível vítima» e aquele que durante tantos anos foi a vítima autêntica da injustiça social.

José Diogo nasceu há 37 anos em Almeirim, a poucos quilómetros de Castro Verde. É um homem vulgar. Se não fosse este caso nunca ultrapassaria o estatuto do anónimo

A mulher e os filhos do réu aguardam com esperança que seja feita justiça

camponês do Alentejo. Casado, com três filhos pequenos, uma vida feita de privações e luta. Aquela luta pelo pão de cada dia conquistado à custa de suor e algumas humilhações. Ia vivendo calmamente até que em 30 de Setembro teve um conflito com o latifundiário Columbano Monteiro, ex-presidente da Câmara de Castro Verde, admirador confesso do ditador Salazar. Ninguém na região ficou espantado pelo desentendimento entre patrão e empregado, pois todos os que trabalharam para o fascista Columbano entraram inevitavelmente em conflito com ele.

Encontrámos José Diogo na cadeia de Beja, confiante e tranquilo quanto à sua sorte. Sabe que não praticou nenhum mal contra a sociedade. Pelo contrário. Os oito meses passados na prisão, trouxeram-lhe uma consciência clara da sua situação. José Diogo ao matar involuntariamente o patrão vingou muitos camaradas da sua classe que foram ofendidos e reprimidos por «Columbanos» e outros que tais.

Explicou-nos Diogo pormenorizadamente os acontecimentos:

«Eu só trabalhei como tractorista para o dr. Columbano Monteiro durante três meses e meio. Começámos a ter discussões por causa do horário de trabalho. Esse senhor recusava-se a respeitar as 8 horas e obrigava os empregados a trabalhar de sol a sol. Ele dizia que as oito horas eram para os empregados de escritório, pois os trabalhadores do campo não tinha esse direito. Por outro lado não queria pagar os ordenados estipulados no contrato colectivo assinado pelo nosso Sindicato».

A DEMOCRACIA ATACADA

As palavras de José Diogo ilustram a posição de certos latifundiários do Alentejo. Para eles o 25 de Abril era apenas uma mudança de Governo. Os senhores da terra continuavam a ditar a sua lei. O general Spínola funcionava como garantia de que tudo permanecia na mesma. Aconteceu o 28 de Setembro, numa tentativa para esmagar uma democracia que dava os primeiros passos.

«O dr. Columbano falava contra a situação política vigente. E quando eu lhe chamei a atenção para o cumprimento das leis ditadas pelo Sindicato e pelo Governo Provisório, porque estávamos numa democracia, ele disse: «Qual democracia nem democracia. E desculpe-me a expressão: até chegou a afirmar que a democracia era uma merda».

O patrão reaccionário despede o trabalhador. Nessa altura, por todo o Alentejo, havia uma vaga de desemprego e os latifundiários faziam a mais descarada sabotagem económica para impedir a consolidação do processo político em curso. Ainda os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas não estavam organizavam organizados para a ofensiva que lançaram mais tarde contra os patrões.

«Vi-me desempregado com três filhos para sustentar e pensei: não gramo o tipo, mas não tenho outro remédio senão ir-lhe pedir emprego. Assim fiz. À uma hora da tarde de 30 de Setembro, depois de ter bebido uns copitos, fui falar com o dr. Columbano. Entrei no quintal da casa dele, onde me recebeu. Porém não me deixou falar. Chamou-me «canalha» e «patife». Mandou-me tirar o boné da cabeça e agrediu-me a soco. Aí puxei da faca (um canivete vulgar) e espetei-lho duas ou três vezes. O dr. Columbano recusou-se a receber tratamento em Castro Verde porque estava mal com o médico. E em Beja também não quis ser tratado.»

José Diogo é preso na sua casa, em Casével, pela G.N.R. O latifundiário morre quinze dias depois da agressão. No entanto, os advogados e os amigos incutiram em José Diogo uma certa esperança que lhe permitia encarar o futuro com optimismo.

«Espero que tudo corra pelo melhor. Os advogados deram-me boas esperanças. É a primeira vez que enfrento um tribunal. Tenho impressão que

José Diogo relata ao D.L. o seu conflito com o fascista Columbano Monteiro

o meu caso será encarado com justiça. Escrevi uma carta ao dr. Álvaro Cunhal e outra ao brigadeiro Vasco Gonçalves a expor a minha situação».

SOLIDARIEDADE

De início a defesa de José Diogo estava entregue ao dr. Celso Pinto de Almeida, que presentemente exerce um cargo no Governo. A partir daí, o processo passou para as mãos dos advogados da A.E.P.A. que se ofereceram para tomar conta do caso. Várias organizações políticas têm prestado permanente apoio e solidariedade ao trabalhador José Diogo. Destacamos sobretudo a acção da U.D.P. e do P.U.P. que já organizaram alguns cantos populares com o fim de arranjarem fundos para subsistência da família do preso.

«Recebo muitas visitas de pessoas de Castro Verde e de Beja. Vêm aqui amigos do Partido. Comunista, da U.D.P. e do P.S. que me conhecem há muitos anos. Vêm como amigos e não como elementos deste ou daquele partido.»

Perguntámos a José Diogo se ele tinha consciência política antes do 25 de Abril.

«Eu sabia que era explorado, mas não podia manifestar-me, pois estava sujeito a ir parar a uma prisão. Numa altura em que vivi na Moita do Ribatejo todos os meses lia, com um camarada de Aljustrel, o «Avante» e propaganda revolucionária do P.C.P. Já lá vão 15 anos. «Mas não pertenço ao Partido...»

Pusemos algumas questões a José Diogo:

«Que pensa da evolução ocorrida após o 25 de Abril?»

«Acho que isto caminha para uma democracia e que os explorados vão viver melhor. Não vai ser como antes em que o pobre não tinha direito a nada.»

«E a Reforma Agrária?»

«Isso trará benefícios ao povo camponês. Os ricos não tratavam das terras. Veja lá que numa propriedade do Columbano Monteiro, onde andei, as árvores estavam em cima umas das outras e nunca eram limpas. Não preparava as terras. Deixava as propriedades ao abandono. Dizem que ele vendeu três propriedades para auxiliar a contra-revolução.»

Na cadeia de Beja, José Diogo aguarda julgamento. Anda à vontade dentro das instalações, aliás como acontece com os outros 13 presos de delito comum que se encontram ali. Mata o tempo lendo os jornais que lhe mandam e faz quadros com cercaduras de paus de fósforos. Um trabalho minucioso que requer muita paciência. Na parte superior de um trabalho feito por José Diogo, vimos as três letras P.C.P., «Liberdade» «Lenine» e «A terra a quem a trabalha». No meio do quadro, em fundo verde, a foice e o martelo.

JUSTIÇA PARA JOSÉ DIOGO

No Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas recolhemos a opinião de José Soeiro, membro da direcção em exercício:

. «Eu quanto a mim penso que ele não devia estar preso. Por outro lado acho que se devia abrir um inquérito sobre a vida do outro e então se veria se José Diogo tinha ou não motivos fortes para fazer o que fez. Mataram-se trabalhadores por muito menos. No entanto, não tenhado dados suficientes para analisar o caso correctamente. Lamento que os advogados não tivessem enviado para o Sindicato um relatório da ocorrência.»

Em Castro Verde. Na sede do P.C.P. lá estava pendurado um dos quadros de José Diogo. Conversámos com Francisco Manuel Pires Eugénio, cantoneiro reformado, membro da Comissão Concelhia do Partido Comunista.

«Esse Columbano não era boa rês. Ninguém gostava dele aqui na terra. Fez aí umas avarias. Nem os outros fascistas o gramavam. Mandou prender uma série de pessoas e batia nos empregados. Uma vez bateu no sobrinho de um maioral com o cano de uma espingarda. Quando o camarada Baião do P.C. foi preso, esse Columbano andou a espalhar que ele era um incendiário e que tinha feito sabotagem num comboio carregado de crianças. Denunciou o nosso camarada à polícia sem o homem ter feito nada. Era um malandro. Outra vez mandou fazer um buraco na Câmara Municipal e acusou o camarada Baião dessa façanha. Ele tinha um grande ódio aos comunistas. Por isso tudo, acho que o José Diogo devia ser posto em liberdade. Foi o outro que o obrigou a fazer aquilo. A mim deixou-me de falar porque sou comunista. Nunca mais lhe liguei. Felizmente, não precisei de trabalhar para esse bicho. O Columbano era tão ganancioso por dinheiro que obrigou a mulher a fazer testamento em favor dele deserdando assim a família dela. Com certeza que os advogados e o juiz sabendo como ele era não lhe vão dar razão...»

«UM REFINADO BANDIDO»

Em Casével, onde José Diogo vivia, contactámos algumas

Continua na pág. 8

A população de Almeirim absolveu José Diogo

Nacional

Movimento nos gabinetes

O ministro da Indústria e Tecnologia nomeou chefe do gabinete o dr. Francisco Pereira Soares e adjuntos do gabinete os drs. Luís Nunes de Almeida e José Carlos Serras Gago. Secretária pessoal do mesmo ministro é a D. Maria Filomena de Sousa Dias Teixeira.

Entretanto, o secretário de Estado da Indústria e Tecnologia nomeou sua secretária pessoal D. Maria da Graça Neto Rodrigues e o subsecretário de Estado da Administração Industrial escolheu para idêntico lugar D. Maria Teresa Neto Rodrigues.

Como adjuntos entraram para os gabinetes do subsecretário de Estado da Administração Indústrial e do seu colega da Programação Industrial respectivamente o dr. Augusto Pereira Luís e o dr. Aníbal Durães da Silva.

Vestuário português para a República Democrática Alemã

A República Democrática Alemã está interessada em comprar produtos portugueses.

Graças aos contactos estabelecidos pelo actual Governo com os Países com que durante dezenas de anos estivemos impossibilitados de contactar, abrem-se novas e muito animadoras perspectivas à exportação portuguesa.

Desta feita é a República Democrática Alemã que se mostra com interesse na nossa indústria de confecções, abrindo-se desta forma um extraordinário mercado a um importantíssimo sector da nossa economia.

Os produtos que são considerados nesta hipótese que se nos abre são:

- **Camisas de noite para senhora em algodão poliester**
- **Blusas em jersey**
- **Blusões em nylon e calças em bombazine para rapaz**
- **Calças de trabalho**
- **Anoracks em nylon para senhora, homem e rapaz.**

As Empresas que dentro do sector se sintam em condições de responder a esta consulta, deverão enviar os seus mostruários e preçários para a Embaixada em Lisboa da República Democrática Alemã, na Av. de Berna n.º 11-9.º, até ao fim da corrente semana.

Quaisquer outras informações poderão ser obtidas no Grupo de Trabalho de Confecções do Fundo de Fomento de Exportação, na Av. 5 de Outubro, 105, em Lisboa.

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL E DO AMBIENTE

Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos

Direcção dos Serviços de Aproveitamentos Hidráulicos

DIVISÃO DE OBRAS

CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CANAL DE FONTE SERNE, DO DISTRIBUIDOR DO MONTE DOS ALHOS E DAS RESPECTIVAS REDES DE REGA, NO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DE FONTE SERNE

Anuncia-se que o prazo do concurso público para arrematação da empreitada acima, aberto por anúncio publicado no «Diário do Governo» n.º 73, de 27 de Março de 1975, fica prorrogado para 27 de Maio de 1975, devendo o acto público realizar-se no dia seguinte, pelas 15 horas, no local já anteriormente anunciado.

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS HIDRÁULICOS, em 8 de Maio de 1975.

O ENGENHEIRO SUBDIRECTOR-GERAL
Estêvão Mendonça Lames de Oliveira

motor revista

UM TRABALHADOR À ESPERA DE JUSTIÇA

Continuação da pág. 7

pessoas amigas dele para deporem sobre o assunto. A sua casa, de portas e janelas cerradas, enquadrava-se no cenário de uma aldeia que parecia quase adormecida. Numa pequena mercearia onde sobressaia outro quadro de José Diogo falámos com Dulce Raposo Varela, filha e neta de duas testemunhas de defesa do réu.

«Conheço muito bem o José Diogo e penso que ele devia ser libertado imediatamente. Matou um grande fascista, um explorador do povo. O meu avô trabalhou para o dr. Columbano durante 30 anos e tinha vastas razões de queixa contra ele. O meu avô era maioral e trabalhava de noite e dia. Não descansava aos dias santos. O patrão nem sequer o deixava sair no dia da feira de Outubro para comprar qualquer coisa».

Dulce Varela, uma jovem comunista, relata acaloradamente a exploração de que o seu avô foi vítima:

«O meu avô uma vez foi para o hospital de Beja com as tripas de fora por causa da hérnia que rebentou. Como nós não tínhamos condições económicas telefonei ao dr. Columbano exigindo que pagasse a ambulância ao meu avô. Não queria e eu tive de gritar com ele. Era um refinado bandido e já devia ter sido morto há mais de 30 anos. Quando o meu avô já não podia trabalhar pedi-lhe uma reforma. Então o fascista respondeu que preferia gastar 200 contos com advogados do que dar 200$00 ao meu avô».

Manuel José Maria, trabalhador rural, manifestou também a má impressão que tinha de Columbano Monteiro.

«Trabalhei para ele como maioral de ovelhas. E tive grandes aborrecimentos. Quando o Zé Diogo matou esse homem foi uma festa aqui em Casével»

António Prazeres, camponês, conta alguns incidentes provocados pelo reaccionário ex-presidente da Câmara de Castro Verde.

«Mandou prender oito ceifeiros de Casével que trabalhavam para ele dizendo que eram comunistas. E um deles, chamado Francisco Nobre, depois de ter saído da prisão, foi-se afogar no poço do dr. Columbano. Isto aconteceu há 25 anos.»

Em Almeirim, ouvimos Maria Augusta Matos, de 26 anos, mulher de José Diogo, que acabava de chegar do trabalho.

«O meu marido quando entrou em casa depois do acidente não disse nada. Eu só soube do ocorrido quando a G.N.R. o veio prender. Tenho esperança que ele saia. O outro indivíduo era um fascista declarado. O povo até dizia que estava ligado à P.I.D.E.»

Novamente em Castro Verde contactámos com o senhor Terlica, alfaiate, amigo de José Diogo e simpatizante da U.D.P. que tem prestado forte apoio ao trabalhador preso batalhando pela sua libertação.

«Quanto a mim o José Diogo fez um acto de justiça. Foi capaz de fazer o que muitos não fizeram por cobardia. Columbano Monteiro merecia a morte. Quem o conhecia sabia como ele era conflituoso. Todos os dias tinha questões com as pessoas. Apesar de fascista podia não ser tão mau. Há alguns que ainda disfarçam, mas aquele não. Quanto ao José Diogo era um homem revoltado que sabia como o exploravam. Não se pode dizer que fosse politizado ou estivesse ligado a um partido, mas o seu caso é sem dúvida político».

O julgamento do homem que matou um carrasco do povo estava marcado para o dia 12 de Maio, em Ourique. No entanto, foi adiado «sine die». É preciso que não demore. O caso José Diogo exige justiça e urgente. O povo do Alentejo faz pressão para que o caso não se arraste. Diogo não é um réu qualquer.

nova terra
semanário de opinião e informação
quinta-feira
nova terra
jornal aberto
objectivo
apontado ao futuro

Folha oficial

Um decreto-lei publicado na folha oficial de hoje determina que os militares do quadro permanente do recrutamento dos antigos territórios ultramarinos que mantenham a nacionalidade portuguesa, de acordo com a lei vigente em Portugal, podem requerer ao chefe do estado-maior do respectivo ramo das Forças Armadas o seu ingresso no quadro metropolitano.

///

Um outro diploma determina que os sargentos dos quadros permanentes das Forças Armadas, nas situações do activo e de reserva em serviço efectivo, tenham autorização para a detenção, uso e porte de arma nas condições prescritas para os oficiais nas mesmas situações

///

Foram autorizados os Serviços das Forças Armadas e o Cofre de Previdência das Forças Armadas a proceder à atribuição das suas casas de renda económica, respectivamente, aos seus beneficiários e subscritores que tenham regressado à Metrópole antes do fim normal das suas comissões de serviço militar.

///

Por portaria do Ministério das Finanças foi fixado em 75 000$00 o limite de rendimento colectável dos prédios adstritos a explorações agrícolas, silvícolas ou pecuárias, a partir do qual será obrigatória a apresentação das declarações a que se referem os artigos 329.º e 367.º parágrafo 1.º, do Código da Contribuição Predial e do Imposto sobre a Indústria Agrícola.

///

Um decreto-lei do Conselho da Revolução determina várias providências a adoptar pelo Estado em relação à Caixa Económica de Lisboa, instituição de crédito anexa ao Montepio Geral.

Saneamento interrompido

Mantém-se paralisada desde fins de Janeiro do corrente ano, a actividade da Comissão Ministerial de Saneamento e Reclassificação do Ministério dos Assuntos Sociais. Motivo: não há presidente. Aguarda-se entretanto que o novo ministro, dr. Sá Borges, intervenha directamente na reactivação do processo, pois, segundo apuramos, mostrou-se já interessado na conclusão rápida dos trabalhos de saneamento.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

De harmonia com o Parágrafo único do Art.º 24.º dos Estatutos convoco todos os sócios deste Sindicato para continuação da Assembleia Geral Extraordinária efectuada no dia 4 de Abril e que se realizará no próximo dia 15 do corrente mês, no Pavilhão dos Desportos, pelas 21 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos (continuação da anterior) :

2 — Verticalização
3 — Anteprojecto dos Estatutos
4 — Contrato Colectivo de Trabalho (Vertical) da Indústria Metalúrgica

NOTA : É indispensável a apresentação do cartão de sócio do Sindicato

Lisboa, 9 de Maio de 1975

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
José António Coelho Pinheiro

O comício do PPD no Estádio 1 de Maio

Na noticia publicada na nossa edição de ontem sobre o comício do P. P. D. no estádio 1.º de Maio, atribuímos a José Teodoro Jesus da Silva um discurso que na realidade foi pronunciado por Estevão Pape, membro da Juventude Social Democrática. José Teodoro Jesus da Silva é o deputado eleito pelo circulo da emigração, encontrava-se de facto no comício do P. P. D., mas não usou da palavra.

GUERRA DO POVO

Continuação da pág. 3

pondo as armas que rapidamente iam substituindo o rudimentar «armamento» da unidade revoltosa. Quando a guarnição rendida acabou de desfilar, a unidade da guerrilha estava completamente equipada. «Sim», concluiu o chefe dos guerrilheiros, com um sorriso e dando uma pancada afectuosa na «mãe carabina», «com ela capturámos o nosso primeiro posto e ela presenteou-nos com a sua primeira **cria**».

A «cria» nascida desta acção e de outras semelhantes praticadas por todo o país, incluiria agora 600 tanques americanos, mil blindados de transporte pessoal e 1500 peças de artilharia. E, se as forças de libertação tivessem pilotos suficientes para tanto, poderiam agora exibir-se num voo com mais de 1600 aviões, desde bombardeiros a jacto a helicópteros armados. Todos eles capturados ao inimigo. O Pentágono está ainda muito ocupado a completar a lista, mas um primeiro cálculo avalia essas «capturas» em 5 biliões de dólares (cerca de 150 milhões de contos). No entanto, fazendo jus ao seu eterno optimismo, o Pentágono entende que todos esses aparelhos ficarão em breve sem serventia, por «falta de peças sobressalentes».

O general Frederik Wyand, chefe do Estado-Maior do Exército dos E. .A., deplorou o facto de o exército de Saigão não ter destruído todo este equipamento, «de acordo com o plano». Isto faz lembrar a observação feita pelo tão louvado estratega norte-americano, general Westmoreland, que um dia saiu com uma frase do género: «Mas porque é que os Vietcong não aparecem em campo aberto para lutarem como homens?».

A sucessão de «brilhantes» generais americanos que têm ido buscar derrotas ao Vietname como já acontecera com a nata do **establishment** militar francês — nunca podia entender o conteúdo da «Guerra do Povo». Menos ainda o podiam entender os generais fantoches de Thieu para baixo, formados à imagem e semelhança dos militares americanos. Na verdade, os militaristas e os fascistas só conseguem ter desprezo pelo povo, como há-de eles entedê-lo?

. «Aos primeiros disparos da invasão imperialista» — escreve Giap no livro já acima referido, «o general Leclerc, o primeiro comandante do corpo expedicionário francês, calculou que a operação para a recuperação do Vietnam seria um simples passeio militar. Quando depararam com a resistência do povo vietnamita no Sul, os generais franceses considerariam que ela seria fraca e pouco duradoura, e agarraram-se à ideia de que em dez semanas, no máximo, ocupariam e «pacificariam» todo o território sul-vietnamita. (O mesmo fez o comando Saigão-E.U.A. quando, em Março de 1965, desembarcaram as primeiras unidades de fuzileiros em Danang.). A verdade é que o exército vietnamita era, nessa altura, débil em todos os aspectos e destituído de tudo. Os colonialistas franceses tinham razão nesse ponto. Mas o que eles não podiam era compreender um factor fundamental e decisivo: que o exército vietnamita, apesar de materialmente muito fraco, era um exército do povo. Ao provocarem as hostilidades, os colonialistas agressivos alienaram toda a nação. E, na verdade, toda a nação vietnamita, todo o povo vietnamita se ergueu contra eles. Incapazes de se aperceberem desta profunda verdade, os generais franceses — que esperavam uma vitória fácil — camihavam, em vez disso, para uma derrota certa. Pensavam que seriam capazes de dominar facilmente o povo vietnamita, quando acabaram por ser esmagados por ele.»

O APOIO DO POVO

O apoio do povo não é uma expressão de vago sentimentalismo. Traduz-se em formas organizacionais, em cada aldeia, em cada vila, em cada cidade e nas grandes cidades, como Hué, Danang e Saigão. Organizações de velhos para abrigar e abastecer os guerrilheiros; organizações de crianças para espiar as posições inimigas e conduzir os combatentes até aos seus objectivos; organizações de trabalhadores para auxiliarem a transportar fornecimentos e a preparar as posições de combate; organizações de estudantes para faserem propaganda entre a população e «persuasão» junto das tropas fantoches; organizações de mulheres para cuidarem dos feridos. Tais organizações estiveram em acção por todo o Vietname do Sul durante 30 anos, emergindo à superfície ocasionalmente quando as circunstâncias o permitiam ou a necessidade o exigia. Até 30 de Abril, as prisões e os campos de concentração estiveram abarrotados de activistas destas organizações, que foram apanhados ao longo dos anos. Os sacrifícios foram grandes, mas por cada activista preso, havia vários voluntários que iam ocupar o lugar deixado vago. Se o mundo pôde maravilhar-se com a rapidez com que 20 capitais provinciais caíram quase à média de uma por dia, foi porque as organizações do povo, em cooperação activa com as suas forças armadas, minaram a vida do inimigo, o inimigo, que, de repente, se deu conta de que todo o povo estava contra ele, e arremessou as armas, despiu os uniformes e pôs-se em fuga. Isto nuns casos, porque em muitos outros as tropas fantoches se passaram para as forças de libertação.

Não há combatente da resistência do Sul que não saiba de cor os preceitos de Giap e Ho Chi Minh. Por isso, todos sabiam que, começando com a luta de guerrilha e armas primitivas, iriam gradualmente formando as suas forças e adquirindo a experiência até ao ponto de poderem enveredar por uma guerra móvel. Essa guerra prolongada passou pelos seus três estádios: de **defensiva** (resistir às tentativas do inimigo para os esmagar), uma fase de **equilíbrio** (quando eles atacavam sempre que eram atacados e foram gradualmente reduzindo a diferença numérica entre as suas forças e as forças inimigas, a fim de poderem passar à) fase da **contra-ofensiva**, só possível quando eles adquiriram capacidade de lançar a guerra móvel e conseguirem, em certos pontos, uma esmagadora superioridade.

Vo Nguyen Giap parecia estar a descrever a situação na véspera da ofensiva de sete semanas que esmagou as doze divisões que restavam de Saigão, quando escreveu a seguinte passagem, nas vésperas de Dien Bien Phu: «As actividades de guerrilha espalharam-se por todas as regiões temporariamente ocupadas pelo inimigo. Cada habitante era um soldado, cada aldeia, uma fortaleza, cada célula de partido e cada comissão administrativa de aldeia, um estado-maior... Começando por pequenas operações, com a força de um pelotão ou de uma companhia para aniquilar alguns homens ou um grupo de soldados inimigos, o nosso exército desencadeou mais tarde importantes combates com um batalhão ou regimento para destroçar várias companhias inimigas, chegando, finalmente, a maiores campanhas, envolvendo muitos regimentos, depois muitas divisões até acabar em Dien Bien Phu, onde o corpo expedicionário francês perdeu 16 mil homens. Foi este processo de desenvolvimento que tornou possível que o nosso exército caminhasse firmemente rumo à vitória...».

Numa série de quatro visitas que fiz às zonas libertadas entre os fins de 1963 e os meados de 1966, vi guerrilhas aldeãs de «part-time» ascenderem a tropas regionais a tempo inteiro, que foram integradas em companhias regionais nos batalhões do exército regular de libertação. Os batalhões expandiram-se em regimentos e os regimentos, em divisões.

UM MITO

O mito de que os 500 mil homens do exército de Saigão caiu em sete semanas por causa das forças invasoras do Norte não resiste a um exame, mesmo superficial, da velocidade e da forma como avançaram as forças de libertação. Não houve praticamente batalhas, excepto a de Xuan Loc, aliás, muito breve. O que se passou foi que as forças de guerrilha que estiveram a cercar cidades e bases, em cooperação com organizações do povo e activistas ganhos para luta no seio das tropas fantoches, combinaram os seus levantamentos e infiltrações com as operações das forças regulares da F.N.L., em coordenação de esforços para aquilo que estava a ser preparado desde 1960 (quando o exército de libertação foi criado).

Escrevendo acerca da fase da intervenção norte-americana ao lado da ditadura de Ngo Dinh Diem e da necessidade de tranformar gradualmente as forças revolucionárias num «exército moderno e regular», Vo Nguyen Giap comentava que, mesmo sob as novas condições, «é importante acentuar que, no processo da sua transformação em exército moderno e regular, o nosso exército mantem-se sempre um exército revolucionário, um exército do povo. É esta a característica fundamental que faz com que o exército moderno e regular do Vietname do Norte difira readicalmente do exército de Ngo Dinh Diem, que é também um exército moderno e regular, mas que é anti-revolucionário, antipopular e se encontra nas mãos dos inimigos do povo...». Foi precisamente esta diferença, com a sua inexorável influência no moral das tropas — factor decisivo e vital em qualquer exército que enfrente o verdadeira hora da verdade no campo da batalha que tornou possível o avanço irresistível das forças populares e a desintegração das de Saigão, logo que amadureceram as condições para a contra-ofensiva.

Durante as próximas décadas os historiadores militares estudarão o fenómeno sob a perspectiva da derrota da potência imperialista e militar mais poderosa no Vietname. As suas conclusões serão sempre inexactas, a não ser que consigam compreender o essencial da guerra do povo. Mas aceitar a validade da guerra do povo é revolucionar os conceitos de todos os analistas militares ortodoxos. Os Westmoreland e Weyands deste mundo hão-de ir para o túmulo, dizendo: «Se tivéssemos tido um pouco mais disto ou daquilo... se ninguém nos tivesse atado as mãos... se o Congresso não nos tivesse apunhalado pelas costas...». Uma verdade fundamental que eles decerto não quererão aceitar é a de que o homem é sempre mais forte do que aquilo que ele cria. A guerra do Vietname demonstrou uma verdade que ficará como uma grande esperança para a Humanidade: é o homem que conta e não a técnica.

Na PRAIA DE MONTE GORDO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no BEIRAL DAS ANDORINHAS

TRESPASSE, MAQUINAS, MOVEIS, UTENSÍLIOS E MERCADORIA

CERVEJARIA SNACK «CACHORRITO»

LEILÃO

AMANHÃ, 5.ª F.ª ÀS 15 HORAS — AV. AFONSO III, 61-A irá à praça por 1/3 do valor, 80.000$00, esta boa casa c/ 17 mts. de fundo e toda a sua montagem e mercadoria.

NOTA: Não havendo comprador para o conjunto anterior serão os móveis, máquinas e utensílios vendidos lote por lote pela maior oferta e sem base de licitação.

EXPOSIÇÃO AMANHÃ DAS 10 ÀS 13 HORAS

SOC. DE LEILÕES AV. DUQUE DE LOULÉ 101 Telfs. P P C (9 Linhas) 532929 51478 532446 AFRA FILHOS, Lda

E. P. U. L. — Empresa Pública de Urbanização de Lisboa

ANÚNCIO

Empreitadas de Obras Públicas Industriais de Construção Civil

Em virtude de ter havido lapso nos anúncios publicados em 10/5/75 e 12/5/75 onde se lê «até ao dia 14 de Março de 1975» dever-se-á ler «até ao dia 16 de Maio de 1975».

Lisboa, 13 de Maio de 1975.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Fernando Edgar Perry da Câmara)
Ten. Cor. de Eng.

ASTRÓLOGO RONDE

Trata e resolve os seus problemas, mesmo os que julgue muito difíceis.
RUA EMÍLIA DAS NEVES, 23 - 1.º F
TELEF. 70 50 07 — BENFICA

CCT Industriais, Importadores e Exportadores de Madeiras e Industriais de Painéis de Madeiras

A TODOS OS TRABALHADORES DO SECTOR

Convocam-se todos os trabalhadores abrangidos por este C. C. T. para uma reunião a efectuar no dia 15, às 21 horas, no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Av. da República, 29, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Informações

2 — Posição a tomar face à atitude assumida pelo patronato.

Lisboa, 13 de Maio de 1975

FEDERAÇÕES NORTE E SUL DOS SINDICATOS DE PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO.

SINDICATOS dos Trabalhadores do Comércio, Contínuos, Cobradores, Telefonistas, Electricistas, Metalúrgicos, Fogueiros, Enfermeiros, Caixeiros-Viajantes e de Praça e Profissionais em Armazém.

BOA COLOCAÇÃO com BOM VENCIMENTO

OBTERA SE FREQUENTAR OS NOSSOS CURSOS
★ Programação de Computadores
★ Desenhador da Construção Civil
★ Secretariado ★ Contabilidade
★ Gestão e Administração de Empresas
★ Marketing e Técnica de Vendas
★ Perfuração-Verificação (I B M) (Individual)

E AINDA, A NÍVEL PROFISSIONAL, CURSOS INTENSIVOS DE
★ Organização de Empresas da Construção Civil
★ Decoração de Interiores
★ Artes Decorativas

A ÚNICA EMPRESA QUE ASSEGURA ESTÁGIO
OS NOSSOS ALUNOS BENEFICIAM, EM VÁRIOS PAÍSES, DE
BOLSAS DE ESTUDO
INSTITUTO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO ACELERADO
RUA NOVA DO ALMADA, 81, 3.º DT. — LISBOA
TELEF. 32 55 77

UNIÃO ELÉCTRICA PORTUGUESA, SARL

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO · BALANÇO E CONTAS · EXERCÍCIO DE 1974

RUA DE ALEXANDRE HERCULANO, 244 PORTO

Senhores accionistas:

Para cumprimento das disposições legais e estatutárias temos a honra de submeter à vossa apreciação e deliberação o relatório, balanço e contas referentes ao exercício de 1974.

Elementos estatísticos da exploração das redes

		1964 (kWh)	1973 (kWh)	1974 (kWh)
Energia hidráulica recebida da Central do Lindoso		222 895 881	249 168 887	263 292 734
Energia hidráulica recebida das Centrais de Pego do Altar, Vale do Gaio e Campilhas		13 306 977	2 235 920	1 638 900
Energia térmica emitida	Freixo	—	—	—
	Cachofarra	—	—	—
Energia recebida da CPE (CNE) e outras Empresas	Norte	547 632 322	1 586 598 112	1 821 813 011
	Sul	299 530 415	786 644 289	862 067 224
Energia entregue às redes de alta tensão	Norte	770 528 203	1 835 766 999	2 085 105 745
	Sul	312 837 392	788 880 209	863 706 124
TOTAL DA ENERGIA RECEBIDA		**1 083 365 595**	**2 624 647 208**	**2 948 811 869**
Energia vendida com carácter eventual a outras Empresas (Norte)		14 885 086	284 678 407	371 276 933
Energia comercializada	Norte (AT)	717 065 331	1 509 803 047	1 662 493 891
	Sul (AT)	276 988 684	667 818 256	719 885 005
	Sul (BT)	21 338 724	74 239 798	86 714 500
TOTAL DA ENERGIA VENDIDA		**1 030 277 825**	**2 536 539 508**	**2 840 370 329**
Emissão máxima diária e utilização correspondente (horas)	Norte	3 188 991 (15,9)	6 228 211 (16,64)	6 969 998 (16,96)
	Sul	1 147 000 (20,3)	2 726 400 (19,19)	3 117 425 (18,66)
Ponta máxima (MW)	Norte	200,4	374,2	416,4
	Sul	58,5	141,7	166,7
Número de postos de transformação	Norte	1 151	1 898	2 002
	Sul	318	692	743
	Total	1 469	2 590	2 745
Potência ligada (MVA)	Norte	375	875,0	943,6
	Sul	127	333,9	380,0
	Total	502	1 208,9	1 323,6

Os números atrás referidos permitem apreciar como se processou a vida da Empresa durante o ano de 1974.

A energia vendida atingiu 2 840 370 329 kwh, contra 2 536 539 508 kwh, em 1973, tendo-se registado assim um aumento de 303 830 821 kwh, correspondente a cerca de 12%.

Os aumentos de consumo verificados nos últimos cinco anos foram os seguintes:

1970	155 GWh	9,8 %
1971	157 »	9,0 %
1972	192 »	10,1 %
1973	288 »	12,8 %
1974	304 »	11,9 %

A taxa de crescimento, que no ano anterior tinha apresentado um sensível acréscimo, manteve-se em 1974 a nível que, embora mais baixo que o anterior, ainda se situa acima dos valores normais para países em desenvolvimento.

A central do Lindoso forneceu 263 292 734 kwh sendo o restante recebido principalmente da rede primária da Companhia Portuguesa de Electricidade.

A emissão diária nas redes do Norte e do Sul foi, respectivamente, de 6 969 998 kwh e de 3 117 425 kwh, com utilizações diárias máximas de 16,96 e de 18,66 horas. Estes valores verificaram-se, respectivamente, nos dias 18 e 20 de Dezembro, tendo as pontas máximas das nossas redes atingido 416,4 MW no Norte e 166,7 MW no Sul, ambas no dia 17 de Dezembro.

No quadro respectivo indica-se a repartição percentual das várias classes de consumo.

Contratos e clientes

Durante o ano de 1974 firmaram-se 82 novos contratos; o número total de consumidores em alta tensão elevou-se a 1754 e a potência ligada à rede a 1324 MVA.

Apresenta-se seguidamente a variação do número de clientes nos últimos 10 anos e o número de contratos novos firmados nos anos indicados:

		1964	1973	1974
Número de clientes de alta tensão	Norte	724	1 230	1 395
	Sul	159	362	359
	Total	883	1 592	1 754
Número de clientes de baixa tensão		38 117	73 180	79 561
Contratos novos		38	86	82

A empresa continuou a corresponder inteiramente às solicitações que lhe foram feitas, com a noção exacta das responsabilidades que a satisfação do incremento dos consumos e a manutenção da boa qualidade do serviço lhe impõem.

Obras e projectos

O investimento feito pela UEP no exercício de 1974 foi acentuadamente superior ao dos anos anteriores e o seu aumento em relação ao ano de 1973 foi de 40%.

A progressiva melhoria da produtividade dos serviços da empresa tem permitido minorar um pouco a forte subida verificada nos custos de materiais, equipamentos e mão-de-obra; porém, isso só não bastará para manter o equilíbrio económico da concessão que se verá seriamente afectado se não se proceder rapidamente a um criterioso ajustamento da tarifa.

Foi intenso o labor dos serviços da empresa, sendo de assinalar como obras mais significativas as de montagem e ampliação de subestações e de construção de linhas a 60 kV.

ENERGIA FORNECIDA EM ALTA TENSÃO NO ANO DE 1974

Classes de consumo	Norte (kWh)	Sul (kWh)	Total (kWh)	% por classes
DISTRIBUIDORAS:				
— próprias (concessões de BT)	—	92 288 322	92 288 322	3,2
— outras	1 014 760 786	150 423 394	1 165 184 180	40,9
INDÚSTRIAS:				
— têxteis	230 814 981	1 334 280	232 149 261	8 2
— químicas (excepto electroquímicas)	11 369 870	207 698 627	219 068 497	7,7
— da fabricação de cimento	18 444 440	89 814 427	108 258 867	3,8
— da construção de material de transporte	2 424 662	78 939 983	81 364 645	2,9
— da alimentação (excepto indústrias das bebidas)	34 608 655	27 079 911	61 688 566	2,2
— da pasta de papel e dos artigos de papel	45 021 282	13 006 350	58 027 632	2 0
— da olaria, porcelana e faianças	38 088 097	1 213 829	39 301 926	1,4
— da construção de máquinas (excepto eléctricas)	33 829 282	1 964 998	35 794 280	1,2
— (básicas) de metais não ferrosos (excepto indústrias electro-metalúrgicas)	26 165 501	1 344 180	27 509 681	1,0
— da fabricação de produtos metálicos (excepto máquinas)	26 061 670	1 279 060	27 340 730	1,0
— de outros artigos da construção civil	10 459 718	16 767 136	27 226 854	1,0
— da cortiça	6 651 514	19 323 962	25 975 476	0 9
— da borracha	11 431 289	13 051 822	24 483 111	0 9
— de produtos não especificados	20 422 381	—	20 422 381	0,7
— da madeira (excepto de mobílias)	19 264 505	570 712	19 835 217	0,7
— de calçado, artigos de vestuário e têxteis em obra	16 836 066	1 794 978	18 631 044	0,6
— da elevação de águas (excepto na agricultura)	1 713 286	12 813 321	14 526 607	0,5
— das bebidas	10 238 505	1 400 920	11 639 425	0 4
— da fabricação de vidro e artigos de vidro	10 511 063	—	10 511 063	0 4
— (outras) indústrias extractivas (mineiras)	4 293 179	5 099 000	9 392 179	0,3
— da construção de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico	5 515 072	2 539 470	8 054 542	0,3
— dos derivados do petróleo bruto e carvão — refinarias de petróleo bruto	7 965 550	—	7 965 550	0,3
— de curtumes e artigos de couro e pele (excepto calçado e outros artigos de vestuário)	7 525 341	—	7 525 341	0,3
— da construção e obras públicas	2 136 442	3 646 467	5 782 909	0,2
— do mobiliário	2 691 606	47 888	2 739 494	0,1
— de tipografia, editoriais e indústrias conexas	2 024 642	—	2 024 642	0,1
— dos derivados do petróleo bruto e do carvão — fabric. de gases combustíveis	—	1 145 103	1 145 103	0 0
— (básicas) do ferro e do aço (excepto electro-metalúrgicas)	910 104	—	910 104	0 0
— electroquímicas	551 930	—	551 930	0 0
— de extracção de carvão (inclusivamente lignite)	61 821	—	61 821	0 0
— «outras indústrias»	26 203 693	53 420 500	79 624 193	2,8
OUTRAS EMPRESAS	371 276 933	—	371 276 933	13,0
AGRICULTURA	3 552 377	6 045 162	9 597 539	0,3
DIVERSAS	9 944 581	8 963 025	18 907 606	0 7
Totais	2 033 770 824	813 016 827	2 846 787 651	100,0

UNIÃO ELÉCTRICA PORTUGUESA, SARL

Continuação da pág. 10

Prosseguiu também a construção de linhas e ramais novos a 30 kV, 15 kV e 6 kV, sendo grande a actividade em trabalhos de reforço e modificação de linhas, provocada principalmente pela construção de prédios, e a que correspondem elevados encargos.

Em todos estes trabalhos a UEP, além de utilizar a total capacidade dos seus serviços, tem recorrido sistematicamente a firmas empreiteiras de construção de linhas e de montagem de subestações.

Na totalidade a rede de alta tensão atingiu 4667 km, com um aumento de 181 km em relação ao ano anterior, mostrando-se no quadro seguinte a sua distribuição pelas duas zonas e ainda a sua variação anual.

REDES DE ALTA TENSÃO

	1964	1973	1974
Norte	2 079 km	2 777 km	2 863 km
Sul	1 160 km	1 709 km	1 804 km
Total . . .	3 239 km	4 486 km	4 667 km

A composição da rede por níveis de tensão é a seguinte:

	1964	1973	1974
60 kV	17,5 %	17,4 %	18,1 %
30 kV	22,7 %	23,7 %	24,1 %
15 kV	52,1 %	52,9 %	52,0 %
6 kV	7,7 %	6,0 %	5,8 %

A observação destas percentagens permite-nos avaliar a relativa estabilidade da composição da rede, notando-se, no entanto, em 1974 um sensível aumento na percentagem da rede a 60 kV, um ligeiro aumento na rede a 30 kV e uma diminuição percentual das redes a 15 kV e 6 kV.

A distribuição em baixa tensão

Este sector de actividade continua a merecer a nossa especial atenção pelo desenvolvimento que tem registado.

Não se tendo resolvido durante o ano de 1974, por razões a que a empresa é alheia, a transferência das concessões de Palmela e Seixal para a Federação de Municípios de Setúbal houve que proceder, a partir do meio do ano, a obras apressadas para tentar fazer face aos consumos do período de Inverno que se previam elevados.

Com as comissões administrativas que presidem à orientação da vida municipal nos concelhos onde exercemos a nossa actividade temos mantido uma colaboração útil e valiosa pelo que lhes deixamos aqui expressa a nossa muita consideração.

Situação energética

O ano de 1974 continuou a ser, como era de prever, fortemente influenciado pela grave crise que afectou o mercado de energia primária em finais de 1973, registando-se novo encarecimento no preço dos produtos petrolíferos.

Como já se dizia no relatório do ano passado essa situação acabou por se fazer sentir na produção de energia eléctrica assim como em outros ramos da indústria, assistindo-se a uma subida generalizada dos preços dos produtos industriais com reflexos inevitáveis na economia das diversas empresas.

Os preços da energia eléctrica mantiveram-se estacionários ao longo do ano muito embora se tivesse feito sentir, a partir de fins de Outubro, a correcção, em certa medida e somente para a entidade produtora, do aumento do preço de fuel-óleo.

Não sendo permitida a transferência desses encargos para os consumidores finais as empresas distribuidoras sofreram por essa via um aumento substancial das suas despesas sem qualquer contrapartida nas receitas.

Para além disto a correcção efectuada durante o ano nos preços dos combustíveis líquidos e gasosos, principalmente nestes últimos, veio provocar uma transferência de consumos de aquecimento para o sector da energia eléctrica, com aumentos de potência pedidos à rede fora de qualquer previsão, e cujos efeitos foram bastante prejudiciais durante o período invernoso.

Espera-se que uma revisão adequada de tarifas da energia eléctrica, a processar brevemente, permita corrigir as distorções da procura que afectam muito desfavoravelmente o mercado desta forma de energia.

Finanças e economia

Durante o ano de 1974 o aparelho industrial da empresa foi aumentado de 182 618 contos reflectindo o esforço desenvolvido nos últimos anos para criar condições favoráveis a um adequado desenvolvimento económico e social das zonas abastecidas.

Os investimentos efectuados nos últimos cinco anos traduzem bem a orientação estabelecida.

1970	79 509	contos
1971	95 843	»
1972	110 464	»
1973	130 541	»
1974	182 618	»

A moeda constante, estes números não seriam tão significativos, pois uma quota parte dos aumentos verificados deverá ser atribuída ao agravamento do custo de equipamentos, materiais e mão-de-obra.

Se a estes investimentos adicionarmos as verbas retidas nos consumidores, não só como natural consequência do desenvolvimento dos consumos de cada um mas também, e em larga medida, pelos atrasos de pagamento das suas facturas, com especial relevo para algumas autarquias locais, poderá compreender-se o grande esforço financeiro que a empresa tem sido obrigada a despender, mesmo para além daquilo que por inerência lhe compete.

A evolução dos créditos sobre clientes pode avaliar-se pelos aumentos registados, anualmente, nos últimos cinco anos:

1970	+ 53 194	contos
1971	+ 16 376	»
1972	+ 44 026	»
1973	+ 79 908	»
1974	+ 103 975	»

Se se atenta na paralisação do mercado financeiro a partir do segundo quadrimestre do ano, o esforço financeiro desenvolvido só foi possível à custa de uma contrapartida no aumento do passivo, de vencimento a curto e a longo prazo.

Mantendo-se os condicionalismos financeiros que se fizeram sentir durante o exercício de 1974, o esforço de investimento que se vinha desenvolvendo terá de ser cautelosamente condicionado, sem todavia prejudicar a expansão dos consumos e a continuidade do serviço.

A emissão de 100 000 obrigações em duas séries de 50 000, cujo pedido havia sido apresentado em 1973, foi posta à subscrição pública mas teve de ser interrompida logo na 1.ª Série, devido à paralisação das operações bancárias durante o período de subscrição e não pode ser retomada, posteriormente, por congelamento das transacções sobre títulos.

Ficou assim a Empresa privada de uma fonte de financiamento particularmente adaptada aos investimentos de reprodutividade lenta, característicos da indústria eléctrica.

Os resultados de exercício traduzem as dificuldades com que se debateu a gestão da Empresa, face a uma subida de encargos muito acentuada, em que se destacaram os aumentos de custo de materiais, equipamentos e mão-de-obra.

A agravar esta situação o custo de aquisição de energia à Entidade Produtora foi aumentado a partir de 22 de Outubro em $03,5/kwh sem possibilidade de transferência para os consumidores finais, o que se traduziu até ao final do ano num encargo extra de cerca de 14 000 contos.

O balanço e contas de resultados apresentam-se subordinados ao modelo anteriormente estabelecido.

A conta de «Reservas de Utilização Condicionada», que comporta as parcelas oportunamente instituídas, sob plano oficialmente sancionado, como fontes de cobertura de encargos futuros de reintegração e de reversão, relativos a instalações de grande e pequena distribuição, foi aumentada em 1974 com novas afluências da mesma natureza e origem, provenientes principalmente da pequena distribuição, que constituem a parte mais substancial.

Aos assuntos relacionados com as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores da Empresa foi possível dar soluções adequadas, em ambiente de diálogo franco e correcto para o que terão certamente contribuído a boa organização dos trabalhadores, as relações de confiança que o tempo foi criando entre todos e a consciência que esta Administração tem da função social da Empresa.

Com o aumento das remunerações, processado durante o exercício, os encargos com o pessoal agravaram-se em cerca de 40 por cento não tendo variado sensivelmente o número de trabalhadores em serviço activo na Empresa.

Racionalização do sector da distribuição

Por despacho conjunto do ministro da Administração Interna e do secretário de Estado da Indústria e Energia foi criado, em Junho de 1974, um Grupo de Trabalho com a missão de estudar e propor, no prazo de dois meses, a reestruturação do sector da distribuição de energia eléctrica.

As conclusões desse Grupo de Trabalho levaram a que fosse perfilhada pelas Entidades Governamentais a constituição de uma Empresa única, englobando desde a produção até à distribuição em baixa tensão e abrangendo todo o território do Continente.

Além disso, conforme as Entidades Governamentais haviam referido por mais de uma vez e o Programa de Política Económica e Social confirmou, a orientação política estabelecida prevê o controlo pelo Estado, assegurado pela participação maioritária deste no capital social das Empresas de sectores-chaves da economia, entre os quais se encontra o da produção e distribuição de energia eléctrica.

As Empresas distribuidoras apresentaram oportunamente às Entidades Governamentais competentes uma solução alternativa que, em seu entender, permitiria resolver o problema da reestruturação do sector da distribuição de forma objectiva e eficaz, sem deixar de manter o controlo do Estado.

O modo como esta reestruturação se processará na prática e as suas implicações sobre as empresas dependerá, em larga medida, das acções a empreender pelo Governo para conseguir a integração das muitas entidades públicas e privadas que intervêm na distribuição de energia eléctrica.

Proposta de aplicação de resultados

Cumprido o disposto no n.º 2 do artigo 12.º dos Estatutos a conta de «Resultados Gerais» apresenta um saldo de 38 225 965$27 para o qual propomos a seguinte aplicação:

Fundo de reserva legal . . .	2 000 000$00
Gratificação a todo o pessoal	11 000 000$00
Em disponibilidade	25 225 965$27
	38 225 965$27

Organização e actividade social

Em actividade social dispenderam-se 26 061 738$67 durante o ano, havendo ainda a acrescentar a contribuição da Empresa, no valor de 22 556 252$34, para a Caixa de Previdência e Fundo de Socorro Social referente ao pessoal.

Da quantia gasta, cerca de 54 % representa a contribuição da Empresa para melhoria supletiva dos benefícios da Previdência e concessão de outros benefícios que se têm vindo a facultar.

Continuaram a conceder-se subsídios e facilidades ao pessoal que se mostrou interessado no prosseguimento de estudos e manteve-se o esquema de bolsas para filhos de colaboradores da Empresa.

Estudaram-se e puseram-se em prática algumas soluções experimentais de reestruturação dos serviços que permitissem, sem quebra de eficiência, abrir possibilidades de promoção a empregados da Empresa, numa política de valorização do pessoal que se pretende cada vez mais dinâmica.

Comparticipação noutras Empresas

Prestámos a melhor colaboração às Empresas em que estamos directamente interessados e a cujos Copos Gerentes pertencemos, procurando encontrar as melhores soluções e apoiando as iniciativas que pudessem contribuir para o seu desenvolvimento, a bem da economia naiconal.

Associação Portuguesa de Industriais de Electricidade

Continuámos a prestar a nossa colaboração ao organismo representativo do Sector Eléctrico.

Tendo sido deliberado na Assembleia Geral das Empresas agremiadas proceder à dissolução do Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade, foi nomeada uma comissão liquidatária para promover os trâmites necessários àquela operação.

Simultaneamente um grupo de empresas decidiu criar uma associação livre, tendo aprovado os respectivos Estatutos, aguardando-se, para proceder à sua legalização, a publicação da legislação adequada e um melhor conhecimento dos condicionalismos que irão afectar o Sector da distribuição de energia eléctrica.

Corpos gerentes

Por diversas razões, algumas bem tristes, o Conselho viu-se privado da colaboração de alguns dos seus membros.

Em 2 de Maio o senhor general Joaquim da Luz Cunha apresentou, ao presidente da Sociedade, o seu pedido de demissão.

Em 16 de Setembro faleceu o professor doutor Fernando Bissaya Barreto, colega e amigo de muitos anos, cujo espírito lúcido e de grande cultura o Conselho teve ocasião de apreciar e admirar. A sua morte foi muito sentida por todos e com ela desapareceu um homem cuja acção se notabilizou nos campos humanitário e da medicina.

O professor doutor Alexandre Alberto de Sousa Pinto pediu passagem à situação de reforma, dado que a sua idade e estado de saúde não lhe permitiam continuar a dar à Empresa a assistência necessária. Essa mudança de situação efectivou-se em Novembro, tendo sido enaltecidas, na sessão do Conselho em que o assunto foi tratado, as elevadas qualidades intelectuais, de carácter e fino trato do companheiro e amigo que, durante longos anos, acompanhou de perto e apoiou o trabalho de Gerência na Sede da Companhia.

No final do ano o senhor don Tomaz de Astigarraga y Amézaga, por motivos de saúde, pediu a exoneração do seu cargo. Engenheiro muito distinto, dotado de qualidades intelectuais e humanas excepcionais, acompanhou e ajudou com o seu conselho o desenvolvimento da UEP desde a sua fundação, ocupando, alternadamente e por vários períodos, os cargos de consultor técnico e de administrador. Reconhecendo as razões invocadas o Conselho presta-lhe a sua mais sentida homenagem de consideração e apreço pelos altos serviços que prestou à Empresa.

Agradecimento

Ao Conselho Fiscal exprimimos os melhores agradecimentos pela excelente colaboração prestada durante todo o ano.

A Gerência é merecedora da nossa gratidão e digna do maior louvor pelas provas de grande competência e dedicação reveladas na resolução dos numerosos e complicados problemas surgidos ao longo do ano.

A todo o pessoal testemunhamos a nossa grande satisfação pela elevada competência demonstrada na execução dos diversos trabalhos e pela sua firme dedicação à Empresa.

As facilidades concedidas pela Sociedade Electra del Lima, através do diferimento de pagamentos, contribuiram substancialmente para a resolução dos nossos problemas financeiros pelo que lhe manifestamos toda a nossa consideração e o nosso reconhecido agradecimento.

As entidades bancárias, nomeadamente Banco de Portugal, Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, Banco Pinto & Sotto Mayor, Banco Português do Atlântico, Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Banco Totta & Açores e Banco Borges e Irmão, endereçamos os nossos agradecimentos pelo apoio que sempre nos prestaram e que muito contribuiu para facilitar a nossa árdua missão.

Porto, 21 de Fevereiro de 1971

O Conselho de Administração
José Francisco Corrêa Matoso — Presidente
Victor de Urrutia y Usaola — Vice-Presidente
José Maria de Oriol y Urquijo
Emilio de Usaola y Barrenengoa
Julio de la Mora y Garay
José Gualberto de Sá Carneiro
Luis Maria de Ibarra y Oriol
Alexandre Nobre dos Santos

Continua na pág 16

Nacional

ENCONTRO COM ALICIA ALONSO E O BALLET NACIONAL DE CUBA

. «No fundo, junto do povo cubano, sobretudo das suas camaradas mais afastadas dos centros urbanos, desenvolvemos uma dupla actividade: por um lado, levamos até lá formas de bailado digamos, eruditas, clássicas ou modernas, acompanhando os espectáculos por debates, discussões, explicações; por outro, com esses contactos, não só encorajamos a prática do bailado, como vamos encontrar novas formas artísticas, de raíz popular, que permitem a nossa própria renovação», dizia ontem um dos membros do Ballet Nacional de Cuba, na recepção oferecida pelo embaixador de Cuba. Tratava-se na realidade de um encontro quase informal com os membros do Ballet cubano e Alicia Alonso.

Alicia Alonso, é uma das grandes bailarinas do nosso tempo. Antes mesmo de ligar a sua carreira com o Ballet cubano, era já internacionalmente conhecida, como primeira bailarina do American Ballet Caravan e do Ballet Theatre de Nova York. Desde 1948, data da sua criação, o Ballet Nacional Cubano está ligado ao nome de Alicia Alonso. Começa mesmo por se chamar Ballet Alicia Alonso, tornando-se Ballet de Cuba em 1955. Um ano depois, o subsídio oficial era retirado, o que provocou um protesto a nível nacional da parte das associações cubanas, operárias e estudantis.

Com o triunfo da revolução, a companhia dirigida por Alicia Alonso passa a ser totalmente apoiada nas suas actividades. Companhia de prestígio, é também uma escola de bailado internacionalmente conhecida, com um estilo próprio e definido, que evoluiu através da experiência dos seus fundadores e do permanente contacto com a cultura popular cubana. Mas sobretudo, para nós é neste momento talvez o ponto mais interessante, trata-se de uma companhia que possui uma riquíssima experiência de difusão cultural, de contacto com os trabalhadores — experiência que mais uma vez se verificará, nesta sua estadia em Portugal.

Com efeito, alem dos espectáculos dados nas grandes salas de Lisboa e do Porto, Alicia Alonso e a sua companhia irão também a locais de trabalho, como na Lisnave e na C. U. F., onde discutirão com os trabalhadores as suas opções políticas e estéticas, integrando as suas exibições nessas discussões. Para o INATEL, tal como nos disse Rogério Paulo, é este um dos aspectos mais interessantes da visita do Ballet Nacional Cubano a Portugal, estes contactos que prolongarão de modo mais directo o primeiro constituído pelo espectáculo.

De notar que a deslocação do Ballet Nacional de Cuba é paga pelo Governo cubano, respondendo a uma iniciativa da Associação de Amizade Portugal-Cuba, apoiada pelo embaixador daquele país em Portugal. Aqui, a estadia e as diversas actividades da companhia foram organizadas em conjunto pelo INATEL, pelo Ministério da Educação, pela Comunicação Social e pela Fundação Gulbenkian — colaboração tornada necessária pela diversidade da sua actuação, assim como pela importância numérica da companhia.

Na recepção de ontem, na residência do embaixador de Cuba em Portugal, estavam presentes numerosas figuras conhecidas do mundo das artes e do espectáculo, além de membros da Associação de Amizade Portugal-Cuba, como Alexandre Cabral ou Arménio Ferreira. Ou escritores, como José Cardoso Pires ou Bernardo Santareno, o crítico de teatro Carlos Porto, Artur Ramos, director do departamento teatral da Televisão, entre outros.

DE PASSAGEM POR LISBOA

CINEASTAS SOVIÉTICOS QUEREM CONHECER PORTUGAL

. Vindos de Cuba, fizeram escala em Lisboa, a caminho de sua terra, os elementos de uma equipa de cinema que, na terra de Fidel de Castro, assistiram a um festival de filmes antifascistas.

Compunham a caravana a realizadora Larissa Chepetcó, uma das mais importantes do actual panorama cinematográfico soviético, um seu colega na direcção de filmes, Ajddar Ibraquinov e Donatas Benionis, o mais popular actor russo, que chefiava a delegação.

Numa conferência de imprensa improvisada no restaurante do aeroporto de Lisboa, cineastas e actores soviéticos afirmaram o seu entusiasmo pelo festival cubano, que reuniu fitas jugoslavas, checas, soviéticas, cubanas e romenas. Em sua opinião, o filme que maior interesse despertou e melhor acolhimento teve foi «O Fascismo Quotidiano», de Mikhail Roome, cineasta soviético que morreu recentemente e deixou importante obra.

Soubemos, ainda, que todo o festival será, posteriormente, transmitido pela TV cubana.

E soubemos mais: que Donatas Benionis, apesar de toda a sua popularidade, continua a ser actor de teatro em Panievejis, uma cidade de província, na Lituânia, e que ganha cerca de 200 rublos mensais (seis mil escudos) aproximadamente como os restantes actores. Dessa quantia, tira quatro por cento para a renda de casa. No cinema ganha-se mais (75 rublos por dia de filmagem), mas apenas quando se trabalha, embora o trabalho esteja equilibradamente assegurado a todos os actores.

Estrelas? Tanto Donatas como Larissa Chepetcó sorriram. «Não! Há, apenas, trabalhadores de cinema e de teatro».

Larissa Chepetcó disse-nos da sua imensa curiosidade por conhecer Portugal, e espera poder visitar o nosso País em breve.

SANEAMENTO ACELERADO NA FUNÇÃO PÚBLICA

. Medidas de saneamemo indo da transferência de serviços até à demissão pura e simples acabam de ser aplicadas a funcionários da Presidência do Conselho e de vários Ministérios. Em S. Bento recaiu a pena de demissão sobre o técnico auxiliar de Relações Públicas e Informação da ex-Secretaria-Geral da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa sr. Luís de Avillez de Almeida Melo e Castro, enquanto na Câmara Municipal de Cascais foram igualmente demitidos dois arquitectos, António de Azevedo Gomes, chefe do Serviço de Urbanização, e Mário Menezes, do mesmo Serviço, e um engenheiro, Orlando Pinto da Costa, director-delegado dos Serviços Municipalizados.

Ainda no âmbito do Ministério da Administração Interna a Comissão Interministerial de Saneamento e Reclassificação aplicou a pena de aposentação compulsiva aos chefes das Secretarias das Câmaras Municipais da Calheta (Madeira), João Alves Velho e de Vila Nova de Foz Côa, João Borges Prazeres.

Outras medidas afectam os seguintes funcionários:

. *Ministério da Justiça* — dr. Raúl da Silva e Cunha Araújo, conservador do Registo Predial e Civil (demissão), dr. Francisco Alambre Santos, médico dos Serviços Tutelares de Menores (transferência para outro ministério, devendo ser ouvida a Comissão Interministerial de Gestão de Pessoal).

Ministério do Equipamento Social e do Ambiente — eng. José da Cruz Filipe, director dos Serviços de Telecomunicações e cumulativamente director dos Serviços Radioeléctricos dos C.T.T. (aposentação compulsiva, sendo-lhe fixada a pensão correspondente em 8000$00); Fernando Simões Dias, chefe da Circunscrição Postal do Alto Alentejo (aposentação compulsiva), João Nunes da Costa, segundo oficial na Repartição de Cabos dos T.L.P. (aposentação compulsiva), eng. Luís Gonzaga de Oliveira Ferreira, subinspector dos C.T.T. (transferência com diminuição de categoria e vencimento correspondente à letra E, devendo, no caso de transferência para outro ministério, ser ouvida a C.I.G.P.), Gustavo Campos de Carvalho, chefe de secção dos T.L.P. (aposentação compulsiva e pensão de 8000$00), Amadeu Gomes da Silva, chefe de Telecomunicações dos T.L.P. (aposentação compulsiva, sem os efeitos que esta comporta — nomeadamente nada de pensão), eng. João Alberto da Silva Henriques, da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (aposentação compulsiva), eng. Álvaro Magalhães, director de serviços na Direcção-Geral dos Transportes Terrestres (transferência para outro serviço do mesmo ministério, devendo-lhe ser atribuída a categoria de técnico-chefe, com o vencimento correspondente), eng. Alberto da Cunha Leão, director de serviços da Administração dos Portos do Douro e Leixões (aposentação compulsiva).

Ministério do Trabalho — dr. Luís de Oliveira Fontoura, subdelegado do I.N.T.P. (demissão), dr. Guilherme Rodrigues da Silva, inspector-chefe da Secretaria de Estado da Emigração (aposentação compulsiva), dr. Guilhermino Teixeira Ribeiro, delegado de 1.ª classe do I.N.T.P. (aposentação compulsiva), dr. Mário Costa Pinto Marchante, primeiro-assistente dos ex-Serviços de Acção Social (demissão), dr. Bento Parreira do Amaral, inspector-superior do Trabalho (aposentação compulsiva), dr. Ramiro Marques de Queirós, delegado de 3.ª classe do I.N.T.P. (aposentação compulsiva), dr. António Monteiro Fernandes, delegado de 3.ª classe do I.N.T.P. (aposentação compulsiva), Isabel Maria Raimundo Salgueiro, técnica de colocação de 1.ª classe do Serviço Nacional de Emprego (transferência com diminuição de categoria e vencimento correspondente à letra L, devendo, no caso de transferência para outro ministério, ser ouvida a C.I.G.P.), dr. Alberto Espinhal, delegado de 3.ª classe do I.N.T.P. (demissão), dr.ª Maria Manuela Machado da Silva, técnica de 1.ª classe do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra (transferência dentro do mesmo ministério), dr. Fernando Cid de Oliveira Proença, director-geral do Trabalho (aposentação compulsiva sem os efeitos que a mesma comporta), dr. Rui de Albuquerque, subdelegado do I.N.T.P. (demissão), António da Cruz Rodrigues, chefe de divisão do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra (demissão), Luís Manuel da Silva Rosa, conselheiro de Orientação Profissional do Serviço Nacional de Emprego (transferência para outro ministério, com diminuição de categoria e vencimento correspondente à letra J, devendo para o efeito ser ouvida a C.I.G.P.), dr. José Augusto Gama, subdelegado de 1.ª classe do I.N.T.P. (demissão), dr. Quirino Mealha, chefe dos Serviços de Acção Social (demissão), dr. João das Neves, inspector dos Tribunais do Trabalho (aposentação compulsiva).

Ministério da Comunicação Social — dr. Fernando Ferreira Casal dos Santos, chefe de secção da Emissora (demissão), Rui Pilar, chefe de secção da Emissora (demissão).

NOS LICEUS

RESOLVIDO O PROBLEMA DO TRABALHO NOCTURNO

Num comunicado ontem divulgado o M. E. C. revela ter sido encontrada solução para um problema que se arrastava lamentavelmente desde o passado mês de Outubro: o do trabalho nocturno nos Liceus. Entretanto uma concentração de estudantes-trabalhadores diante do Palácio de Belém foi ontem mesmo informado de que o assunto estava resolvido.

O diferendo, que se agudizou especialmente no Liceu Gil Vicente, em Lisboa, tinha que ver com a remuneração da prestação do trabalho no período da noite. Por partes: docente, pessoal administrativo e pessoal auxiliar reclamavam o pagamento do extra em questão; na iminência de as aulas pararem, os estudantes (maioria de estudantes-trabalhadores) tomaram também posição, quer solidarizando-se com os reclamantes, quer fazendo isso e assegurando ao mesmo tempo a prossecução das aulas — caso dos Liceus D. Dinis, Pedro Nunes, Camões, da Amadora e de Almada, onde os estudantes haviam já decidido ser eles próprios a gerir o período da noite enquanto o M. E. C. não acordasse sobre a matéria reclamada.

Em substância este departamento tornou público que foi derrogado a limitação de um terço estabelecida genericamente pelo n.º 4.º do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 372/74 relativa à remuneração do trabalho nocturno, o que permite solucionar o problema aberto. O regime dessa remuneração é o directamente decorrente do disposto no mencionado decreto, conjugado com a despacho de 18 de Abril último dos ministros da Administração Interna e das Finanças.

Esta solução — acrescenta o M. E. C. — não prejudicará em qualquer caso o próximo futuro regime a estabelecer quando da prevista reformulação de todo o Ensino Secundário.

O problema específico das auxiliares de limpeza encontra-se bem encaminhado para uma rápida solução — diz ainda a nota do M. E. C.

«FUNDAMENTAL»

Cabe aqui transcrever uma passagem crucial da nota, referente às remunerações praticadas consoante os graus de ensino. Adianta o Ministério:

. «Com dois problemas que se arrastavam há longo tempo, um já resolvido e o outro em vias de solução, quer este Ministério uma vez mais chamar a atenção para o seguinte ponto que reputa fundamental.

As distorções a todos os níveis do ensino em Portugal são imensas. Pode bem dizer-se que esta é mesmo uma das mais pesadas heranças do regime anterior. A sua correcção, por mais revolucionária que se pretenda, não se poderá fazer sem sacrifícios temporários de todos quantos, de uma forma ou de outra, se encontram a trabalhar na tarefa de reconstrução do ensino em Portugal.

As rectificações a introduzir não poderão ser desenquadradas de todo o processo revolucionário, havendo que ponderar todo o condicionalismo sócio-político do País, o que poderá levar a que, como no caso vertente, as soluções para os problemas levem um pouco mais em encontrar-se. Tal, porém, não deverá constituir razão para uma contestaçao sistemática, antes para um mais espírito de colaboração, que não é sinónimo de ausência crítica, na procura das justas soluções que o processo postula.»

TRABALHADORES CONTRA "LACAIOS DO PATRONATO"

Os trabalhadores da Feira Internacional de Lisboa, ontem reunidos em plenário, rejeitaram, «da forma mais categórica» as acusações que lhes foram feitas num documento assinado pelos «trabalhadores da Associação Industrial Portuguesa» que ontem demos a conhecer. Tais acusações — denunciam os trabalhadores da F.I.L. — «constituem mais uma descarada tentativa das forças reaccionárias infiltradas no seio dos trabalhadores e apostadas em destruir a sua unidade». O comunicado dos empregados da A.I.P., lembre-se, condenava a luta que se desenrola na F.I.L. em nome de um pretenso divisionismo que os teria afastado do processo. Mas, pergunta a assembleia de trabalhadores da F.I.L.: «E que fizeram estes «trabalhadores» da A.I.P. pela luta unitária dos trabalhadores da F.I.L.? Nada! Não surpreende portanto — dizem — a sua agora declarada aliança com as forças reaccionárias ao serviço do capital — única unidade que sempre souberam defender.»

«Ao desmascararem mais esta manobra do capital aliando-se aos lacaios do patronato contra os verdadeiros interesses do processo revolucionário em curso os trabalhadores da F.I.L. continuam na vanguarda da sua verdadeira e única aliança: — *com as forças revolucionárias, contra o patronato e os traidores da classe trabalhadora.*

Dizem, ainda os assalariados da feira da Junqueira, até há pouco dependente da Associação Industrial Portuguesa, e agora por eles gerida, esperando intervenção oficial. O plenário que se debruçou sobre este assunto aprovou uma moção onde, além das posições já expressas, lamenta que «alguns trabalhadores da A.I.P. tenham sido iludidos e traídos na sua boa-fé através da acção de sabotadores profissionais ou lacaios do patronato.

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Dentro de dias toma posse do cargo de secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros, o dr. Manuel Roque da Torre Martins, cujo despacho de nomeação foi enviado para publicação na folha oficial.

O dr. Manuel Roque nasceu em Monchique, a 21 de Junho de 1946, e é formado em Direito pela Universidade de Lisboa.

Foi um dos organizadores do Congresso de Delegados do Procurador da República, realizado em Outubro do ano passado, e é o actual presidente da assembleia geral do respectivo sindicato.

De Setembro a Novembro de 1974, trabalhou na Comissão de Extinção da ex-P.I.D.E./D.G.S. e L.P. Nesta última data foi chamado para o gabinete do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, de quem foi adjunto.

Desde Fevereiro, de 1975, que exerce as funções que agora assume, definitivamente em virtude da suspensão do anterior titular.

SOCIEDADE SOB INQUÉRITO

Por despacho do ministro da Agricultura e Pescas foi mandado instaurar inquérito, através do I. R. A., à Sociedade Agrícola do Cafalado, pois há «fundada notícia» de que a mesma não funciona «em termos de contribuir normalmente para o desenvolvimento económico do País». Ao mesmo tempo vão ser tomadas rápidas medidas para evitar ali a perda das culturas.

Geral

Crime da Malveira

CINCO JOVENS INSPIRADOS NA "LARANJA MECÂNICA"

. «Os cinco implicados já detidos, dois dos quais nos arredores de Bruxelas, com a colaboração da Interpol, são indivíduos do género violento, tipo exibicionista, sobremaneira identificados com os personagens de filmes como «A Laranja Mecânica», de que, aliás, eram assíduos frequentadores», palavras do inspector dr. Santos Carvalho, responsável pelas investigações relacionadas com o caso da Malveira da Serra (morte a tiro do industrial espanhol Jerónimo Diaz, em 23 de Fevereiro último), durante uma conferência de Imprensa realizada, esta manhã, na sede da Polícia Judiciária.

«Aliás — frisou o dr. Santos Carvalho — a forma como os assaltados foram amarrados, as sevícias praticadas e por fim o assassinato violento de um deles são por de mais esclarecedores sobre a forma de actuação destes cinco jovens, marcados profundamente por cenas similares apresentadas nas fitas a que assistiam».

Conforme na altura noticiámos, os cinco assaltantes (dois deles militares) apresentaram-se na Quinta dos Espanhóis, uma herdade rural situada nas proximidades da Malveira da Serra de que é proprietário o jornalista espanhol Pedro Rodriguez Aizpi, e armados de espingardas G-3 (retiradas no dia anterior no R.I. 11 em Setúbal) amordaçaram os presentes e roubaram jóias e moedas no valor de 1644 contos, após o que feriram mortalmente a tiro Jerónimo Diaz, amigo íntimo do dono da casa, no momento em que este lhes tentou barrar a fuga.

«Na noite anterior a quadrilha tinha actuado de forma também violenta, embora não assassina, numa vivenda do Magoito, pertencente ao proprietário da Livraria Quadrante, eng. Eduardo Rodrigues Ferreira. Foram, aliás, vestígios deixados durante esta operação» que conduziram os investigadores à identificação e captura.

Este caso mereceu do dr. Santos Carvalho as seguintes conclusões: «Os jovens eram todos de origem humilde, de comum marginalizados, muito cedo lançados na senda da criminalidade, como o provam algumas condenações anteriores. Para além disso o carácter violento das personagens cinematográficas que idolatravam teve influência decisiva na sua deficiente integração na sociedade».

Para que este caso recolha aos arquivos policiais falta agora efectivar a apreensão do produto do assalto (jóias e moedas) que os dois elementos da quadrilha, capturados na Bélgica, ali declararam ter transaccionado, e o natural julgamento dos cinco jovens nos tribunais competentes — O Supremo Tribunal Militar e os Tribunais Criminais de Lisboa.

Jovens de semblante marcado e olhar fugídio: a sua origem humilde e a sedução dos personagens cinematográficos que os habituaram a idolatrar determinaram a violência dos actos que praticaram.

REUNIÃO SEMI ANUAL DA N.A.T.O.

BRUXELAS, 14 — (A.N.I.) — Os chefes dos Estados-Maiores dos países do tratado do Atlântico Norte realizaram ontem na sede da organização a sua reunião semi-anual.

O general George Brown, presidente da organização conjunta dos chefes dos Estados-Maiores, representa os Estados Unidos.

Portugal, a Grécia e a Turquia estão também representados, a despeito do arrefecimento das relações que se regista actualmente em relação à N.A.T.O.

Os conferencistas recusaram-se a fornecer informações acerca dos assuntos discutidos durante a reunião.

COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DAS PESCAS

CASABLANCA, 14 — (F.P.) — A delegação portuguesa chefiada pelo secretário de Estado das Pescas, que actualmente se encontra de visita a Marrocos, efectuou ontem uma reunião de trabalho com os responsáveis marroquinos do Serviço Nacional das Pescas (O. N. P.).

Durante a reunião, levada a cabo em Casablanca, as duas delegações examinaram as possibilidades de cooperação no domínio da pesca, tendo sido constituídas três comissões encarregadas de examinar os diversos aspectos técnicos desta cooperação nomeadamente nos domínios da comercialização de peixe, pesca artesanal

COSTA GOMES EM FRANÇA EM 4 DE JUNHO

. PARIS, 14 — (R.) — O presidente da República Portuguesa, general Francisco da Costa Gomes efectuará uma visita oficial a França, de 4 a 7 de Junho próximo, segundo anunciou hoje o Palácio do Eliseu.

O general Costa Gomes, que aceitou um convite que lhe foi endereçado pelo presidente Valery Giscard d'Estaing, será o primeiro chefe de Estado português a visitar a França há meio século.

GREVE DE SOLIDARIEDADE DE JORNALISTAS ITALIANOS

ROMA, 14 — (F.P.) — As agências noticiosas italianas suspenderam a transmissão dos seus serviços por 24 horas, a partir das 6 horas de hoje (tmG), em consequência de uma greve de jornalistas.

Por seu turno, os jornais diários não serão publicados amanhã e os jornalistas da Rádiotelevisão apenas assegurarão um serviço limitado.

Esta paragem de trabalho foi decidida pela Federação Nacional da Imprensa italiana, em sinal de solidariedade com os redactores e tipógrafos do diário «Gazetta del Popolo», de Turim, cuja gestão é há nove meses assegurada pelo corpo redactorial e pelos tipógrafos, sob controlo da Federação da Imprensa e da comissão de Redacção.

Fundada em 1948, a «Gazetta del Popolo» ter-se-ia visto obrigada a suspender a publicação no Verão passado, em consequência da retirada dos accionistas, que sustentavam a não-rentabilidade da empresa, caso os trabalhadores não tivessem assegurado a continuidade de publicação.

O «DAILY TELEGRAPH» NÃO SE PUBLICOU

LONDRES, 14 — (F.P.) — Devido a uma greve selvagem de 82 tipógrafos, não foram hoje publicadas, pela segunda vez consecutiva, as edições londrinas do «Daily Telegraph», devendo reunir-se ainda hoje a direcção da Associação Nacional dos Trabalhadores de Impressão para discutir a situação do jornal e de outras publicações de província.

Segundo um comunicado da direcção do jornal, cujas edições de Manchester não foram afectadas pela greve, foi enviada uma carta de despedimento aos grevistas que, em conjunto com 45 revisores, exigem uma revisão salarial relacionada com o número de páginas do jornal.

Com efeito, o «Daily Telegraph» reduziu a paginação devido à crise económica actual mas, estando o salário dos trabalhadores relacionado com o número de páginas publicadas, os grevistas pediram um aumento salarial que compense esta redução forçada de actividade.

VÍTOR ALVES ORIENTA DESCOLONIZAÇÃO DE TIMOR

DILI, 14 — (F. P.) — É esperado hoje à tarde, em Dili o major Vítor Alves, membro do Conselho Superior da Revolução, que orientará as negociações em curso entre o Governo português e os partidos políticos de Timor.

O início das conversações com a coligação Fretilin-U.D.T. que se deveria ter verificado no princípio desta semana, foi adiado pelo facto de vir a Timor o delegado do Conselho da Revolução, conforme solicitado em tempos pela Comissão de Descolonização de Timor.

No avião em que viaja o major Vítor Alves, um Boeing 707 da Força Aérea Portuguesa, regressarão a Portugal militares que terminaram a sua comissão de serviço, bem como alguns funcionários públicos que se deslocam em gozo de licença disciplinar. Por tal motivo, os Transportes Aéreos de Timor realizarão para o Aeroporto de Baucau sete voos extras.

Caleidoscópio

LIBANO

BEIRUTE, 14 — (ANI) — Pelo terceiro dia consecutivo, as tropas israelitas invadiram esta madrugada a região meridional do Líbano, tendo atacado a aldeia de Aita Al-Shaab, situada a menos de dois quilómetros da fronteira — anuncia um comunicado do Ministério da Defesa.

Uma primeira patrulha israelita atravessou a fronteira pouco depois da meia-noite, mas foi repelida pela artilharia libanesa.

Duas horas mais tarde, quatro veículos blindados entraram em território libanês, sendo seguidos por outras viaturas, soldados israelitas alvejaram duas casas da aldeia de Aita Al-Shaab antes de se retirarem para o seu país, repelidos pela artilharia libanesa.

A FÁBRICA ESPANHOLA AUTHI CESSOU A SUA PRODUÇÃO

PAMPLONA, 14 — (F. P.) — A fábrica Authi de Pamplona, filial espanhola da British Leyland, cessou hoje a sua produção. Mil e quinhentos operários ficam sem trabalho.

A firma britânica, que emprega quatro mil pessoas em Espanha, distribuídas por várias fábricas, anunciara há dois anos a cessação das suas actividades neste país.

O Governo espanhol deverá anunciar antes do fim do mês o destino que se propõe dar às instalações britânicas. Madrid começou por se opor à transferência das fábricas para a General Motors norte-americana, preferindo antes os construtores locais (Chrysler, Fasa-Renault e Seat). Ao que se diz, a Fasa-Renault e a Seat estariam interessadas, tudo dependendo, porém, das vantagens que conseguirem.

Por outro lado, a Ford está a construir uma fábrica próximo de Valência, a qual produzirá a partir do próximo ano 250 mil unidades de um novo modelo de tipo económico.

MCGOVERN PEDE O LEVANTAMENTO DO EMBARGO A CUBA

WASHINGTON, 14 — (F.P.) — O senador George McGovern pediu na terça-feira o levantamento do embargo dos produtos alimentícios e farmacêuticos norte-americanos com destino a Cuba, a fim de dar um primeiro passo no sentido da normalização das relações entre os dois países.

Segundo o antigo candidato democrático à Casa Branca, que regressou duma viagem a Havana, o levantamento do embargo poderia ser decidido antes da Organização dos Estados Americanos reexaminar a questão das sanções contra Cuba.

O primeiro-ministro Fidel Castro considera o levantamento deste embargo o primeiro passo a dar pelos Estados Unidos — afirmou o Senador, que acentuou ser agora a atitude cubana muito menos rígida do que anteriormente.

PETROLEIRO A ARDER

SÃO JOÃO DO PORTO RICO, 14 — (ANI) — Um navio ianque grego está a arder e em perigo de se afundar a cerca de 60 quilómetros a noroeste de São João.

A guarda costeira norte-americana avisou já acerca do perigo de um derrame de petróleo que poderá causar um grave problema de poluição.

Todos os 36 membros da tripulação do «Epic Colocotronis» abandonaram o navio encontram-se sãos e salvos, depois de terem sido recolhidos por um outro barco.

SINDICATO DOS PROFESSORES À POPULAÇÃO

1. Os professores constituem uma classe que o regime fascista sempre explorou e dividiu, procurando isolá-la dos outros trabalhadores. Porque? Porque a ditadura fascista não estava interessada em dignificar a função docente a sua grande arma era a ignorância do Povo. Assim

os professores não tinham, nem têm ainda, condições de trabalho adequadas a um ensino de qualidade.

os professores, especialmente os do ensino primario, tinham, e têm ainda, ordenados baixos, que não lhes permitem uma dedicação total ao Ensino. Essa situação obriga-os muitas vezes a procurar outras profissões, não só em empresas privadas, mas também dentro da função pública, e mesmo no próprio Ministério da Educação. Na realidade, é frequente a saída de professores do ensino para cargos de técnico no M.E.C., o que se deve ao facto de terem no ensino vencimentos inferiores aos dos técnicos do Ministério com idênticas habilitações.

os professores constituem uma classe extremamente dividida por níveis salariais, categorias e habilitações, divisão que não corresponde a uma diferenciação de funções, como acontece para a generalidade da função pública. É esta uma situação especifica do professorado, e que constitui uma das mais grandes anomalias herdadas do fascismo. Se não pode ser resolvida de imediato na totalidade, exige a satisfação da reivindicação fundamental dos professores: a redução do leque salarial actualmente existente entre as diversas categorias, como uma primeira fase para a reestruturação da carreira docente.

2. Resolver esta situação é uma questão de justica. Nesse sentido, os professores apontam para uma reclassificação dentro dos quadros do funcionalismo público, a fim de que lhes seja atribuido o lugar a que têm direito entre os demais funcionários civis e demais classes trabalhadoras do nosso povo. Esta é, aliás, uma reivindicação já antiga dos professores, anterior mesmo ao 25 de Abril. No momento em que a sua proposta sindical de reajustamento de letra vai ser apreciada em Conselho de Ministros, os professores não querem deixar de chamar a atenção da população para a sua correcção, para a justeza das linhas que a orientam:

a) redução do leque salarial

b) atenção prioritária aos professores primários

c) redução de categorias segundo um critério genérico de habilitacoes

3. Os professores têm absoluta consciência dos condicionalismos políticos e económicos que caracterizam a actual sociedade portuguesa. Por várias vezes o afirmaram, em amplos Plenários de Norte a Sul do País. Por várias vezes afirmaram também a sua vontade firme de não por em causa o processo revolucionario com esta sua reivindicação. Pretendem mesmo contribuir para ele, ao lado de todos os outros trabalhadores. Tal reivindicação so será correctamente compreendida se não for separada da importância do papel que cabe aos professores na reconstrução da sociedade portuguesa e, nomeadamente, na definição à aplicação de uma política educativa ao serviço da grande maioria do Povo. Os professores estão dispostos a empregar todos os seus esforços, nas escolas, nos liceus, nas faculdades, para que Portugal avance cada vez mais no sentido de uma sociedade mais justa e mais digna.

4. Os professores estão convictos da justeza da sua reivindicação. Assim o têm publicamente afirmado. Sentem que este problema, após ter vindo a ser, por vários motivos, sucessivamente adiado, merece consideração urgente. Nesse sentido esperam que, agora que o assunto esta a ser estudado em Conselho de Ministros, ele venha a ser muito brevemente solucionado.

Os Executivos Nacionais do Sindicato dos Professores

SINDICATO DOS PROFESSORES

ZONA DA GRANDE LISBOA

COLÓQUIO

Realiza-se na próxima quinta-feira, dia 15, pelas 21.30 horas, na sede do Sindicato dos Professores, Rua das Gaivotas, um colóquio seguido de debate, sobre o o tema:

— Adaptação e rendimento escolar.

Orientam a sessão elementos da equipa do CRESAS (Centre de Recherches d'Enseignement Special et Adaptation Scolaire).

ASSINA: A COMISSÃO DIRECTIVA

Estrangeiro

PROVA DE FORÇA AMERICANA NO SUESTE ASIÁTICO

WASHINGTON, 14 — (ANI) — O presidente Gerald Ford enviou para a Tailândia fuzileiros da Marinha dos Estados Unidos, numa aparente prova de força destinada a persuadir o Camboja a entregar o navio mercante norte-americano e a sua tripulação, que na passada segunda-feira foi capturado pelos khmeres vermelhos.

Círculos militares afirmaram que mais de mil fuzileiros deverão ser transferidos da base de Okinawa para a base aérea de Utapo, na Tailândia.

Ford exigiu a imediata libertação do navio mercante «Mayaguez», mas acrescentou que consultaria o Congresso antes de empreeender qualquer acção militar contra o Camboja.

Contudo, círculos afectos ao Pentágono declararam que os Estados Unidos procedem a uma demonstração de força, fazendo os seus caças Phantom e F-111 sobrevoar a baixa altitude o navio que se encontra parado a cerca de 45 quilómetros ao largo da costa cambojana.

Por outro lado, o porta-aviões «Coral Sea» e pelo menos dois contratorpedeiros que se dirigiam para a Austrália, deram meia volta e rumam em direcção ao Golfo da Tailândia.

A administração de Ford decidiu pôr de parte a hipótese de negociar com o regime comunista cambojano a libertação do navio norte-americano «Mayaguez».

O novo Governo em Phnom Penh não vai conseguir nada em troca da devolução do navio mercante e da sua tripulação de 39 homens, declaram jornalistas que acompanham Henry Kissinger nas suas deslocações habituais em território norte-americano. Kissinger afirmou que ficaria muito surpreendido se o presidente Ford aceitasse um compromisso como o que foi seguido com o caso do «Pueblo».

A Secretaria de Estado norte-americana, nas suas mensagens para o Camboja, enviadas provavelmente por intermédio da China, apresenta apenas uma condição: «Queremos o navio de volta».

Porém, a devolução do «Mayaguez» não parece estar iminente.

Em 1969, com o objectivo de assegurar a libertação do «Pueblo», os Estados Unidos assinaram uma declaração, na qual constava que o navio tinha entrado em águas territoriais da Coreia do Norte «cometendo graves actos de espionagem».

Numa declaração emitida mais tarde, o Governo dos Estados Unidos repudiou a declaração da Coreia do Norte.

O capitão Charles Miller, do navio norte-americano «Mayaguez», apresado pelo Camboja. (Telefoto UPI-Telimprensa)

DILIGÊNCIAS SEM ÊXITO NA CAPITAL CHINESA

PEQUIM, 14 (R. — Diligências feitas pelos Estados Unidos junto do enviado cambojano e do Governo chinês em Pequim sobre o apresamento, na segunda-feira do navio mercante norte-americano «Mayaguez» não obtiveram êxito, segundo revelaram hoje fontes afectas à missão de ligação norte-americana nesta capital.

Julga-se que a missão, que funciona em tudo como embaixada excepto no nome, contactou ontem a Embaixada em Pequim do Governo Real de União Nacional Khmer (GRUNK) o Ministério chinês dos Negócios Estrangeiros e o príncipe Norodom Sihanouk por causa do incidente.

Funcionários norte-americanos recusavam-se ainda hoje a comentar oficalmente o caso ou a confirmar que contactos tivessem sido estabelecidos.

Pensa-se, porém, que os cambojanos não responderam às mensagens da missão de ligação e que o Ministério chinês dos Negócios Estrangeiros se negou a intervir com o fundamento de que o assunto não dizia respeito à República Popular.

Não se conseguiu entrar hoje em contacto com diplomatas da Embaixada cambojana para comentarem o incidente e um colaborador do príncipe Sihanouk, chefe de Estado titular do Camboja, observou: «Nada sei acerca do caso, e por isso, nada posso dizer».

Os órgãos de Informação chineses não anunciaram, até agora, o apresamento do navio norte-americano e um informador do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao ser-lhe perguntado qual a reacção de Pequim acerca do incidente, respondeu: «não temos comentários a fazer».

Julga-se que o silêncio chinês sobre o caso poderia reflectir o desejo do Governo de não se envolver na questão e de se colocar numa posição neutral. Qualquer outro curso de acção, na opinião dos observadores, poderia prejudicar as relações de Pequim quer com Washington quer com Phnom Penh.

DESPENHOU-SE UM HELICÓPTERO

WASHINGTON, 14 — (ANI) — Um helicóptero militar CH-53 dos Estados Unidos com 23 pessoas a bordo despenhou-se ontem na Tailândia — informou o Pentágono, acrescentando que o destino dos quatro tripulantes e 19 passageiros não é conhecido.

O acidente ocorreu a cerca de 550 quilómetros a oeste da base da Força Aérea norte-americana de Nakon Phanom.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS CENTRAIS E CULTURAIS

1.ª REPARTIÇÃO — CENTRAL — 1.ª SECÇÃO — ESCRIVANIA

COMUNICADO

Torna-se público que no dia 15 do mês corrente, pelas 21 horas e 30 minutos, no Teatro Municipal de São Luiz, reunirá a Comissão Administrativa Municipal de Lisboa, tendo como ordem de trabalhos a apreciação, entre outros, dos seguintes temas:

— Alienação, compra ou permuta de diversos prédios rústicos e urbanos;

— Alteração das taxas de aluguer e venda de plantas;

— Aprovação do 1.º orçamento suplementar para 1975;

— Aprovação do projecto para «Construção dos Arruamentos e Redes Gerais de Esgotos da Zona J de Chelas»;

— Aprovação do projecto para execução da empreitada n.º 447/75/GTH — «Construção de Casas na Quinta do Ourives — lotes E e E 1 tipo torre) e F — G — H (tipo banda) — 146 fogos da categoria HR e um centro de acção comunitária, para a Câmara Municipal de Lisboa»;

— Aprovação do projecto para a execução da empreitada n.º 545/75/GTH — «Construção de Casas na Zona N 2 de Chelas — lotes 249 a 251 — VII Plano de Distribuição de Terrenos — 188 fogos da categoria I, destinadas ao Fundo de Fomento da Habitação»;

— Aprovação do projecto para a execução da empreitada n.º 544/75/GTH — Construção de Casas na Zona N 2 de Chelas — lote 221 — VII Plano de Distribuição de Terrenos — 132 fogos da categoria I e 3 estabelecimentos comerciais, destinados ao Fundo de Fomento da Habitação»;

— Aprovação do projecto para a execução da empreitada n.º 543/75/GTH — «Construção de Casas na Zona N 2 de Chelas — lotes 200 a 203 — VII Plano de Distribuição de Terrenos — 40 fogos da categoria I, destinados ao Fundo de Fomento da Habitação»;

— Aprovação das bases para o concurso da empreitada n.º 445/75/GTH — «Concepção — Construção de 1450 fogos a edificar na Zona J da Malha de Chelas»;

— Aprovação do projecto para a execução da empreitada n.º 546/75/GTH — «Construção de Casas na Zona N 2 de Chelas — lotes 222 a 229 — VII Plano de Distribuição de Terrenos — 382 fogos da categoria II, destinados ao Fundo de Fomento da Habitação»;

— Desafectação do domínio público para o domínio privado da Câmara de uma parcela de terreno situada na Avenida do Brasil.

— Aprovação do projecto de «Construção de Pavimentos e Esgotos em diversos locais 1975 - IV».

— Aprovação do projecto de «Construção de Pavimentos e Esgotos em diversos locais 1975 - V».

— Aprovação do projecto de «Construção de Pavimentos e Esgotos em diversos locais 1975 - VI».

— Aprovação do projecto de «Construção de Pavimentos e Esgotos em diversos locais 1975 - VII».

Estes e outros temas são objecto de propostas que se encontram em exposição no átrio dos Paços do Concelho.

Lisboa e Paços do Concelho, em 12 de Maio de 1975.

O PRESIDENTE,
Joaquim Ângelo Caldeira Rodrigues

Ministério da Educação e Cultura

Secretaria de Estado da Cultura e Educação Permanente

Direcção - Geral dos Assuntos Culturais

TEATRO NACIONAL

DE S. CARLOS

HOJE, às 21,30 horas
(Grupo B-10 anos)

O BALLET NACIONAL DE CUBA

com **ALICIA ALONSO**

84 BAILARINOS

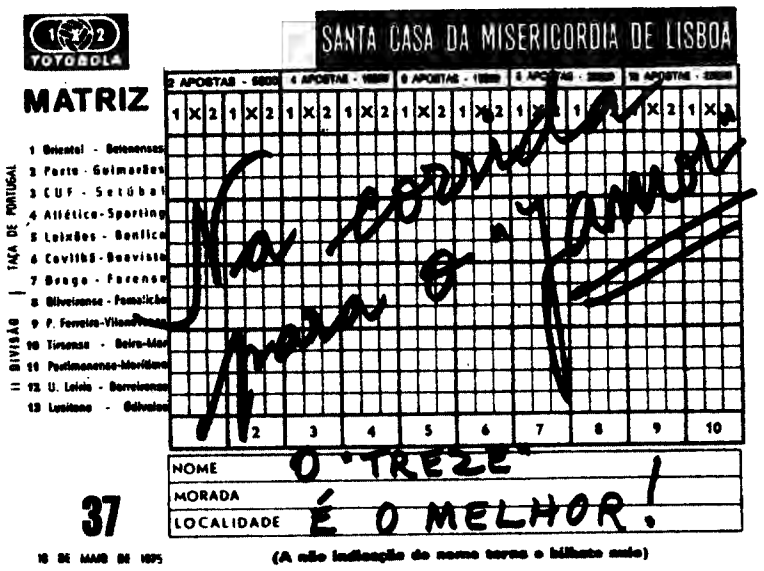
BILHETES À VENDA

Curso de Árabe

O Instituto Oriental anexo à Sociedade de Língua Portuguesa inicia no próximo dia 14 o 2.º Turno do Curso de Língua Árabe.
Rua de S. José, 41-2.º
Telef. 36 39 49 — Lisboa

TOTOBOLA

37.º CONCURSO **18 DE MAIO DE 1975**



CLASSIFICAÇÕES E EQUIPAS ELIMINADAS PELOS ACTUAIS INTERVENIENTES NA TAÇA DE PORTUGAL

TAÇA DE PORTUGAL

ORIENTAL-Nacional (casa)
BELENENSES-Torriense (c.)
PORTO-Santiago de Cacém (c.)
GUIMARÃES-P. Ferreira (fora)
CUF-Gil Vicente (c.)
SETÚBAL-Lourosa (c.)
ATLÉTICO-Lusitânia (f.)
SPORTING-Académico (f.)
LEIXÕES-Isento
BENFICA-Portimonense (c.)
COVILHÃ-«Os Pinhelenses» (f.), Fafe (f.), Régua (c.) e Olhanense (c.)
BOAVISTA-Espinho (c.)
BRAGA-Rio Ave (c.), Marialvas (após 2.º jogo) e União de Coimbra
FARENSE-Isento

II DIVISÃO

ZONA NORTE

OLIVEIRENSE-20.º, 24 pontos
FAMALICÃO — 5.º, 40 pontos
PAÇOS DE FERREIRA — 13.º, 32 pontos
VILANOVENSE — 18.º, 26 pontos
TIRSENSE — 19.º, 24 pontos
BEIRA-MAR — 2.º, 44 pontos

ZONA SUL

PORTIMONENSE — 4.º, 42 pontos
MARÍTIMO — 3.º, 44 pontos
UNIÃO DE LEIRIA — 12.º, 32 pontos
BARREIRENSE — 2.º, 51 pontos
LUSITANO — 16.º, 28 pontos
ODIVELAS — 19.º, 23 pontos

Geral

AGRAVA-SE NA ARGENTINA A SITUAÇÃO SOCIAL

. BUENOS AIRES, 14 (F.P. e R.) A situação social agrava-se na Argentina.

A greve dos cinco mil operários metalúrgicos de Villa Constitucion centro industrial situado 300 quilómetros a norte da capital entrou na sua oitava semana e o conflito teve grandes repercussões na indústria nacional e, em particular, na indústria automóvel.

A presidente Estela Perón participou, na terça-feira, numa reunião de trabalho com vários ministros do sector económico e os representantes da Confederação Geral do Trabalho, sobre o problema da renovação de contratos colectivos. Mil e quatrocentos contratos terão que ser renovados até ao fim deste mês.

O ministro do Trabalho, Ricardo Otero, declarou, no final dessa reunião, que o Governo não tencionava fixar limites aos aumentos. Nos círculos económicos argentinos, não se esconde uma certa inquietação perante as consequências que os novos aumentos salariais não deixarão de ter no processo inflacionista. A inflação atingiu mais de 70 por cento nos últimos 12 meses e as reservas monetárias diminuiram para metade num ano indicam os números oficiais.

Por isso, os oito mil operários da Renault pediram um aumento de 100 por cento.

Os metalúrgicos de Villa Constitucion recusam voltar ao trabalho enquanto o Governo não tiver libertado várias dezenas de camaradas seus, entre os quais o secretário-geral da União dos Operários Metalúrgicos, Alberto Piccionini.

Julga-se que este conflito não encontrará rápida solução. A greve tem profundas repercussões na economia argentina: com efeito, as três siderurgias de Villa Constitucion fornecem metade do aço fabricado na Argentina.

NOVO COMANDANTE-CHEFE DO EXÉRCITO

Entretanto, um general intimamente ligado à ala direita do Governo de Estela Perón assume hoje o comando do exército argentino, em substituição do general Leandro Anaya, que se demitiu por divergências com o ministro da Defesa, Mario Savino.

O novo comandante, general Alberto Laplane, é amigo dos mais íntimos colaboradores e conselheiros de Estela Perón, nomeadamente de Lopez Rega, secretário particular e de Raul Lastiri, o presidente da Câmara dos Deputados.

Lopez Rega e Lastiri foram os principais instigadores da recente depuração contra a ala esquerda do movimento peronista e a sua influência não deve ser estranha à escolha do novo comandante do exército.

O general Laplane passou à frente de vários oficiais mais antigos do que ele, os quais, segundo regulamento militar argentino, deverão agora demitir-se.

Um carro blindado faz parte de rigorosas medidas de segurança adoptadas à volta da residência oficial do chanceler Helmut Schmidt, na capital da República Federal Alemã, onde se receia um novo surto de actividade dos guerrilheiros urbanos de extrema esquerda (Telefoto UPI/Telimprensa)

PERTO DE GUERNICA

QUATRO MORTOS NUMA BUSCA PELA POLÍCIA ESPANHOLA

BILBAU, 14 — (FP) — Durante uma operação policial contra militantes bascos, foram esta noite mortos, à entrada de Guernica, um tenente da guarda civil e três outras pessoas.

Segundo as primeiras informações, a Polícia tentava revistar uma quinta vizinha de Guernica, onde tinha sido assinalada a presença de militantes bascos. Foram então abatidos o casal que vivia na quinta e uma terceira pessoa que tentava fugir do local.

O tenente foi morto durante a troca de tiros entre a Polícia e os habitantes da quinta.

Durante a noite, importantes forças policiais tinham bloqueado as estradas de acesso a Guernica, com o intuito de efectuar uma operação de controlo, enquadrado no âmbito das medidas de excepção impostas às duas províncias bascas.

JORNALISTA EM TRIBUNAL

MADRID, 14 — (R/FP) — Manuel Velasco, director da «Cambio 16», a popular revista noticiosa espanhola, foi ontem citado para ser julgado por violar as leis de Imprensa.

O jornalista declarou hoje à Reuter que fora a segunda pronúncia, em seis meses, contra ele pelo Tribunal da Ordem Pública, que julga crimes políticos.

O último número da revista, com uma tiragem de 140 000 exemplares, foi apreendido por ordem do Ministério da Informação. A reportagem principal desse número era acerca da prisão de 12 socialistas, no dia 1 de Maio, que tentaram prestar homenagem a Pablo Iglesias, fundador do Partido Socialista Espanhol, junto da sua sepultura num cemitério perto de Madrid.

A incriminação do Tribunal de Ordem Pública dizia que o número da «Cambio 16» continha matéria que poderia ser considerada como propaganda ilegal.

Em Março, o Governo fechou a revista por três semanas e multou Manuel Velasco em 100 000 pesetas por publicar notícias sobre a política espanhola, que não agradaram às autoridades franquistas.

SOLIDARIEDADE

Cerca de 80 advogados do foro de Madrid expressaram a sua solidariedade ao professor Pedro Ibarra Guell, que, por várias vezes, tem defendido militantes da E.T.A. e que foi recentemente atacado por desconhecidos.

Em comunicado distribuído à Imprensa, os advogados protestam contra semelhantes ataques, muito possivelmente dirigidos por grupos de extrema direita.

A DEMOCRACIA É «INEVITÁVEL»

LEON (ESPANHA), 14 — (FP) — «O desenvolvimento da democracia no regime é uma necessidade, um facto inevitável quanto ao qual não se pode voltar atrás» disse Fernando Suarez, um dos três vice-presidentes do Governo espanhol e ministro do Trabalho, ao jornal «Proa» de Leon. Mas o processo da democratização do regime deve fazer-se pela «via da reforma» que é a «única possível se não quisermos alterar a paz e o progresso alcançados nestes últimos anos», declarou mais o ministro, para quem a função de crítica das Cortes espanholas «deverá exercer-se como independência absoluta do executivo». Terminou dizendo «crer firmemente no controlo pelo povo do poder político exercido por representantes livremente eleitos».

CONTRATO DOS METALÚRGICOS

Continuação da pág. 1

escriturário de 1.ª ou um oficial de 1.ª (não especializado) ganham todos o mesmo: 8000$00

Este novo contrato abrangerá mais de 250 mil trabalhadores.

O horário de trabalho foi também abordado pelos dirigentes da Federação. Como se sabe, os metalúrgicos são dos trabalhadores qye têm mais horas por semana. Com a verticalização do contrato, vai haver disparidade de horários.

«Nós também verificámos isso. Os metalúrgicos não reivindica para si diminuição de horas de trabalho, mas não podemos pedir aos outros trabalhadores que trabalhem mais horas. Foram conquistas do tempo do fascismo.

Essa decisão deverá partir deles».

METALÚRGICOS DE LISBOA: UM APELO À UNIDADE

O anteprojecto só passará a proposta depois da assembleia extraordinária, amanhã, à noite, no Pavilhão dos Desportos, dos metalúrgicos de Lisboa. Como se sabe a última assembleia foi interrompida sem que se tivesse discutido o contrato de trabalho. «A Federação lamenta que os metalúrgicos de Lisboa estejam divididos por objectivos partidários. Apelamos para a sua unidade. No entanto, se amanhã os metalúrgicos de Lisboa não apresentarem sugestões, arrancaremos com este projecto. Já está mais do que aprovado em todo o País e não podemos prejudicar durante mais tempo os trabalhadores que ganham menos. Além do mais, também já se realizaram assembleias nalgumas empresas de Lisboa e por sectores».

Depois de várias vezes apelarem para a unidade dos trabalhadores, acentuaram: «Não permitiremos que um grupo diminuto, a quem o contrato já não beneficia, traia os metalúrgicos portugueses. Confiamos que os metalúrgicos de Lisboa não trairão os outros trabalhadores metalúrgicos do País. Recordamos que 250 mil pessoas aguardam este contrato».

Os dirigentes da Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos concluiram, manifestando o seu regozijo pelas últimas decisões do Conselho de Ministros, que cada vez mostra mais a firme decisão de se avançar para uma «sociedade socialista».

QUÍMICOS DO NORTE CONTRA A COMISSÃO DIRECTIVA DO SINDICATO

. PORTO, — «Queremos um Sindicato que seja controlado por químicos e não por funcionários sindicais» e «abaixo a direcção fantoche», foram alguns dos «slogans» gritados por centenas de trabalhadores químicos de várias empresas que se reuniram, ao fim da tarde de ontem, junto da sede do respectivo Sindicato. Exigiam aqueles trabalhadores evacuação das instalações dos elementos que se encontravam no seu interior. A saída daqueles foi, depois, sublinhada com uma salva de palmas.

Apesar de terem sido destacados para o local agentes da P.S.P., estes não tiveram necessidade de impôr a ordem dada a manifestação ordeira, decidida e pacífica dos operários químicos.

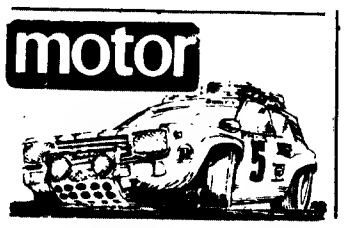
Num comunicado distribuído no local, os trabalhadores referiram que os «últimos acontecimentos demonstraram claramente que a actual comissão directiva é incapaz de dirigir com êxito a luta pelo contrato-tipo» e acrescenta ainda que «fomos arrastados para uma greve que em nada adiantou para a saída do contrato e só criou divisões no seio da classe».

Os trabalhadores químicos manifestaram a necessidade de realização de um plenário que foi marcado para o próximo dia 18, às 9 e 30, em local ainda a designar e com a seguinte ordem de trabalhos: negociação do contrato-tipo, e explanação e explicação dos últimos acontecimentos.

REUNIDO O CONSELHO DA REVOLUÇÃO

. Sob a presidência do general Costa Gomes está reunido desde as 10 horas, em Belém, o Conselho da Revolução. Como habitualmente não foi divulgada a agenda dos trabalhos mas pensa-se que serão analisados problemas decorrentes da situação em Angola, onde, como se sabe, se encontra, o major Melo Antunes para uma tentativa de conciliação dos três Movimentos de Libertação.

Entretanto admite-se que outro importante assunto a abordar seja respeitante à eventualidade da escolha de novos chefes para a Força Aérea, na sequência das demissões dos generais Mendes Dias, chefe do Estado Maior da Força Aérea e Pinho Freire comandante da Primeira Região Aérea. Estas demissões, que no entanto ainda não foram confirmadas de fonte oficial, podem vir a determinar uma profunda remodelação nas estruturas da Força Aérea.



24 horas no Mundo

■ Os E.U.A. podem bombardear um pequeno país, podem arrasá-lo, podem matar milhões de seres humanos, mas um pequeno país, bombardeado, arrasado, desfalcado de milhões de vidas não pode apresar um barco dos E.U.A. É o que temos de concluír da arrogância com que o presidente Gerald Ford e o seu secretário de Estado, Henry Kissinger, exigem a restituição do barco apresado pelo Camboja e advertem os governantes daquele país das «sérias consequências» que o incidente pode vir a ter. O apresamento de um barco, que o Camboja só trocará — segundo diz — quando os E.U.A. devolverem todo o material militar retirado do país pelo antigo regime, e se Washington apresentar desculpas pela campanha de calúnias que anda a levantar contra os Khmeres Vermelhos, levou os E.U.A. a recorrerem à mobilização de mil fuzileiros navais, estacionados na base de Okinawa. Segundo Washington, os fuzileiros — de tão triste memória no Mundo — serão enviados para a Tailândia, no caso de ser necessário recorrer ao uso da força. Surge, no entanto, uma pequena contrariedade: o primeiro-ministro tailandês já declarou que não permite que os norte-americanos usem as suas bases na Tailândia para qualquer fim relacionado com a recuperação do barco. É de prever que toda esta efervescência ameaçadora não passe disto. Se a «arrogância do poder» continua patente nas palavras dos dirigentes norte-americanos, as duras lições dos últimos meses na Indochina decerto lhes moderarão os actos.

■ Discursando num jantar que lhe foi oferecido pelos dirigentes líbios, por ocasião da sua visita oficial àquele país, o primeiro-ministro da U.R.S.S., Alexei Kossybuine, advertiu que a paz no Médio Oriente depende da unidade árabe. Unidade que parece comprometida, pelo menos entre a Síria e o Iraque, depois de o primeiro daqueles países ter encerrado o seu espaço aéreo aos aviões iraquianos. Por outro lado, a demissão de quatro ministros libaneses levou a uma crise política, aguardando-se a todo o momento o colapso do Governo.

■ O primeiro-ministro britânico, Harold Wilson afirmou que o seu Governo não fornecerá, em nenhuma circunstância, armas ou dinheiro aos guerrilheiros da Rodésia e que está disposto a apertar mais o bloqueio àquele território.

■ O Governo francês vai fornecer um subsídio de 60 milhões de francos à Imprensa.

■ A Assembleia Nacional francesa suspendeu a sua sessão, durante duas horas, como protesto contra a decisão do presidente Giscard d'Estaing de não continuar a comemorar a vitória dos Aliados sobre os nazis na Segunda Guerra Mundial.

■ Os meios liberais espanhóis mostram a sua preocupação pela anunciada visita de Gerald Ford a Espanha, por recearem que possa ter efeitos negativos sobre a liberalização do regime.

UNIÃO ELÉCTRICA PORTUGUESA, SARL

Continuação da pág. 10

Balanço em 31 de Dezembro de 1974

ACTIVO	Investimento	Reintegrações		
1) — DISPONIVEL				
Títulos de Capital			142 552 455$47	
Participações de Capital por Quotas			252 300$00	142 804 755$47
2) — CIRCULANTE				
a) — Fluído				
Dinheiro			7 649 165$14	
Depósitos Bancários			17 047 721$44	
b) — Créditos			24 696 886$58	
Créditos sobre Clientes			494 506 806$58	
Créditos e Débitos Gerais (créditos)			49 125 105$30	
Accionistas			125 297$66	
c) — Permutável			543 757 209$54	
Material em Armazém				
— Materiais inventariados em depósito + 70 991 442$79				
— Depreciações por obsolência — 4 275 159$01			66 716 283$78	
Material de Propriedade Alheia			1 077 962$66	
Material a Receber			63 906 793$27	
Serviços de Oficinas (em curso)			7 488 936$70	
3) — FIXO			139 189 976$41	707 644 072$53
a) — De investimento humano				
Meios de Formação Antropotécnica				
— Investimento + 339 494$28				
— Amortização — 293 066$61			46 427$67	
b) — De investim. corpóreo			46 427$67	
Móveis, Utensílios e Biblioteca	25 893 622$57	18 950 664$48	6 942 958$09	
Veículos	11 465 658$45	8 457 351$15	3 008 307$30	
Material em Instalações Alheias	59 526 730$92	35 326 970$34	24 199 760$58	
Aparelhos, Ferramentas e Instalações Acessórias	37 224 413$83	23 137 150$29	14 087 263$54	
Oficinas Gerais	2 710 740$66	1 862 573$76	848 166$90	
Redes de Baixa Tensão	199 890 707$87	89 213 328$70	110 677 379$17	
Subestações e Postos de Seccionamento	462 962 416$43	175 681 259$82	287 281 156$61	
Linhas de Alta Tensão	685 972 172$46	270 156 806$55	415 815 365$91	
Edifícios de Serviço Próprio e Terrenos	63 562 539$48	27 528 732$99	36 033 806$49	
	1 549 209 002$67	650 314 838$08	898 894 164$59	898 940 592$26
Total do Activo				1 749 389 420$26

SITUAÇÃO PASSIVA

Encargos de Amortização Diferida			
— Encargos sujeitos a diferimento fiscal			1 027 493$40
VALORES DE COMPENSAÇÃO			
Cauções de Administração		550 000$00	
Cauções Alheias		9 496 003$80	
Créditos por Cauções Prestadas		104 038 074$10	
Valores em Depósito		650 000$00	114 734 077$90

PASSIVO		
DÉBITOS		
a) — De vencimento imediato		
Retribuições do Pessoal	291 458$38	
Débitos por Resgate de Obrigações	6 098 111$15	
Juros de Empréstimos (vencidos)	8 115 416$43	
Débitos Gerais por Aquisições e Serviços	34 596 984$75	
Créditos e Débitos Gerais (débitos)	113 764 075$31	
Dividendos Vencidos	28 106 547$50	190 972 593$52
b) — De vencimento a curto prazo		
Letras a Pagar	100 457 980$30	
Débitos por Aquisição de Energia	198 227 342$52	
Obrigações de Resgate Próximo	17 905 800$00	
Provisões para Débitos a Liquidar	47 301 971$50	363 893 094$32
c) — De vencimento a longo prazo		
Financiamentos	113 000 000$00	
Obrigações de Resgate Diferido	198 297 800$00	
Quotas de Reversão	156 184 526$43	467 482 326$43
Total do Passivo		1 022 348 014$27

SITUAÇÃO ACTIVA

1) — DE CONSTITUIÇÃO		
Capital	500 000 000$00	
2) — ACUMULADA		
Fundo de Reserva Legal	57 307 945$34	
Fundo Variável para Amortizações	8 650 000$00	
Reservas Especiais	23 687 802$31	
Reservas de Utilização Condicionada	58 054 726$47	
Fundo de Reserva Extraordinário	42 000 000$00	
Flutuação de Valores	142 460$00	189 842 934$12
3) — DE EXERCICIO		
Resultados Gerais	38 225 965$27	728 068 899$39
Total da Situação Activa		728 068 899$39

VALORES DE COMPENSAÇÃO		
Débitos por Cauções de Administração	550 000$00	
Débitos por Cauções Alheias	9 496 003$80	
Cauções Prestadas	104 038 074$10	
Débitos por Valores em Depósito	650 000$00	114 734 077$90

O Director de Serviços
A. Tavares Júnior

Pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,
Os Directores-Gerentes
Raul Bessa *Luiz Calheiros Braga*

"EXPLORAÇÃO"

(ACTIVIDADE INDUSTRIAL — ZONA NORTE)

1974

ENCARGOS		RENDIMENTOS ACESSÓRIOS («subprodutos» de exploração)	
Energia Emitida	699 807 537$67	Aluguer de Material	861 045$90
Encargos de Conservação e Reparação	7 769 750$38	Serviços de Conta Alheia *(de nat. indust.)* e Vendas *(parcial)*	229 526$69
Encargos Gerais de Exploração	49 522 717$46	Serviço de Transportes Próprios	631 932$88
Contribuições e Impostos *(parcial)*	13 970 024$18	*Custo de Exploração (industrial)*	801 785 338$56
Reintegração de Subestações e Postos de Seccionamento	11 020 594$08		
Reintegração de Linhas de Alta Tensão	16 855 285$92		
Reintegração de Edifícios de Serviço Próprio *(industriais)* e Terrenos	292 127$52		
Reintegração de Material em Instalações Alheias	1 026 210$09		
Reintegração de Aparelhos, Ferramentas e Instalações Acessórias	1 003 739$27		
Serviço de Transportes Próprios	2 223 141$93		
Serviços de Conta Alheia *(de nat. indust.)* e Vendas *(parcial)*	16 715$53		
	803 507 844$03		803 507 844$03

"EXPLORAÇÃO"

(ACTIVIDADE INDUSTRIAL — ZONA SUL)

1974

ENCARGOS		RENDIMENTOS ACESSÓRIOS («subprodutos» de exploração)	
Energia Emitida	327 872 487$80	Aluguer de Material	6 241 125$40
Encargos de Conservação e Reparação	9 185 950$88	Taxas de Ligação	247 715$00
Encargos Gerais de Exploração	35 344 931$85	Serviços de Conta Alheia *(de nat. indust.)* e Vendas *(parcial)*	966 120$77
Contribuições e Impostos *(parcial)*	9 000 538$80	Serviço de Transportes Próprios	514 054$76
Reintegração de Subestações e Postos de Seccionamento	9 070 263$00	Serviço de Ligações	237 778$26
Reintegração de Linhas de Alta Tensão	14 013 162$00	*Custo de Exploração (industrial)*	115 203 788$34
Reintegração de Redes de Baixa Tensão	12 992 896$03		
Reintegração de Edifícios de Serviço Próprio *(industriais)* e Terrenos	111 088$00		
Reintegração de Aparelhos, Ferramentas e Instalações Acessórias	1 601 970$00		
Reintegração de Material em Instalações Alheias	2 545 394$00		
Serviços de Conta Alheia *(de nat. indust.)* e Vendas *(parcial)*	2 549$94		
Serviço de Transportes Próprios	1 523 437$46		
Serviço de Ligações	145 612$80		
	423 410 582$53		123 410 582$53

UNIÃO ELÉCTRICA PORTUGUESA, SARL

"RESULTADOS DE EXERCÍCIO"

(ACTIVIDADE COMERCIAL, ADMINISTRATIVA E SOCIAL — ZONAS NORTE E SUL)

1 9 7 4

ENCARGOS		RENDIMENTOS	
Exploração *(custos industriais)*	1 216 989 126$90	Energia Fornecida	1 409 207 408$20
Encargos Comerciais e Administrativos	46 915 482$13	Juros, Descontos e Diferenças Cambiais *(credor)*	3 210 519$94
Juros, Descontos e Diferenças Cambiais *(devedor)*	4 997 833$16	Serviços de Conta Alheia *(administ.)* e Vendas *(parcial)*	84 929$63
Contribuições e Impostos *(parcial)*	47 756 705$33	Lucros Eventuais (inclui 1 867 165$00 de Provisões anuladas)	1 910 405$22
Juros de Empréstimos	18 530 063$91	«Comparticipações» em Reserva Utilizadas	809 571$66
Reintegração de Móveis Utensílios e Biblioteca	1 035 744$49	Rendimentos de Assistência Técnica Prestada	195 142$00
Reintegração de Edifícios de Serviço Próprio *(administ.)* e Terrenos	573 054$90		
Quotas de Reversão	7 703 400$00		
Serviços Sociais	26 061 738$67		
Obsolência Verificada em Materiais Armazenados	206 819$55		
Meios de Formação Antropotécnica *(amortização)*	87 941$04		
Serviços de Conta Alheia *(administ.)* e Vendas *(parcial)*	15 282$29		
Saldo positivo	44 844 784$28		
	1 415 717 976$65		1 415 717 976$65

RESULTADOS GERAIS

(CONTA GERAL DA EMPRESA)

1 9 7 4

ENCARGOS (de natureza geral)			RENDIMENTOS (de natureza geral)		
Exercícios Anteriores		20 019 152$86	**Exercícios Anteriores** (inclui o saldo anterior de 3 628 434$68)		17 308 434$20
Encargos Gerais de Administração		6 491 873$91	**Resultados de Exercício** (das zonas Norte e Sul)		44 844 784$28
Contribuições e Impostos (parcial)		990 382$88	**Rendimentos Gerais**		3 604 156$35
Contas Transitórias			**Contas Transitórias**		
Encargos sujeitos a especificação legal			Rendimentos sujeitos a especificação legal		
Órgãos sociais e Delegação do Governo			Rendimentos do activo disponível		
Retribuições e outros encargos	+ 3 614 941$76		Obtidos	+ 3 432 214$75	
Encargos imputados	3 614 941$76	- $ -	Integrados	3 432 214$75	- $ -
Publicidade			Exercício de cargos		
Encargos suportados	+ 161 182$15		Rendimento obtido	+ 171 941$60	
Encargos imputados	161 182$15	- $ -	Rendimento integrado	171 941$60	- $ -
Material (excepto para investimento)			Rendimentos financeiros		
Material consumido	+ 11 727 418$43		Obtidos	+ 3 301 280$27	
Custos de material imputados	11 727 418$43	- $ -	Integrados	3 301 280$27	- $ -
Remunerações e outros encargos com o pessoal (excepto para auto-investimento)			Serviços de assistência técnica prestados		
Retribuições directas e indirectas a pessoal	+ 172 835 555$29		Valores atribuídos	+ 195 142$00	
Custos de pessoal imputados	172 835 555$29	- $ -	Valores imputados	195 142$00	- $
Provisões					
Estabelecidas	+ 11 030 995$70				
Atribuídas ou imputadas	11 030 995$70	- $ -			
Reintegrações					
Estabelecidas	+ 73 344 026$56				
Imputadas	73 344 026$56	$			
Encargos fiscais e parafiscais					
Suportados	+ 50 903 143$66				
Integrados	50 903 143$66	$ -			
Amortizações					
Estabelecidas	+ 87 911$01				
Imputadas	87 911$01	- $			
Balanço		38 225 965$27			
		65 757 374$92			65 757 374$92

O Director de Serviços
A. Tavares Júnior

Pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Os Directores-Gerentes
Raul Bessa — *Luiz Calheiros Braga*

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS APLICAÇÕES EM VALORES MOBILIÁRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974

(mapa de modelo oficial)

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de compra	Cotação em bolsa (a)	VALOR DE BALANÇO Unitário	VALOR DE BALANÇO Total	Valor total de aquisição	DIFERENÇAS Flutuação de valores	DIFERENÇAS Perdas levadas a resultados
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS									
QUOTAS									
Empresa Editorial Electrotécnica, EDEL, Lda	1	15 800$00				15 800$00			
Eléctrica Duriense, Lda.	1	236 500$00				236 500$00			
ACÇÕES									
Companhia Eléctrica das Beiras	8 765	8 765 000$00			434$99	3 812 662$75			
Empresa Industrial do Freixo	197 140	19 714 000$00			98$63	19 443 101$00			
Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve	32 645	32 645 000$00			967$91	31 597 569$60			
Empresa Hidroeléctrica do Coura	367 653	36 765 300$00			100$49	36 943 877$20			
Companhia Industrial de Resinas Sintéticas	3 750	3 750 000$00			1 000$00	3 750 000$00			
Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo	219 505	21 950 500$00			142$26	31 226 026$72			
Total	—	123 842 100$00			- $ -	127 025 537$27			
OUTRAS APLICAÇÕES									
Títulos Nacionais									
ACÇÕES									
Companhia Portuguesa de Electricidade	24 039	24 039 000$00			607$70	14 608 618$20		+ 142 460$00	
Sociedade Nacional de Estudos e Financiamentos Ultramarinos	10	5 000$00			460$00	4 600$00			
Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela	666	666 000$00			1 750$75	1 166 000$00			
Total	—	24 710 000$00			- $ -	15 779 218$20		+ 142 460$00	
Total geral	—	148 552 100$00				142 804 755$47		+ 142 460$00	

(a) Última cotação efectuada nos seis meses anteriores à data a que se refere o balanço
Obs. — No período legal indicado não houve cotações

SENHORES ACCIONISTAS:

Decorrido mais um exercício, submetemos à vossa apreciação o relatório e parecer do Conselho Fiscal respeitantes ao ano de 1974.

Relatório

1. Realizaram-se as reuniões periódicas e nelas examinados os livros de registos contabilísticos e mais documentos da Sociedade; esclarecidos pelo Conselho de Administração, ou pela Gerência, sempre que foi julgado conveniente; verificada a extensão da caixa e a existência de mais bens e valores; foi-nos permitido concluir que tudo se encontrava em perfeita regularidade:

2. Durante o ano de 1974 houve sorteios de obrigações, em conformidade com os planos estabelecidos aquando das respectivas emissões.
A eles estiveram presentes membros deste Conselho Fiscal, como lhes competia.

3. Foi oportunamente apresentado o relatório do Conselho de Administração. Nele se examinam e explicam aspectos, que interessa conhecer, em termos que traduzem e elucidam com toda a fidelidade o que foi a vida da Empresa durante todo o exercício findo; quais as dificuldades que houve que enfrentar e vencer; quais as preocupações que subsistem; quais as medidas que espera venham a ser tomadas a bem do interesse de todos.

4. O balanço e contas da exploração e de resultados apresentam-se claros e exactos e, porque respeitadores da lei os critérios valorimétricos adoptados, continuamos a ter uma correcta avaliação do património da Empresa e dos resultados da sua exploração.

5. O relatório do Conselho de Administração fornece pormenorizados elementos quanto à energia vendida; aos novos contratos firmados; aos investimentos efectuados; à particular atenção que tem merecido quanto respeita à distribuição em baixa tensão; ao agravamento sensível do preço dos produtos petrolíferos, com repercussões de vária ordem, ainda que se mantenham as tarifas de energia eléctrica que se observavam anteriormente àquele agravamento; às diligências feitas quanto à racionalização do sector da distribuição; o que se fez e o que se despendeu quanto à organização e actividade social; a colaboração prestada às empresas em que a U. E. P. está directamente interessada e a cujos corpos gerentes pertence.

6. Na rubrica dedicada às «finanças e economia» apresentam-se números e relatam-se condicionalismos que, traduzindo com todo o rigor a situação económica e financeira da sociedade, igualmente revelam as muitas dificuldades que se depararam àqueles a quem cabe a árdua e, por vezes, tão ingrata missão de administrar.

7. O Conselho examinou o mapa de «inventário das participações financeiras e outras aplicações em valores mobiliários», verificando a regularidade das respectivas inscrições e o critério de valorização dos respectivos elementos, o qual corresponde aos valores registados na sequência das operações feitas anteriormente.

8. Associa-se o Conselho Fiscal à homenagem prestada à memória do Prof. Doutor Fernando Bissaya Barreto; e faz suas as palavras tão justas, porque verdadeiras, com que se enaltece o também ilustre Prof. Doutor Alexandre Alberto de Sousa Pinto, personalidade que deixa, por onde passa, bem vincada nota dos seus primores intelectuais, humanos e sociais.
Este Conselho adere também com a maior convicção ao agradecimento e às homenagens prestadas ao senhor engenheiro Don Tomaz de Astigarraga y Amézaga que deixou o seu cargo de Administrador, depois de ter prestado a esta sociedade, durante longas dezenas de anos e em diversos postos, uma intensa e excepcionalmente valiosa colaboração a que nunca faltou o timbre do discreto mas profundo humanismo da sua acção.
Do Conselho de Administração, e por dele ter pedido a demissão, deixou de fazer parte o senhor General Joaquim da Luz Cunha, que teve sempre, como todos os demais, para este Conselho provas de consideração que se agradecem.

É este o nosso

PARECER
DO CONSELHO FISCAL

1.º Que sejam aprovados o relatório, balanço e contas apresentados pelo Conselho de Administração e respeitantes ao exercício de 1974;

2.º — Que a uma parte do saldo da conta de «Resultados Gerais» seja dado o destino proposto e submetida à Assembleia Geral a aplicação do restante;

3.º — Que seja louvado o Conselho de Administração pelo trabalho e esforços desenvolvidos;

4.º — Que os Directores-Gerentes, Eng.s Raul Bessa e Luiz Calheiros Braga, sejam louvados pela forma eficiente com que desempenharam os seus cargos;

5.º — Que seja louvado todo o pessoal, pela dedicação posta no trabalho despendido.

Porto, 21 de Fevereiro de 1975

O CONSELHO FISCAL
Arnaldo Pinheiro Torres — Presidente
José Rivero Romero
Francisco Corrêa Figueira
Rogério Pereira Furtado
Armando Florêncio de Oliveira Hagatong

Espectáculos

CONSERVATÓRIO NACIONAL: A CRISE ETERNIZA-SE

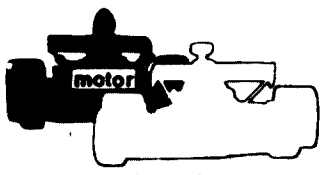
O Conservatório Nacional continua a ser um enorme ponto de interrogação e de confusão. Depois de umas tantas décadas de obscurantismo, sob a égide do militante fascista Ivo Cruz, e dos magros anos da caótica «reforma» de Veiga Simão-Madalena Perdigão, não admira que surjam sérias dificuldades para encontar uma via de normalização pedagógica e administrativa capaz de colocar efectivamente aquele estabelecimento de ensino ao serviço do desenvolvimento cultural do Povo Português. O sector da música será porventura, dentro do Conservatório, o mais confuso de todos, aquele onde a incapacidade de definir métodos, critérios e objectivos mais parece manifestar-se. Também aqui a herança era demasiado pesada. Em todo o caso, custa a crer que não se pudesse ter avançado alguns passos, custa a crer que sejam insolúveis algumas questões, ou situações, ou métodos de trabalho, que impavidamente vão subsistindo desde o fascismo.

Desta vez, vieram apresentar-me as suas razões alguns prestigiados instrumentistas portugueses, da classe dos sopros: Pedro Teixeira (flauta), Francisco Taneco (trompete), Celestino Raposo (saxofone), Helder Ribeiro (flautim) e Carlos Franco (flauta). Motivo das suas críticas ao Conservatório: os concursos.

PROVAS PÚBLICAS PARA LUGARES POR ASSEGURAR

Foi anunciado nos jornais, há tempos, a abertura de inscrições para professores de flauta e trompete começou por dizer Carlos Franco. **Parecia ser um concurso meramente documental mas quinze dias depois da entrega dos documentos, designadamente do currículo, os candidatos receberam uma circular onde a Comissão Directiva da Escola de Música comunicava que a Comissão do Concurso decidira realizar provas para a admissão de professores contratados de flauta transversal e de trompete. Dessa circular constavam as provas e as datas da sua prestação, bem como a ressalva de que a contratação para os lugares em concurso estava ainda sujeita a aprovação ministerial.**

Face a estes novos elementos, Carlos Franco recusou participar na prestação de provas públicas, por razões que a seu tempo aduziu em carta enviada à Comissão Directiva, e que seguidamente transcrevo: **Não me parece normal nem pertinente a realização de um concurso para professor contratado e para mais estando essa contratação sujeita a aprovação ministerial (...). A aprovação em concurso público deve conferir à pessoa ou pessoas que a obtêm por mérito próprio, a ocupação de um lugar ou lugares com garantias de estabilidade. Sou defensor da realização de concursos para professores da nossa primeira escola de música, mas para vagas do quadro permanente.**



QUE PROVAS?

As críticas de Carlos Franco não ficavam por aqui. A própria natureza das provas — uma consistindo na interpretação de determinados fragmentos, outra numa lição de 20 minutos a ministrar a um aluno principiante e a outro mais adiantado — lhe mereceu então reparos, que igualmente passo a citar:

. **Não compreendo a realização de uma prova de execução em flautim. Porquê uma prova em Flautim e não também em Flauta em sol ou até em Flauta baixo em dó? Porquê o Flautim nas provas para professor de Flauta e não a Trompete aguda em si bemol nas provas para professor de Trompete? (...) Ainda mais me espanta que se escolham fragmentos da Abertura La Gazza Ladra de Rossini para um concurso de professor de Flauta!... Também os fragmentos a executar em Flauta (um dos andamentos de Bach é até incompleto) não me parecem de molde a poder estabelecer-se um juízo perfeito entre dois ou mais candidatos de valores aproximados.**

Quanto às provas pedagógicas, Carlos Franco perguntava: **Acham V. Exªs que se poderá demonstrar minimamente a capacidade docente dispondo os candidatos de apenas 20 minutos para ministrar uma aula a dois alunos?** E terminava, afirmando: **Estranho que a Comissão de Concurso e a Comissão Directiva admitam ser possível haver candidatos a professores de flauta do Conservatório Nacional que não possuam os materiais e consequentemente não conheçam uma sonata de Bach e a sonata de Hindemith.** (referia-se a um ponto da circular onde a Comissão Directiva se dispunha a fornecer fotocópia dos materiais em questão aos candidatos que os pretendessem).

DEMOCRACIA INTERNA OU BASISMO?

Pedro Teixeira, outro dos candidatos iniciais para professor de flauta, não recusou logo. **Ainda fui ao Conservatório falar com um membro da Comissão para tratar do problema do ensaio com o pianista, afirmou. Mas quando me disseram que do júri também faziam parte, além de seis professores de sopro, igual número de alunos com o mesmíssimo direito de voto dos professores, resolvi desistir. Por um lado, não reconheço aos alunos, alguns principiantes, preparação suficiente para poderem avaliar do mérito relativo de profissionais de sopro de larga experiência artística e profissional, candidatos a professores da nossa principal escola de música; por outro lado, alguns dos alunos membros do júri não ofereciam garantias de isenção, pois eram discípulos dos candidatos...»**

Este é realmente um problema a pôr: até que ponto é que a democracia interna nas escolas e o espírito de cooperação, em pé de igualdade, entre professores e alunos, não estará a transformar-se num **basismo** primário e ignorante?

. Ouçamos agora Helder Ribeiro: **Concorri nos primitivos moldes, mas quando me enviaram a circular anunciando provas públicas retirei a minha candidatura: era ridículo prestar provas para um lugar ainda não assegurado. Depois, o programa a executar era ridículo. Não veio como alguém se atreveria a candidatar-se a professor de flauta sem saber tocar uma coisa tão corriqueira como a «Gazza Ladra». Quanto às outras peças, qualquer flautim que toque numa orquestra é capaz de as tocar bem. Um exame de méritos relativos em tais condições era praticamente impossível.**

Há ainda um aspecto para que quero chamar a atenção, acrescentou Pedro Teixeira: **a ausência de qualquer referência a diplomados pelo próprio Conservatório que abria o Concurso. Parece-me que seria elementar uma cláusula onde, pelo menos, se desse preferência, em igualdade de circunstâncias, aos candidatos diplomados pelo Conservatório...**

A escola passa a si própria um atestado de incompetência. Não sem uma certa lógica...

CONTAR HISTÓRIAS OU SABER TOCAR?

Da Flauta passamos ao Trompete. Aqui, para além de considerações semelhantes, Francisco Taneco confidencia factos novos, que suscitam ainda maiores dúvidas acerca da questão de saber se o 25 de Abril chegou efectivamente ao Conservatório:

. **Houve um colega meu, membro do júri, que me disse que o Concurso tinha sido pensado ao contrário. Primeiro tinham pensado nas pessoas que haviam de colocar no Conservatório e depois é que arranjaram as vagas. O curioso é que os nomes que esse meu colega então me indicou foram precisamente os admitidos e o Concurso só muito depois viria a realizar-se. Passaram-se, entretanto, alguns factos caricatos: quase todos os professores membros do júri (isoladamente uns dos outros) me vieram dizer que os três candidatos tinham feito provas idênticas e que era uma injustiça ter-se admitido um deles com base numa pontuação desproporcionada à forma real como o concurso decorrera. Um deles, membro da Orquestra Gulbenkian disse-me, mais ou menos textualmente:**

. **Vocês andaram os três tão bem e tão iguais que realmente estas coisas custam. O que ganhou esteve mais tempo de volta do aluno, e essa prova valia 70 por cento a 80 por cento. Além disso, tu não podias ficar porque és reformado da tropa; quando se leram os currículos houve logo um membro da Comissão de Concurso que disse que não era conveniente apareceres em primeiro lugar, mesmo que andasses melhor, porque o teu ingresso no Conservatório criaria problemas burocráticos.**

Quer dizer: o concurso era uma autêntica palhaçada, pois não fazia referência, previamente, nem ao critério de avaliação relativa das duas provas (interpretativa e pedagógica), nem a factos impeditivos da admissão (pressupondo que eles seriam válidos).

Deixava caminho livre a todas as arbitrariedades.

Prossegue Francisco Taneco:

. **Por sua vez, outro membro do júri, ao dizer-me também que não compreendia a disparidade da pontuação, concluiu: os alunos do júri devem ter-se deixado impressionar por ouvirem contar a um dos candidatos a história do trompete. Foi certamente por isso que atribuiram a esse candidato pontuação tão elevada...**

Na verdade, a história do trompete pode até nem competir ao professor de trompete. Vem em qualquer bom dicionário. O pior é quando se sabe a história do trompete mas não se consegue dar uma nota aproveitável no trompete.

CONCURSO PARA UM LUGAR JÁ PREENCHIDO

Quanto a mim, declarou-nos Celestino Raposo, **o caso ainda foi mais simples. Disseram-me que estava aberto Concurso para saxofone mas que já havia professor indicado. Apresentei-me, e vim a saber que o professor admitido já estava a dar aulas. Entretanto, soube que o júri reunira, prescindira do Concurso e fizera uma votação secreta para nomear o professor.**

Em suma: quando é que se põe termo a esta bagunça?

M.V.C.

CONCERTOS NA S.P.A.

No seguimento do programa de acção cultural que tem vindo a realizar, a Sociedade Portuguesa de Autores organiza nos próximos dias 15, 16 e 20 de Maio, no auditório da sua nova sede (av. Duque de Loulé, 31) os seguintes concertos:

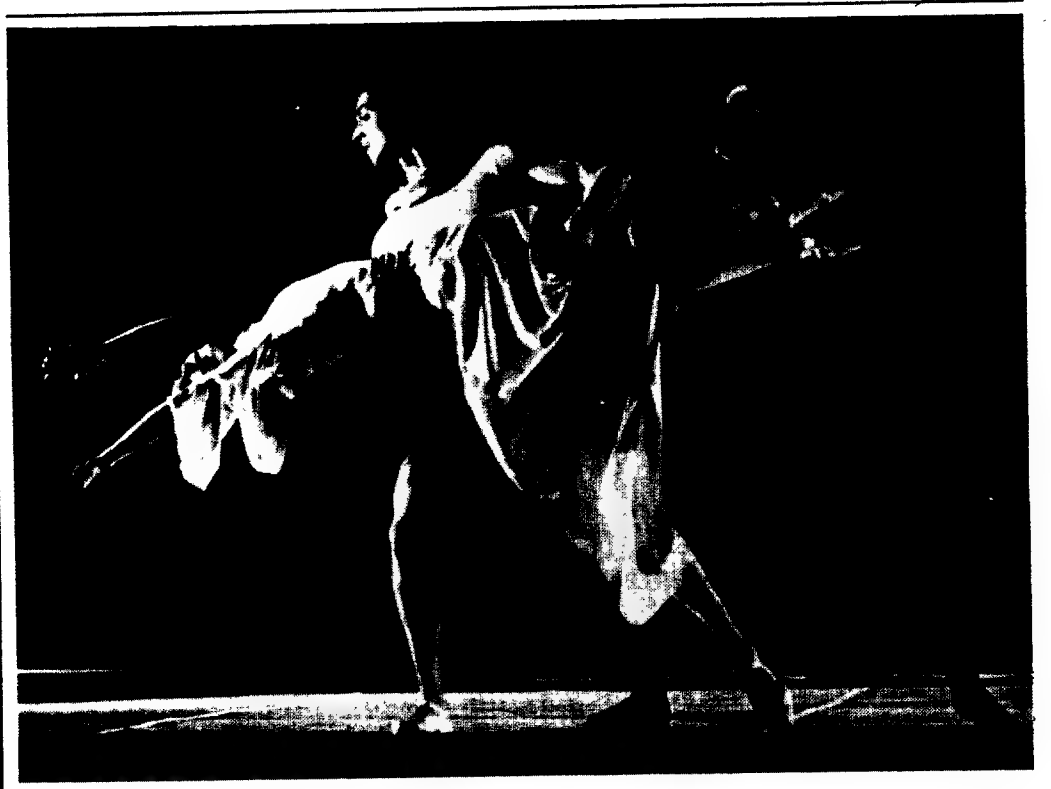
. *Dias 15 e 16* — Pelo Grupo de Música Contemporânea de Lisboa, dirigido por Jorge Peixinho, sendo o programa constituído pelas obras: «Contra a Ideia da Violência, a Violência da Ideia» de Luís Cília; «Figuracões I IV» de Filipe Pires; «Tensão e Distensão» de J. Lopes e Silva; «Momento I» de Constança Capdeville; «Welkom» de Jorge Peixinho; «Recitativo IV» de Jorge Peixinho

Dia 20 — Concerto de Música Electro-Acústica, sendo o programa constituído pelas seguintes obras: «Elegia a Amilcar Cabral» de Jorge Peixinho; «Reportagem» de Filipe Pires, que foram realizadas, respectivamente, no Instituto de Psico-Acústica e Música Electrónica de Ghent e no Conservatório Nacional de Lisboa. A audição de cada uma destas obras será precedida de comentários pelos respectivos autores.

Os bilhetes para todos estes concertos, que se realizam às 18 horas, podem ser adquiridas na sede da SPA, a partir das 15 horas do dia em que têm lugar, havendo um preço único de 20$00

BANDAS MILITARES

. Para esta semana estão marcados dois concertos públicos de iniciativa municipal: um para hoje, quarta-feira às 17 e 30 no Jardim da Estrela, pela banda da Força Aérea, e outro para amanhã à mesma hora, na Alameda D. Afonso Henriques, pela banda da Polícia de Segurança Pública de Lisboa.



"BALLET DA FLANDRES": SEIS ESPECTÁCULOS EM PORTUGAL

Dentro de dias, e por iniciativa da Fundação Gulbenkian, o «Ballet da Flandres» vai apresentar-se pela primeira vez em Portugal, com o seguinte calendário: *dia 16 no Teatro Rivoli do Porto; dia 17 no Teatro Gil Vicente de Coimbra; dias 18, 19, 20 e 21 em Lisboa no Grande Auditório Gulbenkian.*

ALGUMAS NOTAS SOBRE O «BALLET DA FLANDRES»

O «Ballet da Flandres» tornou-se internacionalmente conhecido a partir do Festival de Atenas, onde obteve um êxito que surpreendeu todos os que até então ignoravam a sua existência. A criação deste agrupamento, dois anos antes, deveu-se ao Ministro da Cultura Neerlandesa, Frans von Mechelen. Drram o seu apoio a esta iniciativa o Departamento Belga da Cultura Neerlandesa, a Deputação Permanente das Províncias Flamengas, e diversos Municínios e Comunas da Região Flamenga da Bélgica. Em 1970 foi nomeada directora artística da Companhia a coreógrafa Jeanne Brabants, que logo começou a seleccionar bailarinos, elaborou o primeiro reportório e esboçou um plano de actuações. Desde a sua criação, o «Ballet da Flandres» tem-se proposto cumprir uma tripla missão: formar bailarinos, divulgar a arte da «dança na Bélgica» e outros países, e assegurar a colaboração coreográfica aos espectáculos da Ópera Real Flamenga.

Em cada temporada, esta Companhia tem criado entre oito e dez coreografias. O seu reportório, em que predominam as obras de carácter dramático, é actualmente constituído por 41 obras. O coreógrafo principal é André Leclair. Além dele e de Jeanne Brabants, vários outros coreógrafos se encontram representados no reportório da Companhia: Maurice Béjart, Hans Brenaa, Rudi van Dantzig, Hans van Manen, Leon Woycikowski, Fleming Flindt, Jack Carter, Birgit Cullberg, Serge Lifar, e um só dos grandes clássicos — Auguste Bournonville

O «Ballet da Flandres» apresenta-se com regularidade na Região Flamenga da Bélgica, em Bruxelas e nas cidades da Valónia. Desde o seu grande êxito no Festival de Atenas, tem vindo a ampliar progressivamente a sua carreira internacional: Turquia (Istambul e Ankara), França (Reims), Alemanha (Francfort) Finlândia (Festival de Helsínquia), e um grande número de cidades da Holanda e da Jugoslávia. Na presente temporada efectua «tournées» pela Suíça, Grã-Bretanha e França, além de Portugal.

Nesta sua próxima actuação no nosso país, o Ballet da Flandres dançará uma das obras «clássicas» da escola expressionista: *«Amesaverde»* (coreografia de Kurt Jooss). Apresentará ainda outras obras representantivas do seu reportório: *Cantus Firmus, Elegia, Salve Antuérpia* (Coreografia de Jeanne Brabants); *Rito Pagão, Offenbach Follies* (de Andre Leclair) e *Ein-Dor* (de Moshe Efrati).

CONCERTO COM OBRAS DE DEBUSSY

. Realiza-se hoje, dia 14, pelas 18 e 30, no Conservatório Nacional, um concerto totalmente preenchido com obras de Debussy interpretadas pelo pianista Adriano Jordão.

A receita deste concerto reverterá a favor da Associação dos Estudantes da Escola de Música do Conservatório Nacional.

Televisão

CANAL DA CRÍTICA

MÁRIO CASTRIM

Meus amigos:

Talvez vocês nunca tivessem pensado em como era fácil, há anos, ser antifascista. Não custava mesmo nada. Ter sido antifascista, ter dado toda a sua vida ao povo português, pfff, o que é que isso vale... A inflação, amigos, a inflação. Essa mercadoria aceita-se por aí ao preço da uva mijona. Até por vezes parece mal, em certas reuniões, falar no assunto. A nossa Televisão, nos primeiros tempos da libertação, longe ainda dos jogos miudinhos com que o espírito burguês tudo envenena quando pretende recuperar o processo democrático, procurou mostrar ao nosso povo alguma coisa do terror fascista e da resistência antifascista. Depois...

Eu sei, Pedro, eu sei que é preciso andar para a frente, sei que é preciso continuar a luta pelo futuro. Mas não podemos permitir que, com tanta rapidez, se escamoteie o passado, não podemos deixar que assassinem o passado e façam desaparecer todas as provas. Começa a sufocar este joguinho dos pequenos interesses de classe que de tudo pretendem fazer comércio, que tudo querem reduzir às «regras» não da política, mas da politiquice.

Vem isto a propósito das palavras descoloridas e frias (mais do que frias: geladas) e das paupérrimas imagens com que na Televisão portuguesa se assinalou a vossa morte. Nem culpo ninguém. Não quero atingir ninguém. Isto é tudo uma questão de... equilíbrio. Fizesse a Televisão o que devia, dissesse a Televisão ao povo português o que devia dizer a vosso respeito, e se calhar não faltaria quem acusasse a RTP, agora, de fazer política partidária...

Misérias, amigos, as misérias dos pequenos aventureiros do arranjismo pessoal e político, no seio de uma situação complexa e ainda, em muitos aspectos, contraditória. **Não culpo ninguém. Mas lá** que a Televisão portuguesa pecou por cobardia, isso pecou. A cobardia é feio pecado. Na Televisão cedeu-se à chantagem, ao *é melhor não fazer assim ou assado, senão...*

Senão. Senão o que não diriam, o que não fariam. Estás a ver, Pedro, estás a ver como vale pouco uma vida dedicada à resistência contra o fascismo, à defesa do nosso povo... A tua vida e a de Maria Luísa num prato da balança e no outro prato o gelo de duas palavras e de duas imagens. E pronto, contas fechadas, boas-noites senhores telespectadores, durmam bem.

Nos breves segundos da «reportagem» passam-me relâmpagos na memória. A tua prisão no Tarrafal. A clandestinidade. Caxias, Peniche... A tua fuga, o teu retrato no jornal, mandado publicar pela P.I.D.E., onde passavas por gatuno, ou coisa parecida... Novamente a clandestinidade, a continuação da luta dentro e fora do País. Inalterável o mesmo sorriso de criança que alastrava pela face toda até explodir na doçura dos olhos atrás das lentes com uma data de dioptrias. Recordo aquela cena do teu julgamento à revelia: um agente da Polícia, grandalhão e feroz, a fazer rir a assistência com a descrição da maneira como tu lhe fizeras frente e conseguiras desarmá-lo... Tu, um dez-réis de gente, só nervos, alma e uma data de dioptrias.

Nesse julgamento era eu tua testemunha, Maria Luísa. Recordas-te daquela senhora corajosa, da Conferência de S.Francisco de Paula, a contar ao «tribunal» como o teu marido respeitava as tuas crenças religiosas? O juiz, descaradamente, impunemente, ria-se: *Então a senhora quer-me fazer acreditar que um comunista respeita as crenças religiosas?* A senhora contava como acompanhara Pedro Soares a certa loja da Baixa, dela conhecida, para comprar um genuflexório que seria a tua prenda de anos. O juiz do Plenário, o suíno, ria. E tu, Maria Luísa, voltavas-lhe as costas e mandavas um sorriso bom — o teu sorriso de sempre — à senhora amiga e corajosa...

A tua condição de católica mais te impelia para a luta contra a opressão, contra o fascismo. Católicos ambos nos conhecemos, católicos ambos nos vimos lado a lado na mesma luta. O teu exemplo de mulher católica, na barricada com outras forças antifascistas, eis a lição que não devia esquecer-se num tempo e num país onde a reacção faz tanto consumo de água-benta. A tua lição de mulher católica, anos e anos a apodrecer nas prisões fascistas, a cumprir castigo de mais querer a Deus, que a César; mais ao oprimido que ao opressor.

Como estava a dizer, amigos, tudo isto para a Televisão do nosso tempo não vale muito. Não culpo ninguém. Parece que há que atender a regras de equilíbrio, a regras do jogo. Foi pena que, há dezenas de anos, ninguém pensasse nisso, foi pena que a luta e o sacrifício não estivessem igualmente divididos nos momentos do perigo. Mas as coisas são o que são. Paciência.

No episódio da «Resistência», a série que a Televisão portuguesa em boa hora trouxe para maior audiência, assistimos ao combate organizado, em França, contra o inimigo comum. Eram homens e mulheres provenientes de vários meios, de vários países até. Unia-os um objectivo comum: a luta contra o fascismo. Serem antifascistas era o bastante. Era supérfluo tudo o mais.

Entre nós, ainda agora, seria bom que assim fosse. Engana-se quem pensa que as forças do fascismo estão definitivamente quebradas. Engana-se quem pensa poder dar-se, impunemente, ao luxo da divisão. Quando, em atenção a mesquinharias políticas, se reduz a vida heróica de dois combatentes antifascistas, a duas palavras e a duas imagens perfeitamente geladas, quando isto acontece, acontece que se joga no supérfluo e não no principal — porque o principal é a vinculação ao antifascismo para avançar com mais segurança e força no caminho da vitória do socialismo.

Vocês fazem-nos muita falta, é verdade. Continuaremos a lutar, seguindo o vosso exemplo e a vossa experiência. E talvez um dia a Televisão, com mais vagar, se resolva a levar a vossa experiência e o vosso exemplo ao conhecimento do povo português — para melhorar o combate, ou seja: para que amplamente se justifique a vossa vida.

Hoje

Pedro Alvim

I PROGRAMA

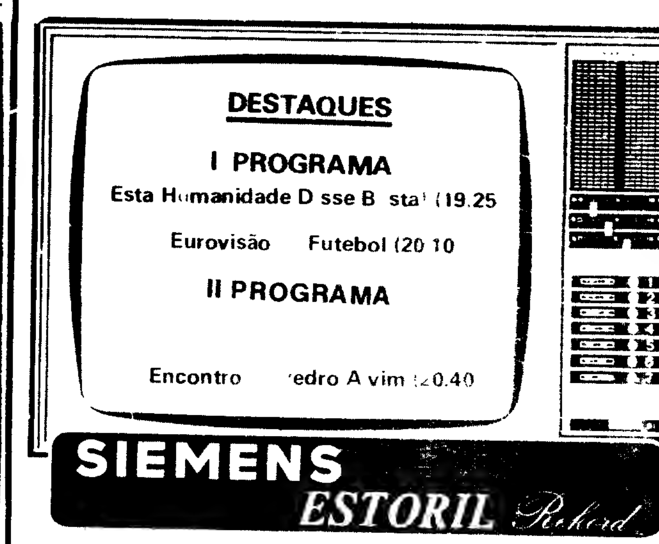
18.40 **TV Juvenil** — Aeromodelismo
19.05 **Imagens da Vida de uma Cidade**
19.15 **Vamos Jogar no Totobola** — prognóstico para o próximo concurso.
19.25 **Esta Humanidade Desse Bsta!** — um documentário sobre Cuba.
20.00 **Telejornal** — 2.ª edição
20.10 **Eurovisão** — Futebol — final da Taça dos Vencedores das Taças. Transmissão directa de St. ... kob (Basileia) do jogo entre as equipas do Ferencvaros e do Dínamo de Kiev.
22.15 **Telejornal** — 3.ª edição
22.55 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e um episódio da série **«O Mundo Secreto de John Monroe»**
20.30 **Desenhos Animados** — «Bozo, o Palhaço
20.40 **Encontro** — Pedro Alvim entrevistado por Nelson de Matos.
20.55 **Telejornal** — em diferido a edição das 20 horas transmitida no I Programa.
21.25 **Concerto**
21.55 **«O Mágico»** — série filmada. Episódio com Bill Bixby.

George Blairdell perde a memória num acidente de automóvel...

22.55 Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

... **12.45**. Abertura e Desenhos Animados ... **12.55** Retrospectiva. **13.10**. Da Saúde e da Vida **13.30**. Telejornal ... edição **13.45**: «Problemas de um Pai» — série filmada — 10.º episódio — com Nicholas Hoye, Barbara Young e Arthur English; **14.15** Logo à Noite — cartaz dos programas da Noite. **Ciclo Preparatório TV** — **14.20**. Orientação de Monitores **14.45**: Português **15.15**: Educação Visual **15.35**: Educação Física **16.00** Iniciação à Língua Francesa; **16.25**: Ciências da Natureza. **16.50** História e Geografia **17.15** Português **17.40**: Trabalhos Manuais. **18.05**: Iniciação à Língua Portuguesa **19.00** TV Infantil — Trapologia. **19.30**: Com Todas as Letras **20.00** TV Palco — panorâmica teatral portuguesa, com coordenação e apresentação do actor Igrejas Caeiro **20.30**: Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro **21.05** Programa do Movimento das Forças Armadas. **22.00**: «Os Camponeses» — série filmada. **23.00**: Telejornal — 3.ª edição: **23.20** Fecho

II PROGRAMA

... **20.00**: Abertura e a série «Problemas de um Pai» — 10.º episódio **20.25**: Desenhos Animados; **20.40**: Da Saúde e da Vida. **21.00**: «Terras Bravias» — SÉRIE FILMADA; **22.00**: Impacto; **22.30**: Telejornal — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30; **23.00**: Fecho.

CELNORTE
CELULOSE DO NORTE, S.A.R.L. PORTUGAL

TÉCNICOS DE INSTRUMENTOS PARA VIANA DO CASTELO

CELNORTE — Celulose do Norte, S.A.R.L., selecciona candidatos para o preenchimento de dois Postos de Trabalho do seu Departamento Fabril.

FUNÇÃO: Detecção de avarias e reparação de todos os tipos de equipamento classificado como «instrumentos».

Trata-se de uma função das mais qualificadas sob o ponto de vista técnico, dentro do sector em que se enquadra, não envolvendo, todavia, responsabilidades de chefia directa.

O regime de trabalho previsto será estabelecido mediante acordo, tendo em vista a necessidade de assegurar uma efectiva e permanente assistência às instalações em todas as emergências.

REQUISITOS ESSENCIAIS:

1 — CONHECIMENTO DE ELECTRÓNICA INDUSTRIAL
1.1 — Curso de rádio, radar ou microondas ou conhecimentos teóricos equivalentes.
1.2 — Conhecimentos práticos ao nível de detecção e reparação de avarias em circuitos impressos de equipamentos electrónicos industriais.
2 — CONHECIMENTOS DE INSTRUMENTAÇÃO PNEUMÁTICA
2.1 — Curso de instrumentação industrial pneumática ou conhecimentos teóricos equivalentes.
2.2 — Conhecimentos práticos ao nível de detecção e reparação de avarias em cadeias pneumáticas fechadas.
3 — CONHECIMENTOS DE SISTEMAS HIDRÁULICOS
3.1 — Conhecimentos teóricos de circuitos hidráulicos industriais.
3.2 — Conhecimentos práticos ao nível de detecção e reparação de avarias em circuitos hidráulicos industriais.

REQUISITOS PREFERENCIAIS:

1 — Experiência em indústrias de Celulose
2 — Conhecimentos de Inglês
3 — Conhecimentos de Instrumentos Taylor e Bayley.

RESPOSTA DIRIGIDA A: **SERVIÇO DE PESSOAL — DEOCRISTE**
VIANA DO CASTELO

MARIA VITÓRIA
TODOS OS DIAS ÀS 20.45 E 23 H.
(Não aconselhável a menores de 18 anos)
O MAIOR ÊXITO DE SEMPRE!
a sensacional REVISTA
ATÉ PARECE MENTIRA!...
com um extraordinário elenco e um grande corpo de baile
AOS DOMINGOS: «MATINÉE», ÀS 16 H.
Às 2.as feiras: DESCANSO

Teatro Maria Matos
A RTP APRESENTA
Todas as noites às 21.45 e aos domingos também às 16 horas
A peça de Manuel da Fonseca
«SEARA DE VENTO»
Descanso da Companhia às Segundas-Feiras
Não aconselhável a menores de 13 anos
Bilheteira — Tel. 89 70 17
Bilhetes à venda também na A. B. E. P. — 32 88 23

O «DIÁRIO DE LISBOA» VENDE-SE NO PORTO

O «Dário de Lisboa» encontra-se àvenda nas tabacarias de Leça, Matosinhos, Foz, Avenida da Boavista, Carvalhosa, Rotunda da Boavista, Carvalhido, Praça Marquês de Pombal, Rua de Costa Cabral, Constituição, Praça da República, Bonfim e Antas e na Tabacaria do Bar-Restaurante do Aeroporto em Pedras Rubras.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
CLÍNICA DE TELEVISÃO E ASTRONAUTA
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
Deslocação e orçamento grátis
Telefs. 72 27 86 - 83 42 71
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

Registo

GINÁSTICA: O Clube Naval Setubalense oferece, gratuitamente, aulas de ginástica à população feminina da cidade sadina, todas as 4.ª-feiras, das 18 e 30 às 20, no seu pavilhão gimnodesportivo.

CICLISMO: Prova «M.F.A.» (para profissionais e amadores) marcada para 18 do corrente. Itinerário compreendido entre as Caldas da Rainha e a Avenida da Liberdade (Lisboa).

ANDEBOL: No sábado, processam-se mais seis encontros do nacional da divisão principal. Jogos programados: Sporting-F.C. do Porto Almada-Benfica, Beira-Mar-Desportivo de Portugal, Vitória de Setúbal-Campo de Ourique, Belenenses-Técnico e Passos Manuel-Académico. Em atraso, a partida Vitória de Setúbal-Académico vai ter lugar a 18 do corrente.

COMPANHIA DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES (S. A. R. L.)

AVISO

CONCURSO

Até às 16 horas do dia 22 de Maio de 1975, esta Companhia aceita propostas para a exploração do restaurante e cantina da estação de Caldas da Rainha, sendo as obras julgadas necessárias a cargo do interessado.

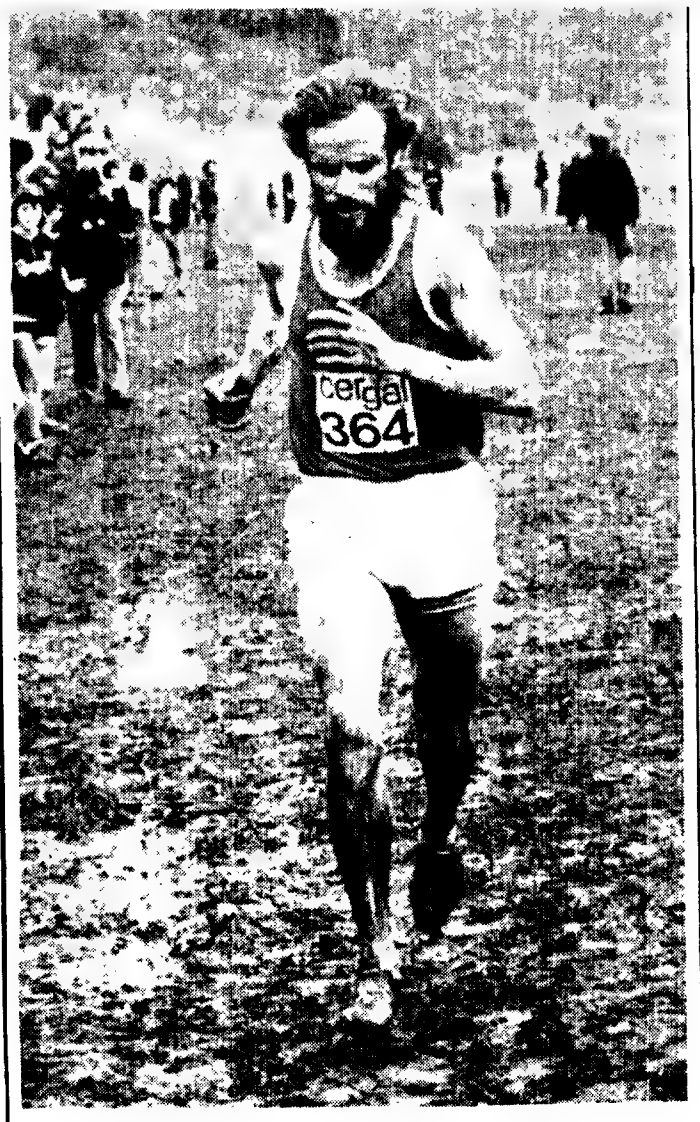
A anuidade mínima a oferecer pela ocupação das instalações é de 24 000$00 e as respectivas propostas deverão ser feitas com base no programa do concurso e condições contratuais, que os interessados poderão consultar nas seguintes estações e locais:

Caldas da Rainha
Torres Vedras
Cacém
Lisboa (Rossio)
Sector Comercial da Região Norte
PORTO (SÃO BENTO)
Sector Comercial da Região Centro
LISBOA (ST.ª APOLÓNIA)
Sector Comercial da Região Sul
BARREIRO
Serviço Comercial de Passageiros da Companhia
Rua Victor Cordon, 45
LISBOA-2

Esta Companhia reserva-se o direito de rejeitar todas as propostas, ou algumas delas, se assim o julgar conveniente.

As propostas deverão ser feitas em carta fechada dirigida ao Serviço Comercial de Passageiros da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, Rua Victor Cordon, 45 Lisboa-2, acrescentando-se aque e endereco, no invólucro, o seguinte:

«Proposta para a exploração do restaurante e cantina da estação de Caldas da Rainha».



ANICETO SIMÕES: UM CASO

Convidado a participar em diversas provas em países altamente cotados no mundo do Atletismo, o benfiquista Aniceto Simões tem vindo a demonstrar um apuro de forma notável, arrancando tempos verdadeiramente sensacionais, que o colocam em posições de invejável prestígio.

Na verdade, não é qualquer atleta que, em Zagreb ou em Ljubliana (Jugoslávia) consegue honroso e significativos 3.º lugares, em provas polvilhadas de nomes grandes do Atletismo europeu. Tampouco é, por acaso, que nas Festas da Libertação comemoradas no passado domingo, na Jugoslávia, um atleta consegue ser considerado o melhor de todos, ao alcançar a primeira pontuação (pela tabela internacional): ao fazer 14 minutos e 02,8 segundos na corrida da légua.

Para Aniceto Simões, uma nova porta se abre: a que dá acesso ao mundo nunca dantes descoberto por qualquer atleta português e que pode, muito bem, representar um passo em frente nas aspirações do nosso Atletismo.

Lá fora

MONTANHISMO

Morreram dez montanhistas no Himalaia, desde que a estação de expedições da Primavera teve o seu início, em comecos de Abril — revelou uma estatística tornada pública pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Nepal. Os corpos das últimas vítimas (dois elementos do exército britânico) foram encontrados ontem.

Segundo, o Ministério, o major G.R. Owens e o capitão R.A. Sumerton (membros de uma expedição militar de 24 homens ao Pico Nptse, de 7925 metros, perto do Everest) morreram por terem sido colhidos por uma avalanche.

Dois alpinistas austriacos e um alemão, membros de uma expedição austro-hungara (de doze elementos) conseguiram atingir, no passado dia 9 o pico do Yalungkang (no Himalaia) situado a 8438 metros de altitude, pelo lado mais perigoso da vertente sul.

Os montanhistas içaram as bandeiras nacionais da RFA, da Austria e do Nepal, no cume. A expedição foi chefiada por Siegried Aeberli (de 50 anos) professor do Instituto de Kennelbach.

O pico fora já conquistado, há dois anos, por japoneses da universidade de Kyoto.

PUGILISMO

Mohamed Ali é incontestàvelmente o desportista mais rico e mais bem pago do Mundo.

Segundo Herbert Huhammad, que desde 1966 desempenha as funções de seu «manager» e administrador, o campeão mundial de pesos «pesados» ganhou, até agora, 17.775.000 dolares apenas no que respeita às bolsas recebidas pelos seus combates e excluindo, portanto, as receitas provenientes de encontros de exibição e da utilização do seu nome para fins comerciais.

Ganhando agora 50 mil vezes mais do que no começo da sua carreira, a importância de um milhão de dolares que lhe caberá em 16 de Maio, em Las Vegas, quando disputar o seu título com Ron Lyle, parece bem modesta. Mas já, com os novos contratos feitos, Ali tem assegurados mais de 20 milhões de dolares, até ao fim deste ano.

JUDO

Com a sua vitória, por equipas, frente à França, (20 pontos contra 10), a União Soviética foi a vencedora absoluta dos campeonatos europeus de judo. À medalha de ouro (por equipas) a selecção da U.R.S.S. soma mais outras 4 de ouro, 5 de prata e 2 de bronze, ganhas individualmente.

No segundo lugar, classificou-se a República Democrática Alemã (2 medalhas de ouro e 4 de bronze). Nos lugares seguintes ficaram a Polónia (1 de ouro e 4 de bronze), a França (2 de prata e 1 de bronze), a Inglaterra (1 de prata) a Checoslováquia, a Holanda e a Jugoslávia (1 de bronze cada)

CICLISMO

Com a sua vitória na «Volta à Espanha», o ciclista espanhol Agustin Tamames encontra-se, agora, na quinta posição do trofeu internacional «Super Prestigio Pernold», que é comandado pelo belga Eddy Merckx. Tamames, Maertens e Danguillaume, foram os ciclistas que mais pontuaram nas últimas semanas.

O espanhol está (só) a 6 pontos do segundo classificado do trofeu. Maertens e Moser estão igualados a Vlaeminck.

O parisiense «L'Equipe» afirma que Galdos e Tamames são actualmente, superiores às grandes figuras do ciclismo e acrescenta que «as revelações do começo da temporada darão muita guerra nas sucessivas competições internacionais».

PROBLEMAS

Guenter Netzer, «internacional» alemão do Real Madrid, lesionou-se no encontro que a sua equipa disputou com o Barcelona, prevendo-se que fique inactivo durante um mês pelo menos. O famoso jogador, que apresenta uma luxação acromio-clavicular, não poderá assim alinhar no próximo sábado, em Francfort, no encontro R.F.A. — Holanda, que constituirá uma desforra da final do campeonato mundial de 1974.

Sem poder contar com Paul Breitner (que também se lesionou a semana passada contra o Saragoça) o seleccionador alemão Helmut Shoen apresentará uma formação que inclui apenas seis campeões do Mundo: Maier, Vogts, Schwarzenbeck, Beckenbauer e Bonhof, Cullmann, Beer, e Wimmer Ritschel, Seel, e Holzenbain.

Os cinco primeiros e Helzenbein participaram na final de Munique.

RIVERA

Gianni Rivera, antigo «bambino de oro» de futebol italiano, perdeu ontem a sua batalha para destronar o presidente do Milão, Buticchi e anunciou a sua retirada dos relvados.

«Em todos estes meandros não há lugar para mim» afirmou o jogador, de 31 anos. «Não estou acostumado a tratar com pessoas que não são sérias».

Rivera anunciou a sua decisão após o quadro de directores do clube ter rejeitado o pedido de demissão apresentado

Continua na pág. 21

prático... fácil... e eficiente!

Mesmo no centro de Lisboa um local onde pode

. Fazer a sua assinatura
. Colocar o anúncio que lhe interessa
. Comprar números atrasados
. Tratar de qualquer assunto relacionado com o jornal

Diário de Lisboa

loja dos restauradores - restauradores 7

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

SORTEIO DE OBRIGAÇÕES

Avisam-se os Senhores Obrigacionistas que no próximo dia 15, pelas 14,30 horas, proceder-se-á na sede da Empresa ao sorteio de obrigações de 6% — Emissão de 1967/68, sendo sorteadas 2513 obrigações da 1.ª fase (268 títulos de uma obrigação, 145 de cinco obrigações e 152 de dez obrigações) e 2440 obrigações da 2.ª fase (130 títulos de uma obrigação, 102 de cinco obrigações e 180 de dez obrigações), que serão amortizadas pelo seu valor nominal, a partir do dia 15 de Junho de 1975, conforme o respectivo plano de amortização.

Lisboa, 8 de Maio de 1975.

O Presidente da Comissão de Fiscalização
Eng.º H. Oliveira Sá

ROMÉNIA
viagens especiais para
TRATAMENTO GERIÁTRICO
PARTIDAS: 8/6, 13/7, 10/8, 14/9
15 DIAS (TUDO INCLUIDO) **19.800$**
ORGANIZACAO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1840
LISBOA: Av da Liberdade, 160 • Telef. 32 00 21
PORTO: Av dos Aliados, 207 • Telef. 3 79 21
COIMBRA: Rua da Sota, 2 • Telefs. 2 70 11/2

Desporto

SOBRE FUTEBOL

DERROTA NA ESCÓCIA COM UM GOLO DE ARTUR

A selecção nacional de futebol cumpriu ontem em Glasgow um encontro particular frente à selecção escocesa; o resultado final foi de 1-0 para os escoceses, tendo Artur, o defesa português, marcado o tento na sua própria baliza.

A grande figura do encontro foi o guarda-redes da selecção portuguesa, Vítor Damas, que efectuou um bom punhado de defesas, opondo-se com êxito aos remates mais perigosos dos avançados locais. Para além de Damas brilharam igualmente na selecção lusa, os defesas Humberto Coelho e Alhinho e o médio Octávio.

As equipas alinharam: **Portugal** com Damas; Artur, Humberto Coelho, Alhinho e Barros; Octávio, Alves e Toni; Nené, Fraguito, e Moinhos. Por sua vez a **Escócia** apresentou: Kennedy; Jardine, Mc Grain, Buchan e McQueen; Rioch, Cooke, Dalglish e Parlane; MacDougall e Hutchison. Substituições: Aos 34 m, Jackson **(Rangers) em vez de Buchan;** aos 45 m, Romeu (V. G.); Gomes (F. C. Porto) e Vítor Pereira (C.U.F.), actuaram nos lugares de Moinhos, Nené e Alves; **aos 66 m, Pietra rendeu Fraguito**; aos 74 m, Cook e Rioch cederam os seus lugares a Duncan (Hibernian) e Macari (Manch. United).

Assistiram ao encontro 35 000 pessoas.

JUNIORES

A selecção de juniores de Portugal actuou ontem na cidade da Praia, nos Açores, tendo ganho por 4-1. Os golos foram marcados por Cavungi, Libânio, Chalana e Amaral.

SORTEIOS

Na sede da Federação Portuguesa de Futebol realizaram-se ontem os sorteios das fases finais de juniores e juvenis. O resultado foi o seguinte: meias-finais de juniores (2.ª divisão), **Zona Norte**, Lourosa-Leixões; **na Zona Sul**, Cuf-Peniche. Os jogos da 1.ª mão cumprem-se no próximo domingo.

Taça Nacional de Juvenis Sporting de Braga-Penafiel, Sporting da Covilhã-F.C. do Porto, Peniche-Belenenses e Benfica-Lusitano de Vila Real.

INQUÉRITO

O Vitória de Guimarães, através de um comunicado ontem à noite distribuído, solicita um rigoroso inquérito aos incidentes verificados no último domingo no Estádio Municipal. É o seguinte o texto daquele comunicado:

Em face das notícias de alguns órgãos da Informação, escrita e falada, cuja tonte infidedigna pressupõe uma involuntária tendência descriminatória contra o Vitória Sport Clube e seus dirigentes, cumpre-nos, objectiva e desassombradamente, repor a verdade das coisas nos próprios acontecimentos, com o seguinte esclarecimento:

1 — Divide-se em duas partes o comportamento público **das pessoas enquanto sócios** ou simpatizantes dos respectivos **clubes, Vitória-Boavista, que no passado dia 11 se defrontaram no Estádio Municipal de Guimarães e as que tomaram parte activa nas manifestações e tumultos ocorridos fora do recinto do jogo.**

2 — As primeiras integram-se na autoria de factos normais e correntes em pugnas desportivas, na sequência de uma linha ou atitude crítica, perante uma arbitragem tomada como infeliz e prejudicial para o grupo da «casa», no ângulo de visão dos seus apaniguados, reacção contrária, mas não menos crítica, a dos adeptos do clube visitante.

Ninguém, seja quem for, pode evitar estas atitudes críticas, aliás inconsequentes.

3 — Nem antes do jogo, no seu decurso e imediatamente após o seu termo, houve qualquer incidente, quer entre o público, quer entre os jogadores ou mesmo com a equipa de arbitragem que merecesse especial relevo, por ultrapassagem **da exaltação anímica,** necessariamente momentânea e sem consequências.

4 — Neste período, os dirigentes do Vitória e parte dos associados do clube, dominaram completamente as circunstâncias emergentes dessa exaltação momentânea, restabelecendo a respectiva calma entre o público.

5 — Quanto à 2.ª parte ou seja quanto ao cumprimento de certo público depois do jogo **e fora do respectivo recinto** não pode ser responsabilizado o desporto, particularmente o futebol profissional nem os clubes em jogo, nem os seus dirigentes ou mesmo os sócios responsáveis.

6 — Os factos ocorridos, de manifesta integração na esfera criminal, são também de grave alteração da ordem pública e totalmente marginais do desporto em si, e do espectáculo futebol que se pretende eliminar.

7 — Com o pretexto de represálias sobre a equipa de arbitragem, houve clara infiltração de numerosos elementos estranhos ao futebol, objectivamente contratada através de audição clara e inequívoca **de «slogans» injuriosos** orquestrados.

8 — **O automóvel do árbitro** do encontro não foi por este estacionado em terreno sob jurisdição do Vitória, mas sim no parque de estacionamento público, onde habitual e semanalmente **tem lugar a feira da** terra.

9 — O incêndio selvaticamente atiçado a este automóvel só foi possível pela não intervenção da autoridade policial como, de resto, também quanto aos demais acontecimentos. No entanto a P.S.P. é **paga para assistir aos jogos** e nada mais.

10 — A intervenção das forças do Copcon sanou completamente os lamentáveis incidentes.

11 — A exactidão destes esclarecimentos pode ser testemunhada e avalizada pelas Forças Armadas, P.S.P. e a **própria equipa de arbitragem.**

12 — O Vitória Sport Clube faz questão de um rigoroso inquérito por autoridade competente, já que os acontecimentos transcendem o desporto futebol para entrar no político **e criminal.**

A Direcção do Vitória Sport Clube

Lá fora

Continuação da pág. 20

por Buticchi e «deplorado» a recente atitude de Rivera.

Buticchi iniciou o confronto com Rivera no mês passado, ao afirmar que poderia pôr o jogador na lista de transferências. Rivera, um ídolo dos adeptos do clube e muitas vezes considerado o «chefe» de jogadores importantes do clu**be, respondeu ao director, declarando que tinha alguns amigos** interessados em comprar a Buticchi o controlo do clube. **A direcção, no entanto, recusou.**

Embora lamentando abandonar os relvados que, segundo afirmou, poderia pisar durante mais duas épocas, Rivera não **voltará a alinhar por** qualquer outra equipa, porque não deseja vestir outra camisola **que não seja a do seu clube de há 15 anos.**

JOGOS OLÍMPICOS

O primeiro-ministro do Quebec, Robert Bourassa, declarou ontem que está pronto a sacrificar os Jogos Olímpicos de verão de 1976, se tal for necessário para restaurar a ordem social no Quebec.

Bourassa declarou aos re**pórteres a saída da assembleia nacional que os contínuos** adiamentos na construçao das instalações necessárias à realização das provas previstas **constitui uma séria ameaça à** efectivação dos Jogos Olímpicos de 1976.

«As greves têm-se sucedido a ritmo sempre crescente e antes de mais a ordem social tem de ser restabelecida a todo o **transe, declarou o primeiro**-ministro do estado de Quebec.

«O Governo está disposto a assumir todas as responsabilidades decorrentes das medidas que nesse sentido vierem a ser tomadas, independentemente da sua importância e gravidade», frisou Bourassa.

Não se conhece ainda qualquer reacção às declarações de Robert Bourassa por parte dos funcionários dirigentes do Comité Olímpico Internacional **(C.O.I.), que se encontram reunidos em Roma.**

Os comentários do dirigente canadiano foram feitos em resposta a diversas questões sobre a legislação de trabalho anunciada no Quebec na passada sexta-feira, com o objectivo de restaurar a ordem no sector da construção civil da província, e que motivou fortes protestos por parte dos trabalhadores empregados na edificação das instalações para os Jogos Olímpicos de 1976.

Louis Laberge, presidente da federação do trabalho do Quebec avisou que os jogos só poderão efectivar-se em 1976, se as referidas medidas se concretizarem em lei.

KARPOV

O campeão mundial de xadrez, Anatoly Karpov, da União Soviética, realizou ontem uma **simultânea de 20 tabuleiros** na sua cidade natal, Zlatust, nos Urais do Sul, na abertura de um clube de xadrez da localidade — anunciou a agência «Tass».

A agência revelou ainda que o campeão «permanecerá nos Urais do Sul até ao fim desta semana, disputando partidas com os melhores jogadores da região, e talvez possa participar em breve em torneios internacionais».

A «Tass» confirmou ainda que Karpov tomará parte, como membro da equipa de Leni**negrado, numa competição** a realizar em Riga, no mês de Julho, durante a «espartaquiada» de verão.

COYNE INTERNACIONAL - -EQUIPAMENTOS PARA ACETILENO, S.A.R.L.

ESTRADA NACIONAL N.º 115-4

ARRUDA DOS VINHOS

ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL QUE APROVOU AS CONTAS

(Art.º 46.º, alínea b) do Código da Contribuição Industrial)

Aos vinte e quatro dias do mês de Março de mil novecentos e setenta e cinco, pelas dezoito horas, reuniu-se em Lisboa nos escritórios provisórios da sociedade na Rua Castilho, 201-6.º Esq.º, Lisboa, a assembleia geral ordinária da sociedade Coyne Internacional — Equipamentos para Acetileno, S.A.R.L., para nos termos das convocatórias publicadas respectivamente no jornal «Vida Ribatejana» em um de Março de mil novecentos e setenta e cinco, no jornal «Diário de Lisboa» em vinte e oito de Fevereiro de mil novecentos e setenta e cinco e, no «Diário do Governo» de quatro de Março de mil novecentos e setenta e cinco, deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos:

Discutir e votar o balanço e contas, relatório do conselho de administraçao e o parecer do conselho fiscal relativos ao ano de mil novecentos e setenta e quatro.

Assumiu a presidência da mesa da assembleia o Sr. Dr. Jorge de Abreu que convidou para o secretariar o accionista Sr. Arthur Stubbs.

Feita a conferência do livro de presenças e a contagem dos votos, e verificado pelo Presidente da Mesa da Assembleia estarem satisfeitas todas as condições legais para o funcionamento da assembleia, entrou-se na ordem dos trabalhos.

Submetidos à apreciação da assembleia geral o relatório do conselho de administração, o balanço e as contas referentes ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de mil novecentos e setenta e quatro, bem como o parecer do conselho fiscal, foram os mesmos aprovados por unanimidade.

Antes de encerrada a sessão foi pedida a palavra pelo representante da sociedade accionista Victor Equipment Company e, tendo-lhe sido concedida propôs que fosse concedido um voto de confiança ao Presidente da Assembleia para elaborar a acta, considerando-se desde já aprovada.

Submetida esta proposta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão e lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente e pelo accionista Sr. Arthur Stubbs.

a) Jorge de Abreu
a) Arthur M. Stubbs

O TÉCNICO DE CONTAS

Sebastião António Marques da Silva

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas:

As actividades da sociedade Coyne Internacional — Equipamentos para Acetileno, S.A.R.L., foram durante o ano de 1974, de algum modo limitadas, uma vez que não se encontra completada a unidade fabril e não começaram ainda as actividades de fabrico e venda do nosso produto, encontrando-se toda a nossa actividade dirigida ainda para o investimento inicial, não havendo portanto quaisquer resultados positivos apurados que impliquem a deliberação sobre o seu destino, propondo contudo a aprovação das contas de 1974.

Por outro lado há a lamentar o falecimento do nosso administrador, Dr. José Martins Soares, em Junho último, bem como o pedido de demissão de outro administrador, o Sr. Raymond Harder, tendo este conselho entendido não haver necessidade no preenchimento de tais vagas uma vez que nos termos do art.º XII dos estatutos é admitida a composição do conselho de administração por três membros.

Agradecemos a colaboração prestada pelo conselho fiscal e, manifestamos, também, o trabalho produzido por todos que connosco colaboraram.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1975

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
a) John F. Coyne
(Presidente)
A) Michael F. Coyne
a) A. M. Stubbs
(Administrador Delegado)

O TÉCNICO DE CONTAS

Sebastião António Marques da Silva

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974

(Art.º 46.º, alínea d) do Código da Contribuição Industrial)

ACTIVO

Disponível			
Caixa e bancos			591.429,30
Realizável			
Devedores			51.000,00
Imobilizado			
Corpóreo			
Equipamento de escritório	12.555,00		
Terrenos	988.005,00		
Construções em curso	12.910.897,60	13.911.457,60	
Incorpóreo			
Despesas de constituição e de arranque	3.802.095,10	17.713.552,70	
		Esc.	18.356.045,00

ASSIVO

Exigível			
Credores		1.908.443,80	
Companhias associadas		2.956.650,10	
Encargos a pagar		29.675,00	4.894.968,90
Situação líquida			
Capital		19.000.000,00	
Menos: Accionistas		15.540.923,90	13.459.076,10
acções não liberdas	Esc.	18.356.045,00	

Aprovado em 24 de Março de 1975

O TÉCNICO DE CONTAS

Sebastião António Marques da Silva

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos nove dias do mês de Março de mil novecentos e setenta e cinco, reuniu o Conselho Fiscal da sociedade Coyne Internacional — Equipamentos para Acetileno, S.A.R.L., com a presença do Sr. Dr. José António Pinto Ribeiro, Presidente, e Arthur Young e Company, representada pelo Sr. Salvador Vás e Lima a fim de deliberar e emitir o seu parecer sobre o relatório e contas do exercício findo em trinta e um de Dezembro de mil novecentos e setenta e quatro que lhe foram apresentados pelo Conselho de Administração. Findas as verificações julgadas necessárias o conselho deliberou emitir o seguinte parecer:

«Senhores Accionistas,

De harmonia com a lei e os estatutos, examinámos o relatório e o balanço que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao ano findo em trinta e um de Dezembro de mil novecentos e setenta e quatro. Verificou-se que durante este primeiro ano a actividade da firma limitou-se à construção da unidade fabril em Arruda dos Vinhos cujos custos e despesas de constituição e arranque envolveram todo o capital até agora investido. Fazemos, porém, notar que do capital social subscrito, no montante de dezanove milhões de escudos, ainda não foi totalmente liberado,, restando ainda cinco milhões quinhentos e quarenta mil novecentos e vinte e três escudos e noventa centavos para liberar. Entretanto, existem responsabilidades a curto prazo no montante de um milhão novecentos e oito mil quatrocentos e quarenta e três escudos e oitenta centavos para as quais a sociedade não possui disponibilidades imediatas.

Concluindo, em nossa opinião, tendo em conta o precedente, o balanço reflecte a situação financeira da sociedade, pelo que propomos a sua aprovação.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão e lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos membros presentes.

a) O PRESIDENTE — **José António Pinto Ribeiro**

a) O VOGAL — **por Arthur Young e Company**
Salvador Vás e Lima

Geral

DEMOCRACIA E CORRIDA AO PODER

Continuação da pág. 3

o direito de voto, ou ao reconhecimento do sagrado direito à greve. Concerteza que nenhum democrata pode negar a importância fundamental de tais direitos. Contudo, as massas populares não podem verdadeiramente exercer o seu mais fundamental direito, o de influenciar as decisões do legislativo e executivo, limitando-se a usar esporadicamente o direito de voto ou o direito de greve. E tal influência só se pode exercer através dos partidos políticos.

Democracia, se vai existir em Portugal de um modo correcto, não quer dizer que os partidos podem influenciar ou mudar as prioridades do Governo. Quer dizer que as massas, através dos seus partidos, podem influenciar as linhas directivas de tais partidos, de tal modo que a influência se transforma em política partidária ou linhas de acção, que os partidos porão em prática uma vez no Governo. Se tal não acontece, tudo o que as massas possuem é o direito de seguir um ou mais «leaders» e neste caso a nossa democracia não passará do que propriamente poderemos chamar pluri-caudilhismo.

A crítica que o M.F.A. tem vindo a fazer ao comportamento dos partidos políticos, é do conhecimento de todos os portugueses. Serão tais críticas fundamentadas?

Sem dúvida que depois do 25 de Abril se registou uma corrida ao poder por parte dos partidos políticos. De que modo?

Surgiram programas cheios de promessas, tais como liquidação da exploração do homem pelo homem, liquidação dos monopólios, liberdade de ensino, aumento do nível de vida,etc. Mas qual o partido que disse já como conseguir alcançar tais objectivos?

Será possível construir qualquer tipo de democracia ou socialismo, sem primeiro resolvermos a crise económica com que estamos a braços? E será que tal crise se pode resolver quando os partidos se encontram numa corrida desenfreada para o poder? Ou será que tal crise só se pode resolver com um esforço nacional concertado, em que, para já, se ponham de parte as quesílias partidárias, se tentam resolver os problemas sociais maiores, ou os problemas económicos maiores. Será que qualquer dos partidos existentes actualmente pode em verdade gritar a todos os cantos que está preparado para assumir o poder político e resolver tais problemas? Se não está, qual a razão para a corrida ao poder? Adquirir prestígio? Criar estruturas políticas que sirvam os seus interesses partidários?

Talvez que a última hipótese seja a que mais se aproxima da verdade. Mas se tal é o caso, ela só vem confirmar o facto de que os nossos partidos estão eivados de ingenuidade ou imaturidade política, pois que nenhuma estrutura política, por mais bem arquitectada ou concebida pode resistir às pressões da crise económica que Portugal encara neste momento. E tal crise, não se resolverá nem com corridas ao poder, nem com o copiar fiel de sistemas políticas existentes. Resolve-se olhando à experiência de outros povos. E se olharmos a tal experiência, somos forçados a concluir, que tais problemas só foram resolvidos, depois de os respectivos países se unificarem, quer sob a égide do partido mais forte, quer **sob a égide de uma forma única, que inclui partidos políticos, sindicatos, ligas operárias e camponesas, forças armadas, etc.**

Mas que partido pode afirmar aos portugueses que está em condição de assumir este papel unificador?

Com a corrida ao poder os partidos estão para já, a cavar a própria sepultura. E com eles enterrarão as perspectivas de democracia ou socialismo em Portugal.

RUI BRANCO

Post scriptum

Continuação da pág. 3

Os universitários estudaram com o dinheiro, impostos, etc., do povo e, assim, não se viu uma razão de pagá-los duma maneira preferencial. O raciocínio parece-me certo. Falei com uma médica socialista sobre o assunto. Ela aceitou.

Vamos resumir: penso que estamos em condições para ganhar «a batalha da economia». Mas temos de fazer uma propaganda de esclarecimento, até de educação neste sentido. Mais: temos de fazer apelo aos sentimentos patrióticos do nosso povo. Fazê-lo para a guerra, foi um crime; para salvar a economia, é um dever.

Para o cristão, este apelo aos sentimentos patrióticos terá ainda um sentido mais profundo. Será um apelo à sua consciencia, ao seu dever primário: amor do próximo, neste caso o seu povo.

A nossa revolução tem de triunfar está para isso, em condições especiais.

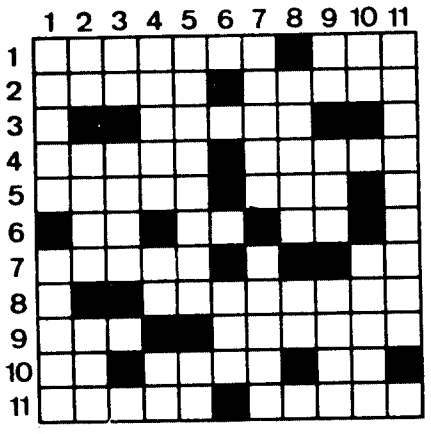
Pelo socialismo económico-social, os países socialistas nos têm como amigo; pelas liberdades de Imprensa, de Informação, de viajar, de partidos etc., somos também aceitáveis para os outros países. Para o comércio, para a economia e, também, para os contactos humanos entre povos, esta posição terá importancia. Realmente, a nossa revolução não interessa tanto pela importancia do país, como pelo carácter especial que o noso socialismo pretende criar e inventar. Portugal pode mostrar que um socialismo autentico, mas com mentalidade cristã, também é possivel.

J. Habets — Lisboa

Palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11082



HORIZONTAIS:

1 Uniras por casamento. Czar da Russia.
2 Poisa no mar (o avião). Encerar.
3 Justificação que o suspeito faz de se encontrar fora do local do crime de que é acusado no momento em que o mesmo foi cometido.
4 Auxílio. Quinhão (pop).
5 Combater. Ave pernalta.
6 Batráquio. Seguia. Artigo definido (ant).
7 Missiva. Apelido.
8 Escrever.
9 Nome de mulher. Detestara.
10 Deus dos pastores. Dividir ao meio. Rádio (s.q).
11 Pronome demonstrativo. Amargo.

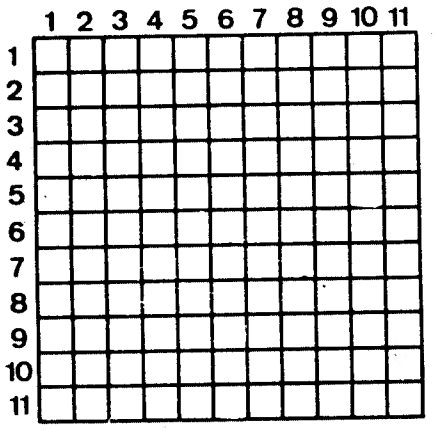
VERTICAIS:

1 Cano. Luto (fig).
2 Antes do meio-dia. Promessa. Conjunção.
3 Saudável. Outar.
4 Jeira. Basta. Ruim.
5 Amofinarias. Tempo do verbo ser.
6 Ecoa.
7 Atrás de. Lapa.
8 Laço. Niquel (s.q).
9 Hospedaria oficial, na China. Graça. Falha.
10 Tempo do verb ir. Curar.
11 Extraira.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7240



HORIZONTAIS:

1 Cidade do Alto Alentejo. Abala.
2 Derrota. Serra de Portugal.
3 Malvácea medicinal e ornamental. Versejar.
4 Campeão. Amónio (s.q). Aperfeiçoe.
5 Passados. Viração.
6 Grande desordem. Antes do meio-dia.
7 Povo antropófago que atingiu o Gabão, pelo meado do século XIX chegando até ao Congo. Plural. Mil e quatro em romano.
8 Átomo. Suspiros. Niquel (s.q).
9 Fatias. Pegas.
10 Avarenta. Cidade do Irão.
11 Borla de barrete. Uniu por casamento.

VERTICAIS:

1 Residir. Proferir.
2 Tempo do verbo ir. Espiolhava.
3 Lingua que antigamente se falava no N.de França. Seguias. Figura que simboliza o povo americano.
4 Estriado. Cidade e porto no golfo da Guiné setentrional, na Costa do Ouro.
5 Patrões. Árvore com cuja casca se aromatiza o vinho.
6 Utensílios domésticos.
7 Rádio (s.q). Genro de Maomé. Antes de Cristo.
8 Tabique. Bilha para maluvo na Lunda.
9 Fizeram corresponder. Sadias.
10 Rezar. Furado.
11 Que é do ar. Cidade de Portugal.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11081

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Cala. Amavam.	1 Corta. Vagar.
2 Ora. Boa. Ani.	2 Arder. Elava.
3 Dr. Passa. Am.	3 La. Aran. Mal.
4 Tear. Sim. O.	4 Pranteara.
5 Arrancarias.	5 Ba. Nios. Ad.
6 Anis. SSa.	6 Aos. Cs. Pê.
7 Vento. Sic.	7 Massa. Fica.
8 Al. Espiga.	8 A. Aira. Gaga.
9 Gama. Ecas.	9 Vã. Missas.
10 Avara. Ag. MV.	10 Ana. Asi. Mm.
11 Ralado. Arma.	11 Mimos. Chuva.

PROVÉRBIO:
PASSA o vento, fica a chuva.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7239

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Fraga. Mimar.	1 Farra. Media.
2 Carreta.	2 Ia. Talara.
3 Rio. Fia. Sãs.	3 Aço. Gorar.
4Rã. Mac. At.	4 Ga. Mas. Rãs.
5 Garotos.	5 Arfaram. Sol.
6 Tosa. Rol.	6 Rico. Al. Li.
7 Mar. Mastros.	7 Meã. Si. Em.
8 Elar. Lia. Ru.	8 It. Cortaria.
9 Darás. Rapa.	9 Mas. Sôr. Ari.
10 Ir. Soleiras.	10 Aa. Lorpas.
11 Aas. Limais.	11 Resto. Suas.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava geralmente muito nublado e o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	13º
P. DOURADAS	10º
COIMBRA	12º
PORTALEGRE	3º
LISBOA	17º
FARO	16º
FUNCHAL	18º

TEMPERATURAS EXTREMAS

MÁXIMA:	
ELVAS	23º
MÍNIMA:	
P. DA SAÚDE	1,8º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do Mar	14,9º
Atmosfera	13,2º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
5.58	3,6 m	11.28	0,9 m
18.13	3,7 m	23.59	0,9 m
Dia 15			
6.41	3,5 m		
18.57	3,7 m	12.13	1,0 m
Dia 16			
7.31	3,4 m	0.48	1,0 m
19.49	3,6 m	13.05	1,2 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado, vento fraco ou moderado predominando de Sudoeste; períodos de chuva fraca nas regiões de norte e centro; a partir da madrugada períodos de céu muito nublado vento fraco ou moderado de Noroeste; aguaceiros nas regiões de Norte.

AMANHÃ

NASCER ÁS 6.26
OCASO AS 20.42

DIA 18	DIA 25	DIA 2	DIA 9

BARS BOITES ESTUPEFACIENTES ÍDOLOS

DANCINGS

NINA Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13. T. 34859/365167.** a actuar GRAZIELA DE SIRTANAS (Argentina)

CASINO ESTORIL Jogo autorizado Variedades internacionais. **T. 26461/264526/264596/264621/264946**

HIPOPOTAMO Conjunto Hipopótamo. Encerra aos Domingos. **Av. António Augusto de Aguiar, 5-A T. 48384.**

TAMILA Marão e s/ conjunto «Matinées» todos os dias. Encerra aos domingos. **Av. Duque de Loulé, 69. T. 533117.**

rádio

EMISSORA

1.º Programa

17.00	Rádio estudantil
18.15	Movimento das Forças Armadas
19.00	Informação de trânsito
19.05	Música variada
19.30	Formação política
19.45	Música variada
20.00	Jornal da noite
21.00	Mini-teatro
21.25	Música portuguesa
22.00	Música variada
22.30	Ambiente, por Afonso Cautela
23.00	Movimento das Forças Armadas
23.30	Último jornal

2.º Programa

16.00	Solos de piano
16.45	O compositor Stravinsky
17.15	Música de arco
18.05	Solos de cravo
18.20	Sinfonia n.º 7 em mi maior (Bruckner)
19.20	Serenata op. 31 (Britten
19.45	Solos de alaúde
20.00	Jornal da noite
21.00	Passagem do MF 2 a Stereo — música ligeira variada
22.00	Concertos de Vivaldi
22.25	Três Duetos para clarinete e fagote (Beethoven)
23.00	Música sinfónica
23.45	Música de bailado
01.00	Fecho

RÁDIO CLUBE

Emissor de Lisboa — Onda Média, 299,13 m — 1034 KHz — emissão continua; Emissor de Miramar (Porto) — Onda Média, 283,6 — 782 KHz — emissão continua, Modulação de Frequência (principais emissores) — Lisboa, 97,4; Porto, 97,7; Portalegre, 98,9; Lousã, 90,8; Foia, 86,1 e Mendro, 92 MHz

RÁDIO RENASCENÇA

16.00	Noticiário
16.05	Radiorama
18.00	Espaço musical
18.22	Música seleccionada
19.00	Jornal do serviço de noticiários e reportagens de Rádio Renascença
19.30	Espaço musical
21.08	Espaço musical
21.30	Livros e leituras
21.45	Pentagrama
22.00	Quando o telefone toca
22.30	Espaço musical
23.05	A 23.ª hora

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

Rádio Graça

Das **06.00** às **11.00** e das **17.00** às **22.00**

Rádio Voz de Lisboa

Das **11.00** às **14.30**

Clube Radiofónico de Portugal

Das **14.30** às **17.00**

Rádio Peninsular

Das **22.00** às **02.00**

urgência

Emergência	115	Judiciária	53 5380
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
CVP	66 5342	Aeroporto	71 1397
H. de S. Josè	86 0131	C.R.G.E.	53 7021
H. de S. Maria	73 0231	C. Águas	36 1361
P.S.P	36 6141	Combóios	32 6222

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO H-1
TODA A NOITE

AJUDA
Lídia Almeida, Calçada da Ajuda, 170 (tel. 637318)
ALTO DE S. JOÃO
Zional, Rua Morais Soares, 58-C (tel. 847708)
ALVALADE
Brisália, Avenida Rio de Janeiro, 66 (tel. 722368)
AREEIRO
Central, Avenida Paris, 2 (tel. 720820)
AVENIDAS NOVAS
Cardote, Avenida Visconde Valmor, 28-A/C (à Avenida da República) tel. 772291)
BAIRRO AMÉRICA
Martins, Rua Fernão de Magalhães, 33 (tel. 849448)
BAIXA
Durão, Rua Garrett, 90 (tel. 324166)
BENFICA
Santa Cruz, Avenida Gomes Pereira, 34-A (tel. 704828)
CAMPO DE OURIQUE
Almeida, Rua Silva Carvalho, 136 (tel. 681726)
CASTELO
Santa Luzia, Rua da Saudade, 2-B (tel. 869831)
CHIADO
Durão, Rua Garrett, 90 (tel. 324166)
ESTEFÂNIA
Romano Baptista, Rua Passos Manuel, 6-10 (tel. 570593)
OLIVAIS-SUL
Higiene, Rua Cidade Vila Cabral, lote 43 (tel. 310026)
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sousa Martins, (ao Matadouro) (tel. 553468)

TURNO H-2
ATÉ ÀS 22 HORAS

ALVALADE
S. Miguel, Praça Francisco de Morais, 1 (tel. 771469); **Roma**, Avenida de Roma, 85-B (tel. 772466); **Ideal**, Avenida Almirante Gago Coutinho, 49-A (tel. 712803)
BAIXA
Centro Farmacêutico, Rua das Portas de Santo Antão, 88 (tel. 321211)
CAMPOLIDE
Pinto, Rua de Campolide, 11-A (tel. 682610)
CAMPO DE OURIQUE
Elma, Rua D. Maria Pia, 358-A (tel. 686176)
ESTEFÂNIA
Mundial, Largo de D. Estefânia, 10 (tel. 45578)
GRAÇA
Monte, Rua Senhora do Monte, 3-A/B (tel. 867842)
LUMIAR
Patuleia, Alameda das Linhas de Torres, 362-B (tel. 790332)
PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-B/C (tel. 720703/728395)
MARQUÊS DE POMBAL
Ribeiro e Castro, Rua Braamcamp, 52-C (tel. 43409)
POÇO DO BISPO
Freitas, Rua Zófimo Pedroso, 11 (tel. 381136)
SANTO AMARO
Santo Amaro, Rua Filinto Elísio, 29-A/B (tel. 637070)
S. BENTO
S. Bento, Rua Poiais de S. Bento, 73 (tel. 679673)
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Berna, Avenida de Berna, 44-A (tel. 773568)
SETE RIOS
Canto, Estrada das Laranjeiras, 202-B (tel. 780841)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Combatentes, Av. C.G.Guerra, 166 (T. 213953)
PAÇO DE ARCOS
Godinho da Silva, Av. Patrão Lopes, 4 (T. 2432039). Até às 22 horas
OEIRAS
Central, R.Conde Ferreira, 29 (T. 2430058). Toda a noite
CARCAVELOS
Central. Até às 24 horas
PAREDE
Macau, R.J.Elias Garcia, 60-C (T. 2471785). Toda a noite
S.JOÃO DO ESTORIL
S.João, Quinta da Cerreira, 29-a 9t. 261186). Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Lopes, R.Hangar, 3 (T. 260008). Toda a noite
CASCAIS
Nova, E.de Alvide, Fontainhas (T. 281044). Até às 22 horas; **Marginal**, Av. Marginal (T. 280078). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora, P.28 de Maio, 3-A (T. 935518); **Carmele**, R.Elias Garcia, lote 28 (T. 933303); **Helénica**, R.Elias Garcia, 2 (T. 933613); **S.Jorge**, R.Pedro del Negro, 5, Reboleira (T. 938703)
DAMAIA
Lemos, R. de Goa, 21-A (T. 971121)
QUELUZ
André, Av. Elias Garcia, 151 (T. 950043); **Queluz**, Av. Miguel Bombarda, 123-A (T. 951841)
CACÉM
Central, R.Elias Garcia, 55 (T. 2940034)
MEM MARTINS
Miranda Garcia, E.de Mem Martins, 173-B (T. 2914103)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T. 980456)
SINTRA
Misericórdia, Vila (T. 2930391)
COLARES
Abreja (T. 299088

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L.António dos Santos Jorge, 15 (T. 234100)
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 T(. 204250)
ALMADA
Nuno Alvares, Av. D.Nuno Álvares Pereira, 39 (T. 270504)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, E.Nacional, 244-A (T. 2040141)
BARREIRO
Soares, Av. da República, 1 (T. 2073017)
COVA DA PIEDADE
Rainha Santa, E.das Barrocas, 50-A (T. 2494182)
MOITA
União Moitense, Av. Dr.Teófilo Braga (T. 239025)
MONTIJO
Higiene, R. José Joaquim Marques, 142 (T. 230370)
SESIMBRA
Lopes, R.Cândido dos Reis, 67 (T. 229028)
SETÚBAL
Rosado Pinto, P.do Bocage (T. 22484); **Nova**, R.General Gomes Freire (T. 22052)
SEIXAL
Godinho, L.da Igreja, 51 (T. 2218580)

PORTO

TURNO 9

ATÉ ÀS 22 HORAS

Alves da Silva, Avenida da Boavista, 1016; **Azevedo**, Rua do Meiral, 503; **Gomes Ferreira**, Rua Faria Guimarães, 449; **Nau Vitória**, Rua Nau Vitória, 723; **Ordem da Trindade**, Rua Heróis e Mártires de Angola; **Confiança**, Rua de Santa Catarina, 960; **Antas**, Avenida Fernão de Magalhães, 1076; **Antiga Porta do Olival**, Campo Mártires da Pátria, 122; **Falcão**, Rua de Santo Ildefonso, 61; **Ferreira**, Praça D. Afonso V, 55-B e **Lousada**, Largo do Campo Lindo, 62

A PARTIR DAS 22 HORAS

ANTAS; Avenida Fernão de Magalhães, 1076; **Antiga Porta do Olival**, Campo Mártires da Pátria, 122 e **Lousada**, Largo do Campo Lindo, 62

COIMBRA

Cruz Viegas — Rua do Brasil; **Donato**, Rua Ferreira Borges; **Rainha Santa**, Rua Figueira da Foz

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

CIRCO DE MOSCOVO
21.30
Av. Fontes Pereira de Melo

S.CARLOS
21.30 (10 anos
Ballet Nacional de Cuba

TIVOLI
21.30 (13 anos)
Concerto Extraordinário pelo Tatro de Marionetes de Moscovo

MARIA VITÓRIA
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Até Parece Mentira»

MONUMENTAL
21.15 (18 anos)
«A Gaiola das Loucas»

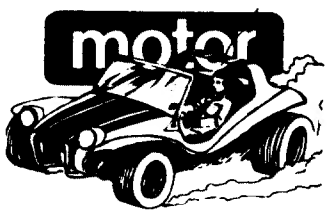
MARIA MATOS
21.45 (13 anos)
«Seara de Vento»

LISBOA/Cinemas

OLÍMPIA
21.30 (18 anos)
«Murro Assassino»

PARIS
21.15 (14 anos)
«O Último Comboio de Gun Hill»,

MOSCAVIDE
21.15 (18 anos
«Casamento em Branco



JARDIM
21.15 (18 anos
«Sexo Louco

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Amor Entre Mulheres»

LINHA DE CASCAIS

ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (18 anos)
«O Castelo de Maldoais

CASCAIS
S.José
21.30 (18 anos)
«Internacional Sexy Festival»

CASCAIS
OXFORD
interdito a menores de 18 anos
«EVA A PRIMEIRA PEDRA»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos
«O Grande Golpe

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrivel
21.15 (18 anos)
«Matarei um por um»

PORTO/Teatros

ANTÓNIO PEDRO
22.00 (13 anos)
«Oh! Lusitânia»

PORTO/Cinemas

JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«Simão, o Engatatão»

OLÍMPIA
21.30 (18 anos)
«Viúva inconsolável»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«A Violência do Leonardo»

ESTÚDIO
21.30 (18 anos)
«O Fantasma da Liberdade»

RIVOLI
21.30 (13 anos)
«Papillon»

COLISEU
21.30 (18 anos)
«O Viking Siciliano»

ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«Punho sangreto»

PASSOS MANUEL
21.30 (13 anos)
«Mash»

VALE FORMOSO
21.30 (18 anos)
«Empresta-me o teu motorista»

S.JOÃO
21.30 (13 anos)
«O Chato»

BATALHA
21.30 (18 anos)
«As Bailarinas»

TRINDADE
21.30 (18 anos)
«Emmanuelle»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«O Conformista»

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«A última sessão»

TIVOLI
21.30 (18 anos)
«Dentista na cama»

cinemas • cinemas • cinemas

BERNA
T. 776098 — 14.00, 16.30, 19, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
GRANDES BATALHAS EM CAMAS FOFAS
A libertação de Paris também passou por aqui...

APOLO 70
T. 763319 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
OS OPRIMIDOS
A grande revelação do Festival de Cannes 1966
Hoje às 24 h — 18 anos
UM ASSASSÍNIO PELAS COSTAS

ROXY
T. 48560 — 14.00, 16.30, 18.45, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
GRANDES BATALHAS EM CAMAS FOFAS
A libertação de Paris também passou por aqui...

PATHÉ
T. 821933 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
EMMANUELLE
2.ª Semana
Aviso ao público: Este filme contém cenas eventualmente chocantes

ALVALADE
T. 717480 — 14.00, 16.30, 18.45, 21.15
(Interdido a menores de 18 anos
A obra-prima de terror de Bardem
A CASA QUE PINGAVA SANGUE
Jean Seberg, Marisol, Barry Stokes

CINEBOLSO
T.573407 — 14.30, 16.45, 19.00, 21.30
Não acons. a menores de 18 anos
O VALE DOS PERDIDOS
(La Vallée)
de Barbet Schroeder
Amanhã estreia
JOE HILL
Não acons. a menores de 13 anos

LIDO
T. 937593 — 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
JUNTOS SÃO DINAMITE

CINEMA 2000
T. 2100055 — 15.30, 21.15
Grupo D-18 anos
PUNHOS MORTAIS DO KUNG FU

CARLOS MANUEL (SINTRA)
T. 293094 — 21.15
Interdito a menores de 18 anos
DOROTHEA
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

UNIVERSAL
T. 774402 — 16.30, 22.30
Não acons. a menores de 13 anos
A CORAGEM DO POVO
Interdido a menores de 18 anos
Às 14.30
IREI COMO UM CAVALO LOUCO
Interdito a menores de 18 anos
20.30
SORRISO VERTICAL

RESTELO
T. 610375 — 21.00
Não acons. a menores de 18 anos
TRITURADOR
Acção e suspense!
com Charles Bronson, Martin Balsam

EDEN
T. 320768 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Grupo D-18 anos
PUNHOS MORTAIS DO KUNG FU
Cada músculo do seu corpo uma arma mortal!

TIVOLI
T. 570595 — 15.15, 18.30
Não acons. a menores de 18 anos
PECADO VENIAL
Hoje às 21.30
CONCERTO EXTRAORDINÁRIO

CASINO ESTORIL
T. 264621 — 17, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
O CASTELO DE MALDORAIS

ROYAL
T. 865037 — 15.30, 21.15
ara todos M. - 6 anos
OS MALUCOS DO SUPERMERCADO

POLITEAMA
T. 326305 — 14.15, 16.30, 19, 21.30
Grupo D (18 anos)
CHIN HUA, O JUSTICEIRO DO TEXAS

ROMA
T. 727778 — 14.30, 16.45, 19, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
EMMANUELLE
(Este filme contém cenas eventualmente chocantes

CINESTÚDIO
T. 937593 — 15.30, 21.30
Interdito a menores de 18 anos
INICIAÇÃO CARNAL

VOX
T. 720808 — 14.15, 16.30, 19, 21.30
Não acons. a menores de 18 anos
PRIMOS CARNAIS
2.ª Semana de êxito!

LUMIAR
T. 795296 — 21.15
Grupo C - M. de 14 anos
UM CHEIRO A DÓLARES

SATÉLITE
T. 562632 — 15.30, 18.30, 21.15
Grupo D-18 anos
OS ABISMOS DA VIDA

MUNDIAL
T. 538743 — 15.15, 18.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
AQUELA GOVERNANTA
3.ª Semana de grande êxito

CALEIDOSCÓPIO
T. 794141 — 14.00, 17.30, 21.00
Não acons. a menores de 13 anos
WOODSTOCK
3 dias de paz, música... e amor

CONDES
T. 322523 — 15.00, 18.00, 21.00
Não acons. a menores de 13 anos
PAPILLON
Do livro ao cinema — o maior êxito mundial!
2.ª Semana

ODEON
T. 326283 — 15.15, 18.15, 21.15
(Int. a menores de 18 anos)
HOJE E AMANHÃ: ÚLTIMAS
A ESPADA DO SOL
com Ting Puan e Ling Feng
AS ARTES MARCIAIS EM TODO O BRUTAL REALISMO DA SUA FEROCIDADE
Eastmancolor

LONDRES
T. 801313 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
Ele tinha todos os vícios
FRITZ O GATO
Fritz é um gato sujo, boémio revolucionário, preocupado com a política e o sexo e...

S. JORGE
T. 54153/4 — 15.15, 18.15, 21.15
Grupo D-18 anos
WOODY ALLEN É O «HERÓI» DO ANO 2000

AVIS
T. 47163 — 15.30, 18.30, 21.15
Grupo D (18 anos)
... E O AMOR VOLTOU

CASTIL
T. 530194 — 15.30, 18.30, 21.15
Grupo D-18 anos
DE AMOR SE MORRE!
c/ Silvana Mangano

CINEARTE
T. 660446 — 15.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
VOCÊ INTERESSA-SE PELA COISA?

ESTÚDIO
T. 555135 — 15.30, 18.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
CAMINHOS DO PRAZER
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

ESTÚDIO 444
T. 779095 — 14.30, 16.45, 19, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
DOROTHEA
(Este filme contém cenas eventualmente chocantes

EUROPA
T. 661016 — 15.15, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
A PRIMA
c/ Massimo Ranieri

IMPÉRIO
T. 555134 — 15.15, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
AVERDADE DAQUELA NOITE
Hoje às 18.30 LUDWIG
Requiem um rei virgem

MONUMENTAL
T. 555131 — 15.00, 18.00, 21.00
Não acons. a menores de 13 anos
PAPILLON
2.ª Semana

DL
RENASCENÇA GRÁFICA, S. A. R. L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º E 4.º
TELEF. 65453 1/2/3/4
REDACÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 32 11 54/5, 32 02 71/2/3
RUA DA ROSA, 57
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

OITOCENTOS REFUGIADOS

Continuação da pág. 1

na, deteriora-se de dia para dia. Os colonos brancos não gozam da simpatia do povo angolano pois os anos de repressão colonialista não se apagam facilmente. Neste momento, em Angola, o M.P.L.A., movimento progressista patriótico, responde com violência à violência desencadeada pelo imperialismo americano através do seu representante F.N.L.A.

Homens, mulheres e crianças carregadas de sacos e de nervos relatam apaixonadamente os últimos dias que viveram em Luanda. Elvira Gomes, empregada do supermercado Pão de Açúcar afirma: «Já estava lá há dez anos a ganhar a vida. Não tenho estudos nem cursos e por isso não sei se consigo arranjar trabalho aqui. Deixei em Luanda as minhas coisas, as minhas roupas e o futuro dos meus filhos».

Todos lamentam os haveres perdidos: o pé de meia que ficou no banco, o automóvel, a casa, o frigorífico... a estabilidade social e económica. Mal esclarecidos, gritam com raiva: «O M.P.L.A. é o pior de todos. Matam, espancam, fazem isto e aquilo».

«No meu bairro não havia grandes problemas com a F.N.L.A. A gente dava de beber aos seus soldados que diziam que não eram inimigos dos brancos. Vivia há onze anos em Luanda. Tínhamos uma loja», declarou Maria dos Santos Brito. A propósito das relações com a U.N.I.T.A. esta mulher acentuou: «Esses quando iam a minha casa diziam: não se atrapalhe maninha que não lhe acontece nada».

Um colono que não quis revelar o nome atira as responsabilidades para cima do M.P.L.A. que «até nos comunicados em defesa do branco nos insulta». Este indivíduo conta histórias terríveis atribuídas ao «Poder Popular» maior perigo de Luanda», que se resume no fundo, à adesão espontânea do povo angolano ao movimento político liderado por Agostinho Neto. Em certa altura afirma: «A U.N.I.T.A. é um grupo moderado porque sabe que as maiores riquezas do País são o petróleo, os diamantes e os portugueses. Nós não partimos por medo. Se não nos tivessem desarmado permanecíamos até ao fim». E citou a frase de uma senhora africana que ele considera muito lúcida: «Desarmaram os civilizados e armaram os gentios».

Estas palavras mostram a impossibilidade dos colonos reaccionários coexistirem com o povo angolano. As ideias reaccionárias inculcadas nas cabeças destes poutugueses provincianos, que foram para África para «arranjar uns tostões», chocam-se com a imagem de uma sociedade nova onde desapareça a exploração do homem pelo homem, tenha ele a cor que tiver. A F.N.L.A. e a U.N.I.T.A. se aproveitam das contradições fomentando ainda mais o ódio e a divisão.

Ouvimos Félix Gonçalves, cabo-verdiano (o único que vinha no grupo), motorista, cuja casa foi destruída nos incidentes do Cazenga, bairro onde residia. A sua opinião foi das mais frias e talvez das mais honestas. Sem melodrama, traça uma análise da situação dizendo que os nativos de Luanda não gostam dos cabo-verdianos porque «nos colocam sempre na linha do branco». Conta como a sua casa foi incendiada e afirma que não deseja voltar para Angola pois «o povo está zangado e eu não tenho coragem para lá ficar». Prefere morrer em qualquer parte. Este homem de 49 anos, é motorista e sabe trabalhar também como ladrilhador e pedreiro. Viveu dez anos no Congo (Zaire) e por isso falava muitas vezes «francês, chicongo e lingala» com os soldados da F.N.L.A. Quanto à violência de que colonos brancos acusam o M.P.L.A., o cabo-verdiano manifestou uma opinião diferente. Ele diz: «O povo do musseque que apoia o M.P.L.A. é que tem feito muita coisa, mas os militantes não procedem assim». Félix Gonçalves acompanhado da família numerosa não sabe bem qual o rumo que vai dar à sua vida. Talvez parta para a Guiné. Ou talvez não...

Os colonos eram aguardados no aeroporto por equipas da Cruz Vermelha que lhes irão prestar os primeiros socorros resolver os seus problemas mais prementes. Com funções específicas de apoio aos retornados de Angola funciona também um Instituto no Ministério da Coordenação Interterritorial.

Conselho de Ministros restrito

MAIS 20 EMPRESAS NACIONALIZADAS

• Salário mínimo de 4000 escudos

Novo e importante golpe no capital monopolista foi desferido pelo Governo Provisório ao nacionalizar mais vinte empresas nos sectores do tabaco, cimentos e celulose, por decreto do Conselho de Ministros Restrito, na sua reunião de ontem. O Conselho ocupou-se ainda de outros importantes assuntos entre os quais a nova política de remunerações no sector público e privado.

Foi decidida a elevação do salário mínimo para 4000 escudos a partir de 1 de Junho próximo e congeladas as remunerações iguais ou superiores a 12 000 escudos até 31 de Dezembro. No sector privado as remunerações foram limitadas a 48 900 escudos (35 contos líquido).

Quanto aos trabalhadores da função pública foram aprovadas várias disposições relativas à revisão de categoria dos professores de todos os graus de ensino, subsídio de férias para o funcionalismo e outras regalias.

As medidas ontem decretadas constituem mais um passo no sentido de libertar a economia portuguesa da exploração capitalista, colocando-a ao serviço da colectividade, ao mesmo tempo que criam condições concretas para que os trabalhadores se lancem decisivamente na batalha da produção, certos de que já não estão a trabalhar para o capital explorador mas em benefício de toda a colectividade.

No final da reunião do Conselho de Ministros Restrito foi distribuído o seguinte comunicado:

1. O Conselho de Ministros Restrito, reunido em 13 de Maio, aprovou os seguintes diplomas:

A. Do Ministério da Coordenação Interterritorial.

(1) Decreto-lei que concede o direito a voto, para a Assembleia Nacional de Cabo Verde, a descendentes de cabo-verdianos nascidos fora do arquipélago mas nele residentes há mais de um ano. Esta medida abrangerá cerca de 10 000 pessoas.

(2) Decreto-lei que determina que a pensão de aposentação dos servidores do Estado ou dos corpos administrativos que hajam ingressado no quadro geral de adidos do Ministério da Coordenação Interterritorial não será de quantitativo inferior àquele a que teriam direito se se tivessem aposentado à data em que se verificou o seu ingresso naquele quadro.

B. Do Ministério da Administração Interna.

(1) Decreto-lei em que se fixam as condições a que, de futuro, ficam submetidos os projectos de alterações de remunerações, de quadros e das carreiras profissionais de trabalhadores da função pública. Este diploma procura uniformizar e, portanto, moralizar os vencimentos da mesma letra e a estruturação dos quadros. As novas medidas ficam sujeitas a apreciação prévia do Ministério da Administração Interna e do Ministério das Finanças.

C. Do Ministério do Trabalho:

. (1) Decreto-lei que fixa medidas imediatas de trabalho e salários na função privada.

Assim:

. (A) É estabelecido, a partir de 1 de Junho, o salário mínimo de 4000$00.

(B) Faz-se o congelamento de remunerações iguais ou superiores a 12 000$00 até 31 de Dezembro do corrente ano.

Assim, estende-se a todas as empresas o princípio que já vigora para as empresas públicas.

(C) Estabelece-se a remuneração máxima mensal de 48 900$00. Esta remuneração ficará, líquida de impostos, em cerca de 35 000$00 mensais.

D. Do Ministério da Administração Interna:

(1) Decreto-lei (complementar, para a função pública, do anterior) que estabelece medidas imediatas de política de salários.

Assim:

(A) Estabelece, para a função pública, a partir de 1 de Maio, a remuneração mínima mensal de 4000$00.

(B) Prevê aumentos degressivos a fixar por uma comissão que será criada por despacho conjunto dos ministros da Administração Interna e das Finanças e com a participação dos trabalhadores por intermédio das comissões pró-sindicais.

Estes aumentos envolverão uma despesa estimada em cerca de quatro milhões de contos.

(C) Fixa um subsídio de férias correspondente ao vencimento do período de férias a que os funcionários tiverem direito (nunca inferior a 15 dias).

E. Do Ministério da Educação e Cultura.

(1) Decreto-lei que aprova o reajustamento de categorias do pessoal docente. Este diploma abrange o pessoal docente da educação pré-escolar e dos Ensinos Primário, Secundário, Médio e Superior.

2. O Conselho foi, ainda, informado das medidas que, a curto prazo, irão ser tomadas sobre a política fiscal. Essas medidas visam a limitação tendencial do rendimento individual disponível, a redução dos desequilíbrios na repartição da riqueza e a limitação dos consumos.

Encontram-se, ainda, em estudo medidas que incidirão sobre a normalização contabilística das empresas e a reorganização dos Serviços de Fiscalização dos Impostos.

3. Diplomas que foram aprovados tacitamente em 12-5-75, após circulação:

A. Presidência do Conselho de Ministros:

(1) Altera as categorias de alguns funcionários dos quadros do pessoal auxiliar e do pessoal assalariado da Secretaria-Geral da Presidência da República.

B. Ministério das Finanças:

. (1) Altera para 30 de Junho de 1975 a data limite para aprovação das leis orgânicas do Banco de Angola, Banco Nacional Ultramarino e Banco de Portugal.

(2) Autoriza o Banco de Portugal a participar na conta de saque criada no âmbito do Fundo Monetário Internacional, em representação do Estado Português.

C. Ministério do Trabalho:

(1) Dá nova redacção ao artigo 177.º do Código de Processo do Trabalho.

(2) Dá nova redacção ao artigo 150.º do Estatuto dos Tribunais do Trabalho, na parte relativa à participação emolumentar dos chefes de secretaria e escrivães dos Tribunais de Trabalho.

(3) Introduz alterações ao Código de Processo do Trabalho e ao Estatuto dos Tribunais do Trabalho.

D. Ministério da Comunicação Social:

(1) Requisição de recintos de cinema.

(2) Requisição de recintos de teatro.

4. Nacionalizações.

O Conselho de Ministros decretou ainda as seguintes nacionalizações:

. A. A nacionalização da Tabaqueira, S. A. R. L., da Fábrica de Tabacos Micaelense, Lda., e, ainda, as acções da Companhia de Tabacos de Portugal, S. A. R. L., as quotas da Sociedade Ultramarina de Tabacos, Lda., as acções da INTAR — Empresa Industrial de Tabacos, S. A. R. L., as quotas da Empresa Madeirense de Tabacos Lda., salvo os títulos representativos do capital social pertencentes a sociedades ou a pessoas singulares de nacionalidade estrangeira que os tenham adquirido mediante importação de capitais devidamente autorizada.

B. A nacionalização da CISUL — Companhia Industrial de Cimentos do Sul, S. A. R. L., da CINORTE — Companhia de Cimentos do Norte, S. A. R. L., da Empresa de Cimentos de Leiria, S. A. R. L., da Companhia de Cimentos do Tejo, S. A. R. L., da SAGRES — Companhia de Cimentos do Algarve, S. A. R. L., da CIBRA — Companhia Portuguesa de Cimentos Brancos, S. A. R. L., e, ainda, nacionalizadas as acções da SECIL — Companhia Geral de Cal e Cimentos, S. A. R. L., salvo as pertencentes a indivíduos de nacionalidade estrangeira que as tenham adquirido mediante importação de capitais devidamente autorizada ou a sociedades que não reunam os requisitos de nacionalidade portuguesa estabelecidos no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 46 312, de 28 de Abril de 1965.

Ainda no sector dos Cimentos foram revogadas todas as autorizações concedidas para a instalação de fábricas de cimento a entidades que não sejam as anteriormente enumeradas.

C. A nacionalização da Companhia Portuguesa de Celulose, S. A. R. L., a Socel — Sociedade Industrial de Celulose, S. A. R. L., a Celtejo — Celulose do Tejo, S. A. R. L., a Celnorte — Celulose do Norte, S. A. R. L., a Celulose do Guadiana, S. A. R. L. e ainda nacionalizadas as acções da Celbi, Celulose da Beira Industrial, S. A. R. L., salvo as pertencentes a indivíduos de nacionalidade estrangeira que as tenham adquirido mediante a importação de capitais devidamente autorizada ou a sociedades que não reunam os requisitos de nacionalidade portuguesa estabelecidos no art. 22.º do Decreto-Lei n.º 46 312 de 28 de Abril de 1965.

MELO ANTUNES NEGOCEIA

Continuação da pág. 1

alto nível, com representantes portugueses.

Quanto aos incidentes entre F. N. L. A. e M. P. L. A., continuam a registar-se alguns, embora de pouca gravidade.

A situação em Nova Lisboa está normalizada. Nos recontros entre forças dos dois movimentos, teria havido quatro mortos do lado do M. P. L. A. e 14 do lado da F. N. L. A.

Em Teixeira de Sousa, houve um recontro entre forças do M. P. L. A. e da F. N. L. A., tendo estas últimas retirado para o Zaire. Registaram-se atritos igualmente em Vila Nova, Cuína e Caala.

PLANO ECONÓMICO

Apesar da gravidade da situação, a aprovação e divulgação do Plano Económico aparece como um elemento encorajante. O conjunto de medidas anunciado pelo ministro da Economia, dr. Vasco Vieira de Almeida, medidas que abrangem também o sector social, como a saúde e a educação, aponta declaradamente para uma via socialista. Assim, o Estado intervém tanto no sector bancário como nas grandes empresas, nomeadamente as que exploram os recursos naturais, graças a uma participação mínima de 51 por cento, o que torna a sua actuação decisiva.

No mesmo sentido se inscreve a criação de organismos oficiais de importação e exportação — o que constitui também um primeiro passo na luta contra a inflação. Estes órgãos ocupar-se-ão, para já, das compras de bens de consumos.

Um dos ministros do Governo de transição, membro do M.P.L.A., declarou-nos que as medidas apresentadas pelo ministro da Economia, Vasco Vieira de Almeida, se coadunam intimamente com as linhas gerais propostas por esse movimento de libertação.

Por outro lado, o ministro das Finanças do Governo de Transição de Angola, dr. Saíde Mingas, anunciou ontem numa conferência de imprensa uma nova estrutura de crédito agrícola, destinada a fornecer empréstimos a juros baixos, a uma escala mais ampla, aos pequenos lavradores.

Salientando que anteriormente o crédito agrícola era concedido apenas a curto prazo, beneficiando apenas, os plantadores de café em noventa por cento dos casos, o ministro declarou que ao abrigo do novo sistema de amortização será mais flexível e adaptado às condições locais e ao crescimento das culturas. Nos anos adversos serão estudadas condições de pagamento mais suaves — acrescentou.

CHIPENDA FOI INFORMADOR DA P.I.D.E.

PARIS, 14 — (F. P.) — Se a descolonização de Angola não foi um êxito completo, deve-se isso «ao imperialismo internacional que se meteu de permeio para a contrariar» disse o vice-almirante Rosa Coutinho numa entrevista ao «Afrique-Asie». Apontou várias conspirações que foram fomentadas contra ele, quando era alto-comissário em Angola, «pelo Zaire, pelo Exército e mesmo por Spínola. Mas essas conspirações não eram senão a face oculta duma conspiração muito mais vasta que visava a instalar Holden Roberto no principal lugar tendo ao lado Chipenda e Savimbi. Para Mobutu aterroriza-o que se instale em Angola um regime progressista» prosseguiu Rosa Coutinho. «O Zaire tem perto de 2000 quilómetros de fronteira com Angola... A cornucópia da abundância do Zaire. O nascimento duma Angola progressista seria o fim de Mobutu, a breve trecho».

Esta situação é interessante para os capitalistas portugueses que tiram largo proveito da importação pelo Zaire dos produtos angolanos. «Mobutu, acrescentou o vice-almirante, não teve dificuldade em comprá-los». Acusou Chipenda de ter sido informador da P. I. D. E. Aliás, foi introduzido no M. P. L. A. para o dividir. «Com Mobutu, quer dizer Holden, havia possibilidades de entendimento, precisa o vice-almirante Rosa Coutinho, de conversas. Mas o M. P. L. A. era o verdadeiro perigo. Era preciso quebrá-lo. Foi Chipenda que fez o trabalho da divisão».

Em conclusão, parece-lhe impossível que uma tentativa parecida com a de 11 de Março possa repetir-se em Portugal. «Já nessa data, salientou, os spinolistas fizeram uma análise errada».